



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA
TRADUÇÃO**

MAITÊ MAUS DA SILVA

**CODAS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE
SINAIS BRASILEIRA: percurso para o profissionalismo**

**Florianópolis,
2016**

MAITÊ MAUS DA SILVA

**CODAS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE
SINAIS BRASILEIRA: percurso para o profissionalismo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Tradução.

Área de Concentração: Estudos da Interpretação

Linha de Pesquisa: Estudos da Interpretação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ronice Müller de Quadros

**Florianópolis,
2016**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Maitê Maus
Cotas Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais
Brasileira : percurso para o profissionalismo / Maitê Maus
Silva ; orientadora, Ronice Muller de Quadros -
Florianópolis, SC, 2016.
204 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós
Graduação em Estudos da Tradução.

Inclui referências

1. Estudos da Tradução. 2. Cotas, . 3. Língua de Sinais
Brasileira,. 4. Profissionalização,. 5. Tradução e
Interpretação. I. Muller de Quadros, Ronice. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Estudos da Tradução. III. Título.

**CODA TRATUTOR INTÉRPRETES DE LINGUA DE SINAIS
BRASILEIRA:
percurso para o profissionalismo.**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 25 de agosto de 2016.

Profa. Dra. Andréia Guerini
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Ronice Muller de Quadros
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a. Mara Lucia Masutti
Instituto Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a. Marianne Rossi Stumpf
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a. Rachel Sutton-Spence
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho a todos os pais e mães surdos que, de uma maneira inconsciente, fizeram seus filhos conhecer e interpretar o mundo de uma forma diferente. Em especial, aos meus pais, Álvaro José Silva da Silva e Lilian Darcia Maus da Silva, e à minha irmã, Máira Maus da Silva, pois sem a experiência que vivi e vivo até os dias atuais com vocês jamais teria alcançado este momento; foi em meio às interpretações que descobri o que e quem eu sou de verdade.

“A língua dos surdos é transmitida cada vez que uma mãe surda segura seu bebê em seu peito e sinaliza para ele.”

Harlan Lane

GRATIDÃO

Gratidão a Deus que me deu forças desde o início, me rodeando de pessoas especiais e energias positivas.

A minha família, Maus da Silva, em especial meus pais, Álvaro e Lilian, que me mostraram um mundo diferente, que acreditaram em mim, desculpas pela minha ausência; a minha irmã e amiga Maíra, sem seus puxões de orelha não teria alcançado esse sonho. Obrigada por compreender minhas faltas em momentos importantes e difíceis que viveu nesse período em que eu estava “longe”.

Ao meu amor, companheiro, incentivador e formatador de ABNT, Marcelo Lucio Correia de Amorim, gratidão pelo amor, dedicação, cuidado e carinho, sem seu colo, amor e aconchego teria sido tudo mais complicado.

Aos meus amigos, desculpas pela ausência, pelas lamentações quando nos encontrávamos. Muito obrigada por me aturarem nesse período “Maitê chatinha”.

A minha orientadora, Ronice Muller de Quadros, por toda dedicação, orientação e paciência, pois durante esses dois anos muitas coisas aconteceram e, mesmo longe, estava comigo, me amparando o tempo inteiro.

A Sônia Marta de Oliveira, minha companheira de momentos de escrita, uma coorientadora, incentivadora, parceira e irmã que ganhei de Deus. MUITÍSSIMO obrigada e desculpas por ter tomado suas tardes, mas sem você não teria chegado ao fim.

As minhas amadas, Ângela Russo, Maria Cristina Pereira, Violeta Porto, Ângela Nediane, Luciana Duarte, por, desde a graduação, acreditarem em mim e me incentivarem a fazer o mestrado; pelos momentos de chopes e ouvidos sempre dispostos às minhas dúvidas e lamentações.

Ao André Reichert, as famílias Fabiano Souto, Francielle Cantarelli e Fiorella, Afonso Loss, Carol Pego a pequena Alice, ao Rogégio Demeari, pois sem vocês não sei como teria sido minha chegada à ilha da magia. O acolhimento e carinho de vocês foram imprescindíveis.

Ao Tiago Coimbra meu agradecimento pelas moradias que me ajudou a procurar, pelas dicas textuais, conversas, motivações para continuar, pelos trabalhos que dividimos nestes últimos anos.

A Aritana Rota, minha amiga de infância e motivadora que me acolheu durante o processo de seleção e nos dias em que precisava “fugir” do meio acadêmico. Ari, sem os momentos com vocês eu teria pirado.

A Mariana Lima, minha *sister*, sem seus mil “tapas”, incentivos e conselhos, eu teria desistido. Obrigada por cada momento de conversa, pelas disciplinas compartilhadas, pelas noites de pizza e muita conversa.

A Silvana Aguiar dos Santos, por todo cuidado e incentivo; você me fez acreditar que conseguiria chegar ao fim. Obrigada pelas sugestões de textos e disciplinas. Agradeço nossas conversas formais e informais, o carinho e atenção que dedicaste a mim.

A Moema da Silveira Leite minha terapeuta, inscentivadora, pessoa que me fez acreditar e ver em mim muitas coisas que estavam escondidas, gratidão ao se carinho e dedicação!

À banca de qualificação, composta pelas professoras Janine Soares de Oliveira, Marianne Rossi Stumpf e Rachel Sutton-Spence; suas contribuições foram o passo para que a pesquisa tomasse forma e chegasse aonde chegou. Sei que não atendi a todos os pedidos, porém, consciente disso, novos momentos de produção virão e estes serão atendidos, pois uma maturidade acadêmica está se construindo, graças às falas de vocês.

À Banca de defesa Final composta pelas Professoras Mara Lucia Masutti, Marianne Rossi Stumpf e Rachel Sutton-Spence, por terem aceito o convite para contribuir nas reflexões e estarem conosco neste dia especial.

A Universidade Federal de Pelotas-UFPeL, Núcleo de Acessibilidade e Inclusão-NAI, em especial, aos meus colegas TILS, por me oportunizarem este momento de afastamento do trabalho para realização do mestrado.

À comunidade surda brasileira, por me ensinarem, diariamente, o que é ser um ser humano melhor.

Aos professores da UFSC, pelos ensinamentos, e ao Fernando e a Fernanda, secretários da PGET, pela paciência e atenção com relação as milhões de dúvidas. Valeu por tudo!

Aos colegas, em especial Michele, Fernanda, Ringo e Flávia, sem vocês os textos em inglês teriam acabado comigo.

À revisão textual realizada por Luciana Urbim; seu olhar e cuidado foram muito importantes.

Ao Kim Maus, por ter traduzido meu resumo, criando meu Abstract.

Aos Cudas que participaram da pesquisa, obrigada por terem sido francos em responder minhas perguntas, sei que falar de si e de uma história pessoal não é fácil, mas é importante para que mais trabalhos possam falar a respeito de pessoas que vivenciam histórias e momentos especiais de uma maneira diferenciada.

A todos aqueles que não foram citados, mil desculpas, porque, de verdade, tenho muitas pessoas especiais a agradecer, pois foram muitos os que fizeram parte deste momento confuso, porém mágico em minha vida. Obrigada, pois cada um de vocês sabe o quanto foram e são importantes para mim.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado cerca-se das experiências da autora enquanto filha de surdos – Coda (*Children of Deaf Adults*) –, atuando como tradutora-intérprete da Língua de Sinais e Língua Portuguesa, e de sua relação com a Língua de Sinais e a cultura surda, o que também consiste em uma das justificativas para a realização deste trabalho. Enquanto membro integrante da comunidade surda, a autora busca compreender os caminhos que levam os filhos de pais surdos a se tornarem Tradutores-intérpretes do par linguístico em questão, tendo como principal caminho de pesquisa a formação de profissionais na área da tradução e interpretação de Libras, suas garantias legais, órgãos representantes dessa categoria e a evolução da profissão. Sendo assim, este estudo traz reflexões sobre o processo de formação, da informalidade à formalidade, que os profissionais Tradutores-intérpretes de Língua de Sinais e Coda e Tradutores-intérpretes de Libras não Coda passam durante sua experiência pessoal até a profissional. Embasando, assim, a importância cultural como uma das necessidades para se tornar um tradutor e não um instrumento que realiza trocas de uma palavra em uma língua para outra. Sob o abrigo da metodologia de pesquisa qualitativa, do tipo exploratória, autoetnográfica, utilizando a ferramenta Google Forms para a coleta de dados, procurou-se, através de questionários, abordar questões que permitissem a compreensão da opção pela profissão de Tradutor-intérprete feita pelo Coda. Tendo como base teórica os estudos de Tradução e Interpretação, Estudos Culturais, e alguns estudos relacionados aos filhos de pais surdos, a investigação busca apreender a posição desse profissional frente à Língua de Sinais e à cultura surda em sua formação profissional. A pesquisa buscou compreender como as experiências de interpretação na infância dos Coda influenciaram estes a escolherem a profissão de Tradutores-intérpretes de Libras.

Palavras-chave: Coda. Língua de Sinais. Cultura surda. Profissionalização. Tradutor-intérprete.

ABSTRACT

This dissertation is about the experiences of the author being the daughter of Deaf - CODA (Children of Deaf Adults) - acting as translator-interpreter of sign language and portuguese language and its relation to the sign language and deaf culture, which also consists of one of the justifications for this work. As an integral member of the deaf community, the author seeks to understand the ways that lead the Children of Deaf parents to become translator interpreters, the main way to research the training of professionals in the field of translation, their legal guarantees, representative agencies and the evolution of the career. Thus, this study reflects on the process of formation, informality to formality that professional sign language translator interpreters and CODAs and Libras translators, and non CODAs translators pass during his personal experience to the professional experience. There by basing on the cultural importance as one of the requirements to become a translator and not an instrument that performs exchange of a word in one language to another. Under the usage of qualitative research methodology, exploratory methods, using Google Forms tools for data collection, is sought through questionnaires, addressing issues that would allow understanding the choice of profession of translator-interpreter made by coda. With the theoretical basis the studies of translation and interpretation, cultural studies, and some studies related to Children of Deaf parents, the investigation seeks to grasp the position of this professional front of sign language and deaf culture in their professional training. The research sought to understand how the interpretation of childhood experiences of codas influenced these to choose the profession of libras translators-interpreters.

Keywords: Coda. Sign Language. Deaf Culture. Professionalisation. Translator interpreter.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – SINAL	32
FIGURA 2 - CAMINHO TRAÇADO	46
FIGURA 3- ILUSTRAÇÃO PROPOSTA	105
FIGURA 4 - PERGUNTA Nº14	143
FIGURA 5 - PERGUNTA Nº 15	147
FIGURA 6 - PERGUNTA Nº 19	149
FIGURA 7 - PERGUNTA Nº 20	156
FIGURA 8 - PERGUNTA Nº 21	163
FIGURA 9 -PERGUNTA Nº 29	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo

ASP – Associação dos Surdos de Pelotas

BH – Belo Horizonte

CODA – *Children of Deaf adults* (filhos de adultos surdos)

CTILS – Cotas Tradutores e Intérpretes de Libras

EUA – Estados Unidos da América

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

HCDPs – *Hearing Children Whith Deaf Parents* (Crianças ouvintes com/filhos de pais surdos)

ILS – Intérprete de Língua de Sinais

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LS – Línguas de Sinais

PGET – Pós-Graduação em Estudos da Tradução

RS – Rio Grande do Sul

SW - Sign Writing

TILS – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

RESUMO	14
ABSTRACT	16
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	18
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	20
INTRODUÇÃO	24
1 FALANDO DO MEU LUGAR	31
1.1 MEU LUGAR.....	33
2 CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO	45
2.1 APRESENTAÇÃO GERAL.....	45
2.2 ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA	47
2.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	51
2.4 COLETA DE DADOS.....	53
2.5 ANÁLISE DE DADOS	57
3 O CAMPO DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO E O CODA TRADUTOR- INTERPRÉTE	61
3.1 PROFISSÃO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS, LEIS, ÓRGÃOS E REALIDADE NO BRASIL.....	69
3.2 DA INFORMALIDADE À FORMALIDADE, DE UMA REALIDADE FAMILIAR E INCONSCIENTE À PROFISSÃO DE TILS.....	101
4 AS CULTURAS EM QUE OS CODAS CRESCERAM E SEUS DESDOBRAMENTOS FRENTE À ESCOLHA PELA PROFISSÃO	109
4.1 O CODA TRADUTOR-INTÉRPRETE E SEU LUGAR NO CAMPO DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS	123
5 ANÁLISE DOS DADOS	137
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	193

INTRODUÇÃO

Este estudo traz reflexões teóricas e empíricas sobre Codas, *Children of Deaf Adults*, traduzido para o português como filhos de pais surdos¹. Um Coda, geralmente, cresceu em meio a duas culturas, duas línguas e experiências visuais, diferentemente de outras crianças que não são filhas de surdos. As pesquisas acadêmicas em torno de filhos de pais surdos ainda são recentes no Brasil. Grande parte desses estudos encontra-se na América do Norte e Europa (SOUZA, 2014, p.35).

A terminologia Coda é de origem estadunidense, sendo também utilizada por uma associação que realiza encontros com filhos de pais surdos. No caso da associação, é empregada a sigla CODA², usada com letras maiúsculas para referir-se à organização, em contraste com o termo de letras minúsculas, que se refere às pessoas. A CODA foi fundada em 1983 e defende a ideia de que os Codas, em diferentes partes do mundo, vivenciam experiências muito semelhante, se reconhecendo como sujeitos biculturais (SOUZA,2014, p.37-38).

Nesse estudo, a terminologia Codaganha destaque, uma vez que o sujeito de investigação é Coda, tradutor e intérprete. Para Quadros e Massutti (2007), Andrade (2011), Souza (2014) e Oliveira (2014), esse

¹ Utilizaremos a sigla Coda durante o trabalho, pois, no Brasil, não se criou uma sigla ou palavra específica para filhos de pais surdos, sendo assim, mantemos a sigla utilizada nos EUA.

² Fonte: <http://www.coda-international.org/>

é um profissional que, geralmente, possui uma vivência cultural diferente dos tradutores e intérpretes que não são Codas. Pois, na maioria das vezes, os Codas convivem com a língua de sinais, e com a cultura surda, desde a mais tenra idade³.

A necessidade de discutirmos a respeito dos Codas, neste trabalho, surgiu em face do número de Codas que atuam na área de tradução e interpretação do par linguístico Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa. As questões que fomentam esse estudo convergem para a relação construída entre o Coda e seus pais e entre o Coda e a comunidade surda⁴, que implicam no modo como é estabelecida sua formação⁵ profissional enquanto tradutor e intérprete de língua de sinais.

Tendo como pressupostos as questões elencadas acima, este estudo buscará uma reflexão acerca da trajetória percorrida pelo Coda para se tornar tradutor e intérprete de Libras. Epistemologicamente, essa pesquisa se insere nos estudos da Tradução e Interpretação, especificamente nos Estudos da Interpretação Comunitária. Pochhacker (2002), Quadros (2003), Masutti (2007), Pagura (2003) e Queiroz (2011) compõem a base teórica deste trabalho, buscando nos amparar

³Tenra idade é a designação para crianças de poucos anos, que não tem o espírito amadurecido, consideradas ingênuas, geralmente menores de dez anos.

⁴ Comunidade surda trata-se de um aspecto mais híbrido na constituição epistêmica, como um grupo instável de pessoas que o constitui. Tanto podem ser os surdos, os ouvintes filhos de pais surdos, os intérpretes e os que sinalizam com os surdos. (PERLIN, 2003, p.20)

⁵ Entenda-se, durante a leitura desta pesquisa, a palavra formação sempre se referindo à formação profissional ou profissionalização.

teoricamente quando falarmos das experiências formais de atuação do Coda Tradutor-Intérprete. Andrade (2011), Pereira (2014), Souza (2014) e Oliveira (2014) são trabalhos que interpelam a temática Coda, sendo estes os textos acadêmicos que encontramos no Brasil que tratam a respeito do Coda sob várias perspectivas, que serão, aqui, apresentados para que possamos **ter uma compreensão e reflexão das experiências de vida, e de interpretação, durante a infância desses sujeitos, que possam refletir hoje em sua escolha profissional como Codas tradutores-intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - CTILS**⁶. Tal questão é considerada como objetivo geral deste estudo. Tendo como objetivos específicos:

- Substanciar a necessidade de formação profissional, mesmo para aquelas pessoas que são bilíngues nativas;
- Identificar se o fato de ser bilíngue e interpretar as línguas envolvidas foi fator importante para a escolha profissional;
- Verificar se a formação foi uma necessidade dos sujeitos ou algo imposto socialmente.

A investigação, de cunho qualitativo, buscará elencar questões que levem à reflexão do Coda intérprete no âmbito cultural em relação à

⁶ Nesta pesquisa, optou-se por utilizar o termo “Codas Tradutores-Intérpretes”, estabelecendo um critério temporal para a composição do termo, pois os sujeitos da pesquisa são filhos de surdos antes de serem profissionais da área de tradução e interpretação, sendo assim, Coda Tradutor e Intérprete denomina o sujeito que cresceu em meio aos pais surdos e, ao escolher sua profissão, passa a ser tradutor e intérprete de Libras.

tradução e interpretação das línguas de sinais, campo onde esse sujeito atua informalmente e/ou profissionalmente.

Este estudo está dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo, denominado

“Falando do meu lugar”, traz meu relato enquanto filha de surdos, bem como minha trajetória profissional enquanto Coda Tradutora-intérprete de Língua Brasileira de Sinais. No segundo abordaremos, o percurso feito para a realização deste trabalho, chamado “Caminho teórico-metodológico”, apresenta a metodologia dentro de um contexto teórico, em que o caminho percorrido, as estruturas da pesquisa e a coleta são apresentados, para, logo em seguida, iniciarmos o capítulo de número três, tratando da contextualização da pesquisa, apresentando “o campo da tradução e interpretação”, capítulo que tem por objetivo apresentar o aporte teórico que sustenta essa investigação, e para dar continuidade traremos o capítulo de número quatro intitulado “As culturas em que os Codos cresceram e seus desdobramentos frente à escolha pela profissão”, para que possamos situar o leitor frente às produções que temos, atualmente, a respeito do tema a ser tratado e o envolvimento desses sujeitos junto à comunidade surda. No quinto capítulo, as análises realizadas trazem algumas considerações sobre esse profissional que, por ser filho de surdos, carrega, em sua escolha profissional, artefatos culturais surdos que orbitam em seu trabalho. Ainda no quinto capítulo, e talvez um dos mais desafiadores de ser realizado, traremos as análises e reflexões desta investigação. E, para concluirmos, o último e

sexto capítulo contém as conclusões desta pesquisa e sugestões para futuras investigações.

1 FALANDO DO MEU LUGAR

“Através da língua adquire-se toda uma cultura e o respectivo sistema de símbolos, o ser humano estrutura e interpreta o mundo, a sua relação com este e o lugar que nele ocupa. Assim, o falante nativo de língua gestual adquire não só a sua língua mas também a forma de pensar, as normas de comportamento, os valores e outros elementos característicos da sua cultura, dos quais depende a formação da sua identidade linguística e social. Esta raramente é monocultural, pelo simples facto de reunir as características do falante nativo de língua gestual e todas as outras envolvem a comunidade surda. Assim, este indivíduo é bi ou multicultural.”
(JOKINEN, 2006, p.84).

Para falar da minha história, do meu lugar enquanto Coda Tradutora-intérprete do par linguístico Língua de Sinais e Língua Portuguesa, gostaria de me apresentar enquanto membro da comunidade surda, por meio do meu sinal, do meu *nome na língua de sinais*, que é formado tendo como configuração de mão a letra M, encostando-a na parte superior da orelha, com a palma da mão virada para o rosto. Este sinal corresponde ao meu nome na comunidade surda.

os surdos eram “batizados” por outros surdos da comunidade, através de um sinal próprio e que esse sinal seria a identidade de cada um na

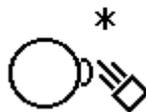
comunidade surda. [...] a comunidade surda não se refere às pessoas pelo nome próprio, mas pelo sinal próprio recebido no “batismo” quando o surdo ingressa na comunidade [...]. (DALCIN, 2006, p.205).

O “batismo” é realizado como um rito para os surdos, como também para as pessoas que convivem com os surdos, podendo assim fazer com que sejam reconhecidos pelo seu sinal, que, por vezes, é construído tendo como referência, uma característica física, algum hábito ou costume que a pessoa tenha, ou após seu convívio com a comunidade surda.

Para registrar o meu sinal, utilizei o sistema denominado *Sign Writing* (SW), conforme Stumpf (2005). O SW é a forma de registro e escrita da Língua de Sinais (LS). Essa forma de registro teve início na Dinamarca, quando pesquisadores das LS se depararam com os sistemas de escrita de dança utilizados por Valerie Sutton, no ano de 1974. Foi a partir dessa descoberta que se iniciaram muitas pesquisas em diferentes países a respeito da forma de registro e escrita das Línguas de Sinais.

Abaixo, segue o registro de meu sinal:

Figura 1 – Sinal



Fonte: Autoria própria, 2016.

No Brasil, a pesquisa sobre a escrita dos sinais foi desenvolvida por Marianne Stumpf, que teve o primeiro contato com esse sistema em meados de 1996, quando iniciou uma investigação mais aprofundada, culminando em sua tese de doutoramento, em 2005, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

As motivações que me levaram a abordar essa temática são pessoais e profissionais. De cunho pessoal, devido ao fato de eu ser Coda e tradutora e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, atuando profissionalmente desde o ano de 2011. Nesse sentido, falar de nossas histórias se torna imprescindível para compreendermos o outro e a nós mesmos.

Este trabalho busca conhecer relatos de Coda que, atualmente, são ou foram tradutores e intérpretes da LS. E, com isso, relatar algumas de suas experiências enquanto filhos de pais surdos que mediavam uma comunicação entre seus pais e o mundo ouvinte, a fim de relacionar essas experiências com a escolha de sua profissão como CodaTradutores-intérpretes.

1.1 MEU LUGAR

Desde a infância, vivenciava, e ainda vivencio, contextos onde a presença de pessoas surdas é uma constante: em casa, na associação de surdos, em escolas de surdos, na universidade, etc. Isto é, locais onde os surdos estão. Espaços em que a cultura surda e a Língua de Sinais constituiriam a base da minha relação com os meus pais e com

os outros sujeitos surdos com os quais convivo. Dessa forma, posso afirmar que tenho um convívio diário com a cultura surda e a Língua de Sinais (LS). Sendo assim, interpretava/interpreto para meus pais, em diversas situações do cotidiano: assistindo novela, durante conversas em família, em consultas médicas, na escola, e também em situações mais formais como no trabalho, em negociações bancárias e até mesmo em formaturas. Dessa forma, essas interpretações foram me constituindo uma Coda Tradutora-intérprete de Libras, porém, sem uma formação profissional específica para tal atuação. Buscando compreender o meu papel enquanto filha de surdos, enquanto membro da comunidade surda e, agora, atuando como profissional, tenho, na minha constituição/formação pessoal e profissional, artefatos culturais surdos. Artefatos estes que me constituem uma pessoa além de bilíngue, bicultural.

A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. (HALL, 2003, p. 43).

Dessa forma, essa experiência bilíngue e bicultural passava, por vezes, despercebida, sem que eu compreendesse as diferenças culturais em situações vividas por mim e minha família, momentos em que interpretar era algo natural, porém, novas situações e desafios foram surgindo e, com eles, uma realidade interpretativa diferente das que realizava até aquele momento.

A primeira vez que me percebi interpretando profissionalmente foi na Câmara de Vereadores de Pelotas, Rio Grande do Sul, no ano de 2001. Quando faço uso da palavra profissionalmente me refiro ao espaço e aos sujeitos que estavam envolvidos, pois eram outros surdos e não apenas meus pais, em uma situação formal, que fugia dos contextos em que habitualmente interpretava.

Estava acompanhada dos meus pais, assistindo a uma audiência pública que trataria de questões ligadas à educação de surdos do município. Logo, membros da comunidade surda, alunos surdos da rede municipal, pais, professores e um tradutor e intérprete estavam presentes. Após o início da sessão, foi dada a palavra ao presidente da Associação dos Surdos de Pelotas – ASP. Para fazer a interpretação da fala do presidente da ASP, a profissional que estava presente à sessão ocupou um lugar na plenária que ficou distante dos surdos participantes. Nesse momento, um dos professores, solicitou a mim que interpretasse para os surdos, justificando que o intérprete estaria longe demais para que eles pudessem acompanhar a interpretação, pois o momento era de suma importância para os surdos que ali estavam representando a comunidade pelotense. Foi nesse momento que me posicionei frente aos surdos e interpretei a sessão pública. Nesse

instante, as indagações a respeito da profissão de intérprete de Libras começaram a povoar minha mente.

Após o término da sessão, a mesma professora que havia solicitado que eu interpretasse a audiência me ofereceu um emprego na rede municipal de ensino, como Tradutora-intérprete de Libras.

Minha atuação profissional teve início no ano de 2001, na cidade de Pelotas (RS), no Colégio Municipal Pelotense, onde um projeto do município atendia alunos surdos que ingressavam no Ensino Médio. Esse projeto previa a formação para todos os professores envolvidos nesta nova maneira de dar aula: além dos alunos ouvintes e dos alunos surdos, o professor contaria com a presença de Tradutores-intérpretes em sala de aula. A cidade conta também com a Escola Especial Alfredo Dub que atende surdos, desde a estimulação precoce ao Ensino Fundamental. O intuito aqui é situar o contexto educacional e regional das pessoas surdas, pois, o trabalho, o método adotado de ensino se diferencia de uma escola com perspectiva de inclusão para uma escola de surdos.

Então, fui convidada a trabalhar no Colégio Municipal Pelotense, que atendia surdos sob a ótica da política nacional, na perspectiva da educação inclusiva no Ensino Médio e Magistério. Porém, na ocasião, eu não tinha nenhuma outra formação além do Ensino Médio. Mesmo assim, o convite foi mantido e a justificativa para que eu pudesse atuar era a de que, sendo filha de pais surdos, não precisaria de formação, uma vez que conhecia a Língua de Sinais desde criança, diferentemente dos outros Tradutores-intérpretes que atuariam comigo naquele momento. Também foram contratadas mães de surdos

e pessoas com fluência na LS que faziam parte da comunidade surda da cidade. Contudo, essas pessoas participaram de uma formação de curta duração para atuarem como Tradutor-intérprete de LS.

Fui contratada como intérprete para atuar em uma sala com alunos surdos e ouvintes no final do ano de 2001. Momento de grande expectativa e, confesso, de insegurança. O trabalho de tradução e interpretação seria realizado por duplas de profissionais. Uma dupla para cada turma. Como foi no final do segundo semestre, várias rotinas já haviam sido estabelecidas e construídas entre os alunos surdos, professores e Tradutores-intérpretes na sala de aula.

Interpretar para meus pais era totalmente diferente da experiência de interpretar em uma sala de aula, para trinta alunos adolescentes, tendo em vista o espaço em que estava ocorrendo a interpretação, bem como as pessoas envolvidas no processo. Quando interpreto para meus pais sei o nível linguístico que devo utilizar, os sinais adequados e posso “interromper” o processo caso seja necessário. Diferentemente da sala de aula, onde o conteúdo trabalhado é específico, onde cada aluno tem seu ritmo e nível linguístico, onde existem, além de surdos, os alunos ouvintes, outro intérprete e o professor. Ansiedade essa que os alunos surdos e ouvintes vivenciaram por partilharem, em um mesmo espaço, duas línguas e duas culturas, novos profissionais, novo ritmo, uma nova realidade. Os alunos surdos, em minoria, oriundos de escolas de surdos, se depararam com uma nova realidade escolar. Uma realidade didática e estrutural diferente da que tinham até então. Para mim, Coda intérprete, enquanto profissional, também era algo inédito, diferente. Estava frente a uma nova profissão

e um contexto linguístico que não era familiar e, ao mesmo tempo, aparentemente, traduzir e interpretar era o que, *apriori*, realizava desde minha infância, de forma diferente e com outras pessoas e contextos.

Essas questões aqui apresentadas possibilitam reflexões que privilegiam os aspectos linguísticos, como, por exemplo: sintáticos, semânticos, fonológicos, morfológicos e pragmáticos da Língua Brasileira de Sinais. As pesquisas sobre a linguística das LS, em especial da Libras, têm sido investigadas em nosso país por Quadros (2013), Quadros e Karnopp (2004), dentre outros.

Quadros (2013) contextualizou historicamente as pesquisas desenvolvidas sobre os estudos linguísticos da Libras no Brasil. Segundo ele, há uma marca presente dos estudos linguísticos, constituindo as primeiras pesquisas sobre a Libras e com isso a influência dos mesmos no ato tradutório e interpretativo. Santos (2013) ratifica essa posição ao dizer que os primeiros estudos sobre a tradução e interpretação de Libras no Brasil foram marcados por um viés linguístico.

No Brasil, temos a Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma língua garantida pela Lei 10.436/2002 como língua de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, que contém diferenças de estado para estado. O mesmo se dá de país a país, em que variações regionais e dialetais crescem a cada dia, pois a Libras, como qualquer outra língua, é uma língua viva e natural, e, quanto mais usada mais evoluirá, assim, os envolvidos com ela devem acompanhá-la, para uso diário familiar, profissional ou para fins de pesquisa.

Logo, surgiram as dificuldades em aprender sinais específicos dos conteúdos mediados em sala de aula e no espaço escolar, antes nunca vivenciados por mim; técnicas de tradução e interpretação; situações que não sabia como lidar como, por exemplo, indagações a respeito do aprendizado do aluno surdo e as possíveis melhorias para o andamento da aula tiveram que ser superados. A possibilidade de atuar em dupla (com outro profissional) contribuiu e contribui de forma significativa na qualidade da tradução e interpretação, nas escolhas lexicais, nas abordagens culturais durante o processo tradutório e tornou possível, para mim, momentos ricos de aprendizado. Minha colega de tradução e interpretação possuía uma larga bagagem de experiências que foram cruciais para o meu amadurecimento profissional. Ela era formada em um curso que a habilitava trabalhar como intérprete de Libras, curso esse oferecido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – Feneis/RS.

Logo após o término do ano letivo, foi oferecido um curso de formação para Tradutor-intérprete de Libras, no município de Pelotas/RS, no qual me inscrevi para obter conhecimento e formação adequada para atuar nessa nova profissão. O curso terminou em 2002. Em 2004, participei de mais um curso de formação e, em 2008, iniciei a graduação em Letras/Libras. O curso era oferecido na modalidade a distância, pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, para quinze polos distribuídos pelo Brasil, formando tradutores e intérpretes de Libras/Português, habilitando bacharéis em Letras/Libras, com polo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

As inquietações acerca da minha familiaridade com a língua e cultura surda e, depois, como profissional, levaram à construção deste trabalho que ora se inicia. Uma dessas inquietações gira em torno dos mitos sobre a atuação do Coda Tradutor-intérprete, uma vez que o senso comum prega que, por ser Coda, este não precisa de formação específica na área de tradução e interpretação.

Durante minha trajetória como Tradutora-intérprete, percebia que havia, e ainda há, certa cobrança, ou uma maior expectativa sobre a atuação de um Coda Tradutor-intérprete. Muitos colegas de profissão, e até mesmo os surdos, acreditavam e ainda acreditam que, por ter a Língua de Sinais como língua nativa, eu era uma profissional com mais qualificação do que um Tradutor-intérprete que não seja Coda. Nesse sentido, é importante lembrar que a “língua é uma atividade constitutiva do conhecimento do mundo pela criança, é onde ela se constrói como sujeito e por meio da qual ela segmenta e incorpora o conhecimento do mundo e do outro”. (DEL RÉ, 2006, p.26).

A linguagem tem um caráter sociocultural. Desse modo, através do meio, do contato com o outro, com meus pais, aprendi uma língua e desenvolvi uma cultura, a Língua Brasileira de Sinais e a cultura surda. Contudo, ter contato com a Libras, desde a mais tenra idade, não me habilita a ser uma Tradutora-intérprete profissional. Minhas interações linguísticas com as pessoas ouvintes, com as quais meus pais conviviam, aconteciam de forma natural, então era como se eu *dialogasse* com surdos e ouvintes ao mesmo tempo. Não me via interpretando. Como vimos acima, Quadros (2004) discorre de forma clara sobre a atuação do Coda e sua relação com a Língua Brasileira de

Sinais e a Língua Portuguesa, afirmando que ser um Coda não garante ser um bom intérprete profissional. Segundo Quadros:

Os filhos de pais surdos são intérpretes de língua de sinais?

Não é verdade que o fato de ser filho de pais surdos seja suficiente para garantir que o mesmo seja considerado intérprete de língua de sinais. Normalmente os filhos de pais surdos intermediam as relações entre os seus pais e as outras pessoas, mas desconhecem técnicas, estratégias e processos de tradução e interpretação, pois não possuem qualificação específica para isso. Os filhos fazem isso por serem filhos e não por serem intérpretes de língua de sinais. Alguns filhos de pais surdos se dedicam a profissão de intérprete e possuem a vantagem de ser nativos em ambas as línguas. Isso, no entanto, não garante que sejam bons profissionais intérpretes. O que garante a alguém ser um bom profissional intérprete é, além do domínio das duas línguas envolvidas nas interações, o profissionalismo, ou seja, busca de qualificação permanente e observância do código de ética. Os filhos de pais surdos que atuam como intérprete têm a possibilidade de discutir sobre a sua atuação enquanto profissional intérprete na associação internacional de filhos de pais surdos (www.coda-international.org). (QUADROS, 2004, p.30).

A competência comunicativa, isto é, a habilidade linguística de se comunicar em determinada língua que o Coda possui, se difere da competência tradutória, uma vez que nem todo nativo de uma língua está pronto para ensiná-la ou traduzi-la. Shreve (1997) considera a competência tradutória como uma especialização da competência comunicativa, mas com a diferença de que nem todo mundo possui esse primeiro tipo de competência; nesse sentido, a competência tradutória não é uma habilidade inata. De acordo com Hurtado (2003):

Embora qualquer falante bilíngue possua competência comunicativa nas línguas que domina, nem todo bilíngue possui competência tradutória. A competência tradutória é um conhecimento especializado, integrado por um conjunto de conhecimentos e habilidades, que singulariza o tradutor e o diferencia de outros falantes bilíngues não tradutores (HURTADO, 2003, p. 19).

É por esta razão que temos a intenção de explorar a experiência vivida e, além disso, investigar quais foram os caminhos percorridos pelos Cotas que optaram pela profissão de Tradutores-intérprete de Libras. Como dito anteriormente, mesmo antes de ter a formação como tradutora- intérprete, já existia a solicitação para realizar trabalhos junto à comunidade surda. Vemos isto acontecer ainda nos dias atuais, em que pessoas são solicitadas a serem “intérpretes” sem ter nenhuma formação: colegas de trabalho, professores, filhos de pais surdos, irmão de surdos, ouvintes da comunidade, e, até mesmo, os surdos que conhecem outras línguas.

Será esta prática dentro da família a principal causa de os Cotas escolherem a profissão de Tradutor-intérprete ou teriam outros fatores para esta escolha? Talvez, no início da construção desta profissão, a escassez de profissionais fosse uma boa e compreensiva justificativa, e hoje, qual seria? Ter intimidade com o surdo? Com o assunto a ser tratado? Não cobrar pelo serviço? “Interferir” quando necessário? Fazer “comentários” que colaborem com o entendimento? É de mais fácil acesso? Tem a formação adequada? Diante dessas hipóteses, acredito que ambas as experiências, tanto profissionais

quanto pessoais, me possibilitam vivenciar o mundo surdo e o mundo ouvinte. Skliar e Quadros (2000) trazem uma reflexão acerca da existência e da vivência entre diferentes mundos, afirmando, com a seguinte frase, que “não existe um único mundo disponível senão vários mundos que se impõem e superpõem, criando novas e complexas perspectivas sobre questões tais como cultura, línguas, identidades e diferenças” (SKLIAR; QUADROS, 2000, p.2).

Esta pesquisa se justifica no sentido de refletir mais a fundo a respeito da constituição do Coda Tradutor-intérprete de Língua de Sinais que se torna um profissional, e da importância da formação, pois alguns dos elementos (respostas) poderão contribuir de maneira a se pensar sobre o Coda não apenas como um ser humano bilíngue, mas como alguém que cresce em meio a duas culturas, duas línguas e, às vezes, escolhe uma profissão que o mantenha envolvido nestes dois mundos.

2 CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Neste capítulo, são abordadas questões referentes aos procedimentos metodológicos adotados no transcurso desta pesquisa. Serão explicitados os passos seguidos para a realização da investigação, os mesmos serão descritos e justificados, e, assim, estabeleceremos a relação dos procedimentos com os objetivos já apresentados anteriormente na introdução.

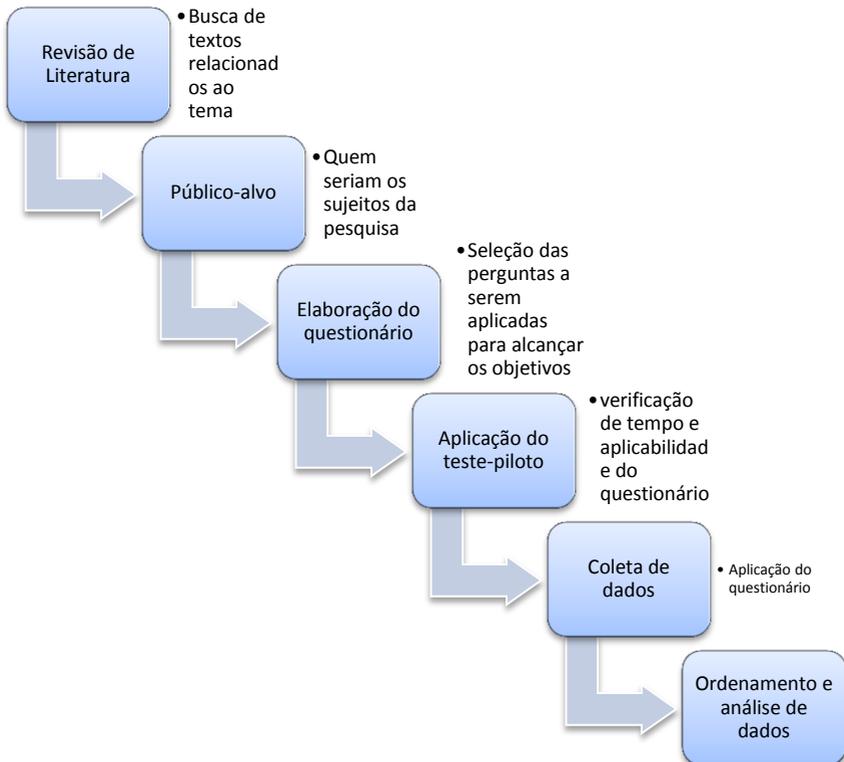
Iniciaremos com a apresentação geral da pesquisa, a classificação e abordagem que a mesma adota, para, em seguida, apresentar o contexto e a coleta dos dados, o instrumento utilizado na coleta, o questionário online, desde sua elaboração à aplicação, bem como o teor das questões e as motivações que geraram as perguntas. Após, será apresentada a análise dos dados, o método escolhido para a discussão daquilo que será obtido com o questionário e a categorização dos resultados extraídos das respostas, a partir da divisão temática que apresenta o questionário.

2.1 APRESENTAÇÃO GERAL

Para atender aos objetivos deste trabalho, define-se como procedimento metodológico a abordagem qualitativa, do tipo exploratória, participante/autoetnográfica e *survey*. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário online, e o caminho

traçado para a execução da pesquisa se deu na seguinte ordem, conforme podemos ver na Figura 3, abaixo:

Figura 2 - Caminho traçado



Fonte: Autoria própria, 2016.

2.2 ABORDAGEM E TIPO DE PESQUISA

De acordo com Richardson (1999), a partir do final do século XIX, começaram a se desenvolver técnicas de pesquisas, por parte de alguns antropólogos, como o americano Lewis Henry Morgan (1818-1881); o alemão Franz Boas (1858-1942); e o polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942), estudiosos estes que iniciaram algumas pesquisas a respeito das sociedades tradicionais. Em 1910, nos Estados Unidos, na Universidade de Chicago, é inaugurado o departamento de Sociologia e Antropologia, tornando-se centro de referência em pesquisas sociológicas da época. A Escola de Chicago foi um diferencial por sua alta produção de conhecimentos, podendo assim indicar soluções de problemas sociais e concretos enfrentados pela cidade durante o período, por meio de estudos ligados aos problemas de imigrantes, delinquentes, de violência, conflitos raciais e étnicos

Os objetos de análise das Ciências Humanas são os sujeitos, e o que eles fazem, compreendendo que eles atuam como: “não apenas agentes interpretativos de seus mundos, mas também compartilham suas interpretações à medida que interagem com outros e refletem sobre suas experiências no curso de suas atividades cotidianas” (MOREIRA, 2002, p.50-51).

Os pesquisadores das ciências naturais investigam objetos que não têm capacidade de interpretação e reflexão. Os estudiosos das ciências sociais, por lidarem com objetos que interagem de forma natural, necessitam de um esboço teórico e metodológico que se adeque ao seu objeto de pesquisa.

Esta pesquisa é de cunho qualitativo, uma vez que o pesquisador traça sua investigação na compreensão e interpretação da realidade, preocupando-se com a questão hermenêutica na atividade de investigar sobre as vivências dos sujeitos desde a infância até sua escolha pela profissão, e trabalhar com a interpretação do olhar do outro, que também interpreta o que está a sua volta. A abordagem qualitativa tem por objetivo investigar a maneira com que as pessoas entendem/interpretam suas experiências pessoais e com o mundo, explorando assim o comportamento e as formas de ver tais vivências, podendo, dessa forma, dar sentido a estas de maneira subjetiva.

Conforme Minayo (1993), a base da pesquisa qualitativa é ver, observar e compreender a realidade de maneira geral, pois a investigação qualitativa tem sua origem na Filosofia e Ciências Humanas. A pesquisa qualitativa trabalha com conceitos e valores que não devem ser considerados como questões quantitativas porque correspondem a questões de fórum pessoal. Contudo, informações de cunho quantitativo e qualitativo se cruzam dentro de uma pesquisa.

Ao buscar, na pesquisa qualitativa, um caminho para estruturar este estudo, a pesquisa participante, como defende Moreira (2002), possibilita colocar-se no lugar do outro, tentar entender este outro frente às experiências vivenciadas por ele. A autora deste trabalho é Coda, dessa forma, seu olhar convergirá em busca também de uma reflexão enquanto CTILS, uma vez que vivenciou experiências similares às relatadas neste estudo. A metodologia de pesquisa qualitativa é usada

quando a compreensão do contexto social e cultural é um componente importante para a investigação.

Nos pressupostos da pesquisa participante, a autoetnografia simboliza um recorte da etnografia que arraiga a pesquisa nas diferentes janelas da mente do sujeito, pertinente ao ambiente que está posto, tendo como base sua experiência pessoal. O investigador averigua os tópicos sociais e culturais no seu entorno, a fim de, posteriormente, realizar uma autorreflexão para que, dessa forma, torne-se suscetível à constância das interpretações e questões culturais. A reflexão é feita na junção do passado, futuro, entre o que está dentro e fora, entre o sujeito e a cultura. O termo autoetnografia surgiu há mais ou menos 30 anos e é utilizado por teóricos das ciências sociais para abordar questões como: experiências pessoais, etnografia pessoal, histórias pessoais.

Conforme Kock, Godoi, Lenzi (2012), a autoetnografia possibilita o envolvimento do investigador, como também a exposição de suas ideias e pensamentos reflexivos no estudo em roga. Por meio dela, as explicitações da vida social do investigador são reveladas e a voz do pesquisador se faz presente (KOCK; GODOI; LENZI, 2012).

Neves (1996, p. 1) conceitua pesquisa qualitativa como “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social”.

Sendo assim, buscaremos refletir sobre as experiências de Cotas Tradutores-intérpretes durante sua infância e os caminhos que os

levaram a busca profissional na área. Além disso, utilizaremos outras pesquisas da mesma temática para evidenciar assuntos que venham a surgir em comum às respostas obtidas, utilizando-se das respostas dadas pelos participantes no questionário. Dessa forma, esta pesquisa irá investigar sobre os modos como se construíram a trajetória profissional de Codas enquanto tradutores e intérpretes. A pesquisa se enquadra como exploratória e, de acordo com Gil (2007):

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007, p.41).

Outra classificação que se adequa a essa pesquisa é a do tipo *Survey* que, conforme Santos (1999), é aquela que busca informação diretamente com o grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter. Trata-se de um procedimento útil, especialmente em pesquisas exploratórias e descritivas. Nesse tipo de pesquisa, o participante não é identificável, portanto o sigilo é garantido e seguro.

A pesquisa com *survey* pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário

como instrumento de pesquisa (FONSECA, 2002, p. 33).

Sendo assim, a aplicação do questionário como um instrumento para coleta de dados, nos trouxe as experiências vividas pelos Codas Tradutores-intérpretes de Libras, ajudando a investigar mais a respeito deste processo de mediação que ocorrera durante a infância dos mesmos, podendo assim refletir sobre suas escolhas profissionais.

2.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Primeiramente, é importante dizer o quanto é delicado e minucioso pensar nos sujeitos de pesquisa, pois os mesmos podem envolver pessoas do círculo profissional das autoras deste trabalho, uma vez que, conforme dito anteriormente, a autora também é uma Coda Tradutora-intérprete. Este foi um dos motivos em optar por um questionário anônimo, pois, além das questões pessoais, os sujeitos de pesquisa são essenciais, visto que são eles que nos dirão o que “queremos” ouvir, ou seja, o que eles têm para falar e para contar-nos é do que precisamos para verdadeiramente realizar o trabalho de investigação.

O objetivo do trabalho é resgatar a história de Codas Tradutores-intérpretes brasileiros, buscando a reflexão sobre a escolha pela profissão de tradutor e intérprete de Libras. Por isso, foi escolhido o grupo fechado na rede social Facebook, intitulado Codas Brasil.

Destaca-se que, apesar do objeto de pesquisa ser o grupo de Codas Tradutores-intérpretes brasileiros, conforme o grupo no Facebook é assim intitulado, a pesquisa não irá identificar a localização geográfica dos participantes, justamente para evitar o reconhecimento dos sujeitos, visto que a comunidade é pequena e, assim, pode haver a identificação caso seja informada de qual região são os sujeitos.

A autenticidade dos participantes da pesquisa enquanto Codas é garantida devido os administradores, que, antes de aceitar as solicitações de entrada no grupo, conferem os solicitantes, pedindo auxílio aos outros membros, verificando, assim, se os interessados em ingressar no grupo são filhos de pais surdos. Outra prática dos organizadores é também a de membros do grupo convidarem outros para fazerem parte do mesmo, assim facilita-se a hipótese e segurança de que todos os participantes são Codas, um grupo privado em que apenas entram pessoas que são convidadas ou que recebem a confirmação de antigos membros para aceitação de ingresso ao grupo.

Foi devido a estes cuidados que optou-se por esse grupo, ainda que nem todos componentes sejam intérpretes, e, por essa razão, deixa-se claro no cabeçalho do questionário que a pesquisa envolverá Codas que são ou já foram intérpretes profissionais. A busca por enquadrá-los enquanto profissionais se deve ao fato que, nessa pesquisa, temos por objetivo investigar se as experiências que tiveram na infância, de interpretar para seus pais e familiares, os fez escolher a profissão, e como isso se deu.

2.4 COLETA DE DADOS

Para obtenção dos dados, nesta pesquisa, foi utilizado como instrumento de coleta um questionário virtual semiestruturado contendo 50 perguntas, elaboradas a partir de três categorias: *um pouco denós*, tendo como objetivo conhecer de maneira geral os sujeitos de pesquisa, idade, formação, quem e quantos surdos tem na família, e questões ligadas à Língua de Sinais; a segunda, denominada *a infância e a profissão*, com a intenção de verificar se a escolha pela profissão de intérprete havia ocorrido por incentivo dos pais e familiares, por experiências já vividas, por não ter outras opções, por escolha própria, enfim, investigando como ocorreu este processo de escolha profissional; e a terceira e última, contempla questionamentos a respeito de como foi feita a *busca profissional*, como e por que buscaram ser profissionais intérpretes de Libras, qual tempo de duração dos cursos realizados, e se a formação profissional fez diferença para eles que já interpretavam desde a tenra idade.

Uma das etapas mais importantes da pesquisa foi a elaboração das questões aplicadas aos sujeitos de pesquisa, tarefa que exigiu muitos cuidados por parte dos pesquisadores, pois, para que o objetivo desta fosse alcançado efetivamente, o participante deve ser alguém que esteja no perfil traçado pelos pesquisadores, bem como mostrar disponibilidade de fazer parte da pesquisa, além disso, é preciso passar segurança aos sujeitos de pesquisa, garantindo a eles que seus dados estarão em segurança e sigilo.

Por fim, foi importante organizar um roteiro norteador para a elaboração do material de coleta de dados, evitando, assim, deixar passar algum dos dados necessários. Quando menciono a palavra roteiro não me refiro a algo ligado a entrevista, pois não é esta nossa ferramenta em uso, e sim como uma maneira de organizar de que forma irão progredir as perguntas do questionário, sem que o sujeito se sinta desconfortável, fazendo com que o mesmo compreenda, aos poucos, qual o objetivo de tais perguntas, colaborando de maneira clara e responsável.

Conforme Gil (2007), uma das regras a serem seguidas para elaborar um questionário é de que ele seja iniciado com as perguntas mais simples e finalizado com as mais complexas; e esta foi uma das nossas escolhas, porém, acabamos descumprindo outra regra sugerida pelo mesmo autor, de que os questionários devam ter um número de perguntas limitado.

Importante ressaltar que, quando elaborado o questionário, as categorias anteriormente citadas não foram pensadas como categorias de análise e sim como uma estratégia para localizar o sujeito de pesquisa sobre o que iria ser tratado nas questões a seguir, porém, ao terminar de elaborar e realizar uma aplicação teste, percebeu-se que as categorias ali estabelecidas iriam contribuir para divisão e análise da pesquisa. A aplicação teste-piloto foi realizada com dois sujeitos Cotas, tendo como objetivo verificar o tempo para preenchimento das questões, para poder, assim, dizer, no cabeçalho da pesquisa, quanto tempo cada um deveria

desprender para responder ao questionário por completo, evitando assim problemas de preenchimento e envio do questionário.

A elaboração de um questionário consiste basicamente em atender os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos e claros para os participantes. Naturalmente, não existem normas rígidas a respeito da elaboração do questionário. As sugestões para a produção do mesmo, conforme Gil (2007), são que ele deve ser iniciado com as perguntas mais simples e finalizado com as mais complexas, o que, de fato, foi a opção de estratégia adotada na pesquisa e acabou por influenciar na quantidade de questões, pois para que não fossemos direto a questão principal, acabamos realizando um número expressivo de questões antes de chegarmos ao objetivo, fazendo com que os sujeitos fossem se sentindo cada vez mais envolvidos e à vontade com o tema.

Conforme já mencionado, antes de aplicar o questionário definitivo, foi aplicado o teste-piloto com dois Cotas Tradutores-intérpretes, tendo como intenção calcular o tempo de duração para responder as perguntas na íntegra, e também, além da estimativa do tempo, permitir que os participantes sugerissem alterações e ou correções a respeito da ferramenta e conteúdo da coleta de dados. Contudo, ao conversar com um dos sujeitos que realizou o teste-piloto, ele afirmou que mesmo as questões sendo em grande quantidade, não houve dificuldades durante a realização. Além dessa observação, o mesmo sugeriu que realizássemos entrevistas, e a ele foi explicado que para realizarmos entrevistas demandaria mais tempo e recursos que não estavam previstos para esta pesquisa.

Questionário pode ser definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado (GIL, 2007, p. 121).

A opção pelo questionário se deve ao fato de que, primeiramente, queria-se algo que não identificasse os sujeitos, para que, assim, estes se sentissem à vontade para responder as perguntas, já que estaríamos falando da experiência de vida destes sujeitos. Acreditamos que quanto menos identificados, mais falariam sobre a sua experiência. Além desses motivos, também acreditou-se que colocar o questionário online seria uma maneira mais imparcial de selecionar os sujeitos, pois responderiam aqueles que tivessem interesse na pesquisa, disponibilidade de tempo e acesso ao grupo em que foi divulgado o questionário.

O questionário foi elaborado utilizando a ferramenta “Google Forms”⁷, e disponibilizado online, em grupo fechado, na rede social

⁷ A ferramenta Google Forms, além de prática no sentido estrutural e de aplicação, nos fornece o levantamento dos dados de maneira automática e prática, com gráficos e respostas alinhadas a cada questão, facilitando assim a análise de dados, para cada pergunta realizada. Para mais detalhes a respeito da ferramenta consulte o site: <https://www.google.com/intx/pt-BR/work/apps/business/products/forms/>.

Facebook, no grupo Coda Brasil⁸. Este grupo tem cerca de 266 membros, e todos os participantes são Codas, de diversas regiões brasileiras (destes 266 membros, obtivemos 16 respondentes). É importante ressaltar que o grupo já existia antes do início desta pesquisa e foi criado com intuito de que os Codas pudessem se conhecer e, através dele, realizar trocas de experiências.

O questionário ficou disponível por 30 dias, e o mesmo exigia dos participantes uma média de 40 a 50 minutos para seu preenchimento completo. Utilizando como referencial os tópicos que dividem o questionário em três partes, as categorias que o compuseram foram: experiências da infância dos Codas, elementos que incentivaram a busca pela profissionalização e, por fim, caminhos que trilharam para alcançar a profissão.

2.5 ANÁLISE DE DADOS

A partir das três categorias pré-estabelecidas no questionário, realizaremos a análise dos dados, utilizando o referencial teórico deste trabalho, que aborda os seguintes temas: Interpretação comunitária, Identidades intérpretes Codas, Experiências na infância e Profissionalização.

⁸Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/213566132033093/?fref=ts>. Acesso em: jul 2016

Sendo assim, primeiramente, traremos os dados construídos automaticamente pela ferramenta Google Forms, de forma que estes nos tragam um panorama geral dos sujeitos envolvidos na pesquisa, apresentando os dados obtidos com porcentagem e alguns gráficos, possibilitando-se verificar/traçar o perfil dos pesquisados.

Como o questionário é aberto e contém muitas questões, selecionou-se as que convergiam para o foco central deste estudo, que são as questões pessoais que auxiliavam a identificar o que levou este sujeito a buscar formação na área dos estudos da tradução, bem como sua relação com a cultura surda em sua atuação profissional.

As questões selecionadas são:

- Qual seria para você, sua primeira língua? (14)⁹
- Destas opções, qual a língua que você prefere usar? (15)
- Seus pais incentivaram você a usar a Língua de Sinais em casa? (19)
- Seus pais o encorajaram a se tornar intérprete? (20)
- Quando pequeno, ao interpretar para seus pais, se dava conta de que estava realizando uma interpretação? (21)
- Quando era solicitado a interpretar, antes de ter a formação TILS, se sentia inseguro ao aceitar? (29)

⁹ Os números entre parênteses, ao fim de cada pergunta, se referem ao número relativo à questão correspondente no questionário aplicado junto aos sujeitos da pesquisa.

- Quando iniciou a busca por formação, quais foram os passos que você deu para aprender a ser um intérprete profissional? (36)
- O que levou você a escolher a profissão de Tradutor-intérprete de Libras? (49)
- O que mais gostaria de dizer sobre sua trajetória para se tornar um Tradutor-intérprete? (50)

Para responder os objetivos da pesquisa, e então iniciar uma análise minuciosa do que nos é trazido, iremos comparar respostas recorrentes com as menos recorrentes, verificar o que mais se destaca quando tratado o assunto da busca pela profissionalização de Tradutor-intérprete de Libras e o quanto essa busca é relacionada às experiências na infância, quando estes Codas eram mediadores de seus pais com o mundo ouvinte.

Será feita uma análise de conteúdo, conforme Freitas e Moscarola (2002), que consistirá em ler cada resposta para compreender o todo e correlacioná-lo com os temas abordados, como uma tentativa de fechar a questão aberta.

Inicialmente, pode-se dizer que análise de conteúdo é uma técnica refinada, que exige muita dedicação, paciência e tempo do pesquisador, o qual tem de se valer da intuição, imaginação e criatividade, principalmente na definição de categorias de análise. Para tanto, disciplina, perseverança e rigor são essenciais (FREITAS; MOSCAROLA, 1997, p. 106).

Conforme citado anteriormente, tem-se um número expressivo de questões, o que não possibilitará que se analise todas elas. Logo, para que possa-se atender os objetivos e nos dedicarmos com disciplina, tempo e com um olhar rigoroso, deixaremos algumas questões para outras investigações e ou publicações a respeito do tema tratado. Qualquer técnica de análise de dados, em última instância, significa uma metodologia de interpretação. Como tal, possui procedimentos peculiares, envolvendo a preparação dos dados para a análise, visto que esse processo “consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem” (CRESWELL, 2007, p. 194).

3 O CAMPO DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO E O CODA TRADUTOR- INTERPRÉTE

De acordo com Pagura (2003), a profissão de Tradutor-intérprete data desde a Antiguidade. Uma das mais remotas referências a este profissional vem da bíblia, onde Paulo, em uma de suas epístolas aos Coríntios, traz a seguinte citação (I Coríntios 14, p.28): “*e se alguém falar em língua desconhecida, faça-se isso por dois, ou quando muito três, e por sua vez, e haja intérprete*”. Colombo, em sua expedição, estava acompanhado de intérpretes do hebraico, árabe e caldeu. Segundo Pagura (2003), na Primeira e Segunda Guerra Mundial, a interpretação ganha destaque em razão das muitas nações envolvidas nos conflitos. Com o fim da Segunda Guerra, o conhecido julgamento de Nuremberg, em que os prisioneiros alemães foram julgados, ocasionou uma questão desafiadora com as línguas envolvidas, pois eram quatro: alemão, inglês, francês e russo. A possibilidade de uma interpretação consecutiva foi descartada já que esta modalidade exige uma pausa; o Tradutor-intérprete ouve um determinado trecho do discurso, faz anotações e, em seguida, interpreta o discurso. No julgamento de Nuremberg, essa modalidade faria com que as audiências no tribunal fossem muito longas, sendo inviável também pelo número de línguas envolvidas. Então a opção recaiu sobre a interpretação simultânea, que é a modalidade em que a interpretação das línguas envolvidas acontece simultaneamente. Leon Dostert, intérprete do General Eisenhower, providenciou intérpretes que não tinham experiência em interpretação, contudo, tinham competência linguística. Esta experiência contribuiu

para o trabalho de tradução e interpretação simultânea que temos atualmente.

Além das modalidades consecutivas e simultâneas, há a forma intermitente, porémas pesquisas ainda são recentes em torno dessa categoria. Tal modalidade se dá em reuniões em que é solicitado a uma pessoa, que conheça as duas línguas (comumente sem prática de tradução), que ela se coloque ao lado da pessoa que vai falar, para, assim, interpretar o que está sendo dito. A pessoa que está falando diz duas ou três frases curtas e espera para que aquela pessoa que está ao seu lado faça a interpretação. Essa modalidade tem foco na interpretação das palavras e não há preocupação com outras questões relevantes do processo interpretativo (PAGURA, 2003).

A modalidade intemiteinte pode ser comparada, grosso modo, com situações vividas pelos Codas quando ainda crianças, nas mediações feitas com familiares ouvintes, em reuniões com professores na escola e outros contextos. O Coda, quando criança, e, muitas vezes, quando adulto, não tem prática em interpretar e desconhece processos interpretativos. Ao desconhecer técnicas tradutórias, o Coda tem como base sua experiência familiar e cultural com as línguas envolvidas, mediando a relação entre Libras e o Português.

Ainda que o trabalho de tradução seja antigo, a teorização e o estabelecimento dos estudos da tradução na academia são recentes. Contudo, abriu-se a possibilidade de discutirmos a atuação do Coda Tradutor-intérprete sobre o prisma de um profissional que vivenciou a

LS e a cultura surda de uma forma diferente da maioria dos intérpretes não Codas. Para Campos (1986),

Não se traduz afinal de uma língua para outra, e sim de uma cultura para outra; a tradução requer assim, do tradutor qualificado, um repositório de conhecimentos gerais, de cultura geral, que cada profissional irá aos poucos ampliando e aperfeiçoando de acordo com os interesses do setor a que se destine o seu trabalho. (CAMPOS, 1986, p.27-28).

Ao longo de muito tempo, o conjunto de documentos sobre tradução acessível fundamentava-se, basicamente, nas observações de tradutores sobre seus próprios trabalhos, suas impressões, experiências particulares e conselhos sobre a forma mais adequada de traduzir, em uma perspectiva preeminente de orientação (MARTINS, 2010).

No Brasil, seguindo as publicações internacionais, os Estudos da Tradução apontam as diferenças e semelhanças entre a tradução e interpretação, encontradas, por exemplo, em Alves e Pagura (2002), e Pagura (2003). Um dos grandes contrastes utilizados na área para destacar as diferenças dos dois processos é que a tradução trabalha com textos escritos e registros das línguas envolvidas, enquanto a interpretação com os textos orais. Lima (2006, p.35) apresenta como principal diferenciação entre as duas atividades os modos de realização das mesmas, “enquanto o tradutor pode interromper o seu trabalho para consultar fontes internas e externas, o intérprete tem de adquirir todo o vocabulário e o conhecimento necessário antes do ato tradutório em si”.

Traduzir e interpretar vai além de simplesmente conhecer a língua e transpô-la para outra. Não basta saber duas línguas, é necessário vivenciar, experienciar as culturas, e isso vai além da questão linguística. Traduzir e interpretar englobam experiências sociais e culturais, pois para realizar uma tradução ou interpretação é necessária a incursão na cultura do outro, tendo segurança do que está sendo dito/registrado, adequando-o ao emissor e ao receptor. Quando conhecemos a cultura do outro temos mais propriedades para tomar as decisões tradutórias.

Compreendemos que, mesmo diante da importante diferenciação entre tradução e interpretação e seus devidos encaminhamentos práticos para a atuação dos profissionais que a realizam amplamente abordada pelos teóricos da tradução e interpretação, a tradução envolve interpretação e a interpretação envolve tradução, visto que estamos falando de diferentes dimensões da mobilização de discursos (SOBRAL, 2008, p.225).

Assim, traduzir e interpretar a LS envolve normas, valores sociais e culturais da língua, caso contrário, o público-alvo, os surdos brasileiros, ainda irão sentir estrangeiros em seu próprio país. A tradução e interpretação deve *atingir* a língua alvo, respeitando as características linguísticas e culturais dessa língua (SEGALA, 2010):

Quando o intérprete é tocado pelas fibras mais íntimas da escuta ao outro, ele reconhece sua estrangeiridade e sente-se na posição conflituosa e ambivalente da condição intervalar, com a responsabilidade de negociação de sentidos em zonas de contato, responsabilidade da tradução cultural. (MASUTTI, 2007, p.100)

Se traduzir e interpretar requer conhecimento profícuo de cultura, podemos dizer que o intérprete Coda possui uma bagagem cultural extensa que, em muitos casos, contribui para uma tradução e interpretação mais próxima do público surdo, ou seja, uma interpretação mais intimista. A tradução contribui para compreendermos a língua com os recursos que já possuímos e usarmos dessa língua para aprimorar nosso conhecimento. Traduzir e Interpretar nos permite ter contato com uma língua diferente, estrangeira e, que, ao estabelecermos contato com a diferença, ela se torna significativa, instigante, pois, através do contato com o outro, podemos aprender algo além do linguístico.

Ao não atingir a língua alvo, conclui-se que a tradução e interpretação foi construída e elaborada de forma fragmentada. Ou seja, foi construída na base linguística da língua fonte. Para o outro compreender o que está sendo dito/interpretado, o contexto tradutório deve estar permeado pela língua alvo. A língua desse outro.

Para Theodor (1976), tradutores e intérpretes lidam com a língua, trabalham com a língua do outro e com a sua língua originária. São sujeitos que carregam seus processos sociais e históricos e carregam consigo ideias, valores, desejos, marcas que lhe são inerentes ao social, político e econômico. Esses pressupostos estão presentes na concretude do que dizem e/ou fazem. Diante disso, a neutralidade no que é traduzido e interpretado não se faz presente. Essa atividade de traduzir e interpretar comporta, para o outro, significados e sentidos de uma língua, em relação à língua de origem.

Ao comportar significados e sentidos de uma língua para outra, a tradução e interpretação carrega em seu bojo o conteúdo linguístico atrelado ao cultural. Aprender algo, além do linguístico, para o Coda tradutor intérprete, foi concomitante ao aprendizado da Língua de Sinais. A experiência visual, assim como o jeito da pessoa surda se colocar no mundo, permeou o desenvolvimento linguístico e cultural desse profissional.

Bassnett (2005) argumenta que:

É significativo o fato de Homi Bhabha usar o termo “tradução” não para descrever uma transação entre textos e línguas, mas no sentido etimológico de ser carregado de um local a outro. Ele usa tradução metaforicamente para descrever a condição do mundo contemporâneo, onde milhões migram e mudam de local todos os dias. Em um mundo como este, a tradução é fundamental: devemos lembrar que é “intra” - o limite da tradução e da renegociação, o espaço *dentre-entre* - que carrega o peso do significado da cultura. (BASSNETT, 2005, p.17)

Ao afirmar que o Coda representa a acessibilidade para os pais, podemos compreender que o espaço *dentre-entre* citado por Bassnett é o lugar de intermediação ocupado pelo Coda na relação dos pais surdos com o outro, o ouvinte.

Como Preston (1995) mencionou, após ter entrevistado 150 crianças ouvintes filhas de pais surdos, a experiência de cada entrevistado é singular. Nesse sentido, ler as referências culturais inscritas na entrevista possibilita ampliar a percepção do universo de surdos e ouvintes em zonas de contato.

Ainda se tratando das questões linguísticas e culturais que o filho de surdos traz consigo, podemos iniciar uma reflexão sobre a constituição desse sujeito que, às vezes, se enxerga mais parte do mundo ouvinte, outras vezes, mais parte do mundo surdo. Sujeito este que é meio de comunicação de seus pais e amigos, que faz a interpretação de maneira natural e inconsciente. Porém, um sujeito que cresce sob o olhar de uma sociedade preconceituosa, que, por vezes, o vê como o filho dos “mudinhos”, forma pejorativa que muitos de nós ouvimos a vida inteira. Será por isso que alguns Codas crescem e não querem se tornar intérpretes? Ou o inverso: será que, por crescerem nesta comunidade de indivíduos que, por não ouvir, têm leituras e percepções de mundo diferentes das pessoas que ouvem, tem uma língua e uma cultura diferentes, os filhos optam pela profissão de intérpretes? Essas questões contribuíram para a elaboração das questões discutidas neste estudo, que envolvem a busca pela profissionalização dos Codas. Podemos afirmar, de antemão, que uma atuação profissional requer do Tradutor-intérprete conhecimento de língua, cultura, convivência e, aliado a esses pressupostos, uma formação. Buscamos, aqui, um estudo ainda incipiente sobre questões que envolvem a atuação profissional do Coda. Estudo este que tem por objetivo apontar as contribuições deste profissional para um melhor entendimento do universo surdo e as possibilidades de construirmos um outro olhar sobre os Codas, sobre os surdos e sobre a Língua de Sinais. Rodrigues (2013), em sua pesquisa de doutoramento, ao analisar a atuação de Codas intérpretes e de intérpretes que não são Codas, argumenta:

Durante a análise qualitativa dos dados, vimos que o fato de os ILS participantes da pesquisa serem experientes e, portanto, possuírem uma apurada competência interpretativa intermodal fez com que o fato de ser ou não CODA tivesse menos ou nenhuma relevância na distinção entre os dois grupos. Nesse sentido, é possível afirmar que tanto CODAs quanto não CODAs precisam adquirir e desenvolver competência tradutória e/ou competência interpretativa no par linguístico Português-Libras, eliminando quaisquer diferenças iniciais relacionadas ao fato de serem ou não nativos nas línguas envolvidas na interpretação e, portanto, lidando habilmente com os efeitos de modalidade sobre o processo de interpretação. (RODRIGUES,2013, p.226).

Compreendemos aqui que o desenvolvimento da competência tradutória e/ou competência interpretativa deve permear a busca por profissionalização do Coda intérprete. Contudo, o convívio com os artefatos culturais do surdo, desde a infância, permite ao intérprete Coda se utilizar desses artefatos durante o ato tradutório-interpretativo.

Segundo Souza (2014), os Codas realizam com seus pais o “*language broker*”: “categoria de mediadores bilíngues (diferentemente de interpretação realizada por intérpretes com formação específica)” (SOUZA, 2014,p.44). Essa mediação linguística é possível devido ao fato de os Codas estarem inculturados na comunidade surda, a qual se comunica através de uma língua visual e espacial.

3.1 PROFISSÃO DE TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS, LEIS, ÓRGÃOS E REALIDADE NO BRASIL

Historicamente, o profissional Tradutor-intérprete de Libras se constituiu na informalidade, sem formação profissional, conforme eram as necessidades dos surdos, nos espaços sociais onde estes conhecedores da LS mediavam a comunicação. O espaço religioso também foi um local de imensa prática por parte dos TILS, por necessidade de propiciar acesso à doutrina, favorecendo mais interesse pela língua e, assim, cada vez mais pessoas se tornavam interessadas pelo ato de traduzir e interpretar, em que estas atuavam de forma mais ou menos formal, realizando a comunicação entre surdos e ouvintes. O espaço familiar dos surdos também propiciava o surgimento de pessoas conhecedoras da LS, por meio de pais, irmãos, filhos de surdos, o que permitia que esses também realizassem interpretações em momentos de socialização como reuniões de família, conversas com vizinhos, consultas médicas, etc.

Desde o início da profissão, os intérpretes se moldavam às demandas da comunidade surda, constituindo-se com TILS pela vivência e experiência; a “formação” não era oferecida de maneira formal e a prática cotidiana fazia com que eles aprendessem em meio a acertos e erros do dia a dia.

Segundo Frishberg (1990), seu desenvolvimento deveu-se ao reconhecimento de que as pessoas surdas eram impedidas de exercer seus direitos plenos de cidadãos em decorrência da barreira de comunicação existente entre elas e as pessoas ouvintes. Esta prática, historicamente, tem sido desempenhada por membros da família, vizinhos ou amigos de pessoas surdas, que se vêm

envolvidos nas difíceis situações cotidianas de comunicação interpessoal vivenciadas por eles e, portanto, realizada de maneira pouco cuidada. A autora ressalta ainda que como as interpretações para os surdos eram realizadas por pessoas que não tinham qualquer formação profissional, elas dificilmente viam-se obrigadas a “manter atitudes de confidencialidade, imparcialidade ou de garantir o direito da pessoa surda em saber e compreender todo o processo” (FRISHBERG, 1990, p.10 apud ALMEIDA, 2010, p.23).

Os intérpretes iniciaram a atuação em suas Igrejas, que foram os primeiros passos dessa profissão. Entretanto, não eram apenas os Codas que faziam esse ofício, outros interessados também surgiram. Neste tempo, o Oralismo estava iniciando sua decadência, dando lugar à Comunicação Total. Era uma espécie de fase de transição para o que nós, hoje, temos e chamamos de Bilinguismo. Havia muitas dificuldades para os intérpretes nessa época, que não tinham informações a respeito da melhor forma de interpretar. Não havia modelos de intérpretes antigos, nos quais pudessem se espelhar e construir sua trajetória a partir destes. Tudo era novidade. Tudo era experimentado. Apenas o tempo e o contato com intérpretes de outros países formou o TILS brasileiro. (SANDER,2016, p.90).

Segundo Frishberg (1990), reconhece-se que a história da interpretação nos Estados Unidos teve seu início com Thomas Hopkins Gallaudet, educador ouvinte americano, que interpretava para Laurent Clerc, surdo francês, levado aos Estados Unidos para a fundação de escolas para pessoas surdas. A interpretação no sistema público de educação ocorreu em 1815, com a fundação do *American Asylum for the*

Deaf (hoje, *American School for the Deaf*) em Hartford, Connecticut. (FRISHBERG, 1990, p.10 apud ALMEIDA, 2010, p.24).

Não muito diferente do contexto estadunidense, no Brasil, os professores e pessoas envolvidas com a comunidade surda atuavam como intérpretes de Libras, quando necessária a comunicação com pessoas ouvintes que desconheciam LS. “Em nosso país, reconhece-se que as práticas de interpretação mais antigas se vinculam também a instituições religiosas e tiveram início no começo da década de 1980” (ROSA, 2005, p.110).

Com base neste contexto histórico, iniciaremos um exíguo levantamento das legislações em torno dos dispositivos legais que tratam da Língua de Sinais e da profissionalização dos Tradutores-intérpretes de Libras – TILS; quais órgãos representam essa categoria; e, em seguida, como se deu o início da formação¹⁰ e como ela vem sendo ofertada na área de tradução e interpretação da Libras no Brasil.

A orientação para formação desse profissional está prevista pela legislação apenas com a promulgação do Decreto 5.626, em 2005, porém, é sabido que, antes de ser garantida legalmente, a profissão já era exercida há muitos anos e, com isso, as formações profissionais também já eram oferecidas.

¹⁰ Lembrando que o termo formação, neste texto, refere-se à profissionalização para atuação como Tradutor-intérprete de Libras.

Abordaremos em mais detalhes a questão legal, devido aos impactos que a legislação teve na atividade dos intérpretes de LS. Logo, faremos aqui, um breve resgate em ordem cronológica para compreendermos desde quando as leis mencionam a garantia legal dos surdos de terem Tradutores-intérpretes como garantia de comunicação, até chegarmos a lei que fala oficialmente desse profissional e de sua formação.

O Projeto de Lei, de nº 131/96, proposto pela senadora Benedita da Silva, tramitou no senado até a elaboração da lei 10.436, de 22 de abril de 2002. Para compor este projeto eram realizadas reuniões e, dessas, saíam os documentos formais para os órgãos devidos.

Conforme Almeida (2010), após quatro dias de discussão e alterações, estava pronto o documento que iria subsidiar a senadora frente às defesas a respeito da Língua de Sinais Brasileira e, nesse documento, era solicitado que a Libras fosse reconhecida como um direito dos surdos, contextualizando a língua e seus usuários. Junto a isso, o documento determinava o perfil dos profissionais que atuariam juntamente a comunidade surda. No Quadro 1, a seguir, podemos conferir as determinações referentes aos intérpretes de Libras. Eram elas:

Quadro 1 -Perfil do intérprete

PERFIL DO INTÉRPRETE

Profissional bilíngue, que efetive intercâmbios em situações de comunicação com igualdade para as línguas interpretadas, entre:

- Surdo x ouvinte
- Surdo x surdo
- Surdo x surdo-cego
- Surdo-cego x ouvinte

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

Deve ter:

- Domínio da língua de sinais;
- Conhecimento das implicações da surdez no desenvolvimento do indivíduo surdo;
- Conhecimento e participação na comunidade surda;
- Preparo acadêmico em curso de formação de intérprete, reconhecido por órgão competente;
- Filiação a órgão de fiscalização no exercício desta profissão;
- Noções de linguística, de técnica de interpretação e bom nível de cultura.

Deve ser:

- Profissional bilíngue
- Reconhecido pelas Associações e/ou órgãos responsáveis;
- Intérprete e não explicador;
- Habilitado quanto à interpretação da língua oral, da língua de sinais, da língua escrita para a língua de sinais, da língua de sinais para a língua oral.

FORMAÇÃO

- Preferencialmente 3º grau (CORDE, 1996).

Fonte: (ALMEIDA, 2010, p.22).

Observando as determinações que continha esse projeto de lei, podemos afirmar que já havia uma exigência de profissionais que tivessem formação como TILS para atuarem junto a esta profissão. Contudo, infelizmente, não foi nesse período que a oficialização da língua se deu, ainda demoraram oito anos para que a lei fosse aprovada,

e, nesse período, possivelmente, muitas questões foram negociadas e retiradas do processo final para a legitimação da lei de Libras. No entanto, o que para nós é relevante é pensar que, mesmo sem cursos de graduação sendo oferecidos naquele período, já existia uma preocupação com a formação acadêmica das pessoas que iriam atuar como TILS junto à comunidade surda.

Devido à demora pela aprovação do projeto acima citado, de nº 131/96, a comunidade surda brasileira aproveitou a ocorrência do V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para Surdos, sediado na cidade de Porto Alegre/ RS, em abril de 1999, para redigir um documento intitulado “A educação que nós surdos queremos!”. Nesse documento havia três sessões e um total de 147 “necessidades” da comunidade surda para que pudesse ser garantida uma educação de qualidade. Destes 147 pedidos, 14 incluíam o intérprete, envolvendo alguma das necessidades, porém, apenas três deles (142, 143 e 147) falavam da necessidade de formação deste profissional. São estas:

142. Considerar que a formação universitária dos intérpretes é necessária para garantir a formação do profissional surdo.

143. Propor que as universidades abram cursos para formação de intérprete de LIBRAS, em parceria com Associações e Federações de Surdos. (...)

147. Garantir que somente intérprete com formação de 3º Grau possa atuar na tradução para língua de sinais nas universidades. (FENEIS, 2010)

Pode-se dizer, assim, que embora a presença e importância desse profissional intérprete de Libras fossem reconhecidas pela

comunidade surda, naquele período histórico, as questões que envolviam a formação profissional ainda não eram prioridade, já que muitos outros direitos estavam sendo exigidos, tais como: a oficialização da Libras, o direito à acessibilidade, a formação de profissionais para lidar com surdos nas escolas, o ensino da Língua de Sinais institucionalizado e o direito à educação.

Sendo assim, mesmo que registrado em um documento elaborado pela comunidade surda brasileira, há quase duas décadas, a formação profissional ainda não tomou o devido espaço para os legisladores e órgãos responsáveis em nosso país, pois mesmo que tenhamos algumas universidades oferecendo o curso de graduação em Letras /Libras, existem complicadores para os formados nesse curso, assunto que trataremos no decorrer deste capítulo.

Alguns anos depois, ainda antes da Lei de Libras ser oficializada, temos a primeira legislação que menciona o intérprete de Libras, que é a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, no capítulo VII, da acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, conforme seu Art. 18 (BRASIL, 2000). Com a lei, o poder público garante, por meio legal, **implementar a formação**¹¹ de profissionais **intérpretes** de escrita em braile,

¹¹ Grifos da autora.

linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação. Lei esta que tem como principal objetivo garantir o acesso, tanto de maneira arquitetônico como comunicacional, prevendo reformas em prédios públicos, transporte, mobiliário urbano, espaços públicos, bem como nos meios de comunicação.

Assim sendo, iniciou-se a tradução e interpretação da Língua de Sinais no Brasil, e a profissão começou a ganhar visibilidade, pois os meios de comunicação começaram a inserir TILS em seus programas; os alunos surdos faziam uso dessa legislação para solicitação de TILS em suas salas de aulas, porém, a maioria desses profissionais ainda atuava sem uma formação profissional na área da tradução e interpretação e, geralmente, eram amigos, professores, familiares ou pessoas que conheciam a LS, o que não os tornava aptos a estarem atuando, porém, naquele período, eram essas pessoas que estavam articuladas aos movimentos surdos, junto à comunidade e tinham propriedade linguística e cultural para fazer o trabalho, faltando assim as habilidades técnicas que uma formação profissional poderia oferecer.

Há de se destacar o trabalho realizado pelos profissionais de Educação Física no Instituto de Surdos - INES. Muitos deles se tornaram referências importantes para os alunos. A proximidade comunicativa era tamanha que eles atuavam como intérpretes dos alunos nas cerimônias realizadas na Instituição e em eventos particulares dos alunos. No tempo em que a comunicação gestual era desestimulada nas salas de aulas, esses

profissionais de maneira espontânea, chamavam para si a responsabilidade de garantir aos alunos os sentidos do que estava sendo dito em língua oral pelos ouvintes (ROCHA, 2008, p.98).

Quanto mais próximos da comunidade surda, mais credibilidade esses usuários da LS tinham, sendo estes os facilitadores da comunicação entre o mundo surdo e o mundo ouvinte, pois eram eles que sabiam o que se passava no cotidiano das pessoas surdas, muitas vezes presenciando a falta de comunicação em momentos simples como, por exemplo, na sala de aula, lugar que deveria ser de aprendizagem e não de falha comunicativa.

No dia 24 de abril do ano de 2002, a lei de número 10.436 é oficializada e, assim, a Língua Brasileira de Sinais-Libras, se torna legitimada, tendo seu uso garantido pelas comunidades surdas do Brasil. Uma vitória para a comunidade surda de poder fazer uso da lei sempre que não houver acessibilidade linguística garantida a todos, porém, a legislação garante algumas coisas, mas não as regulamenta, sendo esse um fator complicado, já que o “como” e “o que deve ser feito” não está explicitado, assim como em relação aos profissionais intérpretes de Libras, sobre os quais a lei não menciona nada.

Fica pressuposto que garantindo o acesso à comunicação em Libras a comunidade surda terá sua língua exercida em espaços como na escola, no trabalho entre outros, e uma das formas de garantir esse acesso é através do profissional Tradutor-intérprete de Libras. O ensino da Libras é garantido, através dessa legislação, nos cursos de formação

em Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério, em seus níveis médio e superior, sendo assim, mais pessoas aprenderam a língua de maneira formal, a partir da oficialização, aumentando o número de pessoas interessadas na Libras e nas profissões que a envolvem, como, por exemplo, a de tradução e interpretação de Língua de Sinais.

Com essa exigência de ensino da Libras nas escolas e universidades e a demanda de professores de Libras aumentando incontrolavelmente, cursos de instrutor, que eram oferecidos como capacitação, passam a ser insuficientes, pois para contratação e ou concursos as instituições precisavam de profissionais com formação acadêmica e, com isso, iniciam-se as construções de cursos para atender as demandas exigidas na legislação.

É no dia 22 de dezembro de 2005 que é publicado o Decreto nº 5.626, regulamentando a Lei 10.436/02, que acima citamos, e o art. 18 da Lei 10.098/00, explorado anteriormente. É é nesse decreto que houve, pela primeira vez, uma descrição específica a respeito da formação do profissional tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa: “No que se refere à formação do tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa, este Decreto defende que esta ocorra por meio de cursos superiores de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras-Língua Portuguesa” (BRASIL, 2005).

No capítulo V do decreto, é designada a formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa. Conforme apresentado no Quadro 2, abaixo:¹²

Quadro 2-Capítulo V do Decreto nº 5.626

DA FORMAÇÃO DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

Art. 17. A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Art. 18. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, a formação de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 19. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, caso não haja pessoas com a titulação exigida para o exercício da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, as instituições federais de ensino devem incluir, em seus quadros, profissionais com o seguinte perfil:

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental;

III - profissional surdo, com competência para realizar a interpretação de línguas de sinais de outros países para a Libras, para atuação em cursos e eventos.

¹² Opta-se por colocar o capítulo V em formato de imagem para fácil visualização dele, por completo.

Parágrafo único. As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, lingüistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior.

Art. 21. A partir de um ano da publicação deste Decreto, as instituições federais de ensino da educação básica e da educação superior devem incluir, em seus quadros, em todos os níveis, etapas e modalidades, o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, para viabilizar o acesso à comunicação, à informação e à educação de alunos surdos.

§ 1o O profissional a que se refere o caput atuará:

I - nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;

II - nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e

III - no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.

§ 2o As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Fonte: (BRASIL, 2005).

Poderíamos analisar diversos desdobramentos nesse capítulo do decreto, porém, o que nos importa neste momento do trabalho é averiguar a formação pretendida para os profissionais TILS.

Tendo em vista que no Art. 17 e 18 do decreto é previsto dois tipos de formação, a primeira citada é a de nível superior em Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras-Língua Portuguesa, e, a segunda, formação de tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa, em nível médio, e deve ser realizada por meio de cursos de educação profissional; cursos de extensão universitária; e cursos de formação continuada, promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação; podendo ser oferecida nos próximos dez anos a partir da vigência do decreto.

Entende-se que o pretendido é uma formação acadêmica superior como a ideal, já que é colocado um prazo limite na formação de Ensino Médio, para que, nos próximos dez anos, possam ser organizados e criados os cursos de graduação, mas, enquanto isso, sejam ofertadas formações de cunho emergencial, a fim de continuar formando profissionais Tradutores-intérpretes.

No entanto, já se passaram onze anos da vigência do decreto e podemos verificar que a realidade de formação profissional não é muito diferenciada da de então, como se pretendia que fosse. Muitas evoluções como concursos públicos ocorreram, porém, não atendendo ao ideal de profissionais, citado no Art. 17 do decreto acima citado, ou seja, de uma formação de nível superior, e sim exigindo o mínimo para a atuação

como Tradutores-intérpretes de Libras, o que faz com que a profissão seja desmerecida no mercado de trabalho.

A lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, regulamenta o exercício da profissão de tradutor e intérprete da Libras. Lei composta de dez artigos, sendo três destes vetados. Um dos artigos vetados tratava exatamente da formação profissional exigida no Art. 17 do decreto 5626, de nível superior. Para uma melhor visualização, colocamos abaixo o artigo vetado e a justificativa do veto.

Art. 3º É requisito para o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete a habilitação em curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. Poderão ainda exercer a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa:

I - profissional de nível médio, com a formação descrita no art. 4º, desde que obtida até 22 de dezembro de 2015;

II - profissional que tenha obtido a certificação de proficiência prevista no art. 5º desta Lei.

Razões dos vetos

O projeto dispõe sobre o exercício da profissão do tradutor e intérprete de libras, considerando as necessidades da comunidade surda e os possíveis danos decorrentes da falta de regulamentação. Não obstante, ao impor a habilitação em curso superior específico e a criação de conselhos profissionais, os dispositivos impedem o exercício da atividade por profissionais de outras áreas, devidamente formados nos termos do art. 4º da proposta, violando o art. 5º, inciso XIII da Constituição Federal. (BRASIL,2010).

Tal legislação vem para regulamentar a profissão de Tradutores-intérpretes de Libras, porém, considera, de forma implícita, que o mesmo não necessita de formação de nível superior, vetando o artigo que garantiria à categoria uma formação acadêmica, de acordo com o que fora colocado pela comunidade surda como exigência desde 1999, por meio do documento elaborado pelo movimento “A educação que nós surdos queremos”. Exigência mencionada não só no documento, mas também no projeto 131/96, quando referente à formação, ao registrar “preferencialmente 3º grau”. Isto é, desde 1996 que se deseja e entende a necessidade de profissionais Tradutores-intérpretes com formação acadêmica para atuação junto à comunidade surda brasileira e, mesmo assim, após duas décadas, e de cursos de graduação criados pelo Ministério da Educação, ainda não temos como garantir legalmente esses profissionais no mercado de trabalho.

Até agora, podemos inferir que a profissionalização dos TILS sempre foi algo muito desejado pela comunidade surda, e avanços ocorreram, não podemos negar, mas muito ainda tem que ser feito para que as atuações de TILS não profissionais não ocorram em espaços onde os mesmos não estejam habilitados a atuar, como universidades, escolas, empresas, hospitais, entre outros; espaços estes em que é garantido, por direito, aos surdos, o acesso à comunicação em sua primeira língua, Libras.

A título de informação complementar, coloco aqui o número referente à profissão de TILS no Cadastro Brasileiro de Ocupações¹³(CBO), sob o nº 1624, código que define a profissão junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), tendo como descrição sumária a seguinte transcrição:

Traduzem, na forma escrita e/ou oral, textos e imagens de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. Tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos. Prestam assessoria a clientes. (BRASIL, s/d).

Sendo está a descrição do cargo de tradutores no MTE, podemos observar que mais um avanço existe, uma vez que a categoria profissional está enquadrada nos cargos existentes no país.

Disponibilizamos, nesta etapa do trabalho, a Norma NR17, pois estamos discorrendo sobre as evoluções relacionadas aos profissionais intérpretes de Libras de nosso país. Logo, abordaremos a Norma

¹³ Para mais informações consultar <http://www.mtecbo.gov.br/>

Regulamentadora – NR17¹⁴, que se refere à ergonomia, redigida pela Portaria do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), n° 3.751, na data de 23 de novembro do ano de 1990.

17.1. Esta Norma Regulamentadora visa a estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. (BRASIL, 1990).

Norma esta que traz a todos os trabalhadores brasileiros direitos como, por exemplo:

17.6.3. Nas atividades que exijam sobrecarga muscular estática ou dinâmica do pescoço, ombros, dorso e membros superiores e inferiores, e a partir da análise ergonômica do trabalho, deve ser observado o seguinte:

- a) todo e qualquer sistema de avaliação de desempenho para efeito de remuneração e vantagens de qualquer espécie deve levar em consideração as repercussões sobre a saúde dos trabalhadores;
- b) devem ser incluídas pausas para descanso;
- c) quando do retorno do trabalho, após qualquer tipo de afastamento igual ou superior a 15 (quinze) dias, a exigência de produção deverá permitir um retorno gradativo aos níveis de produção vigentes na época anterior ao afastamento. (BRASIL, 1990).

¹⁴ A norma completa e suas atualizações estão disponíveis em: <http://www.mtps.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras/norma-regulamentadora-n-17-ergonomia>

Esta acaba sendo uma das maneiras de alguns grupos de TILS garantirem seu trabalho em equipe, pois ainda não existe um documento que oficialize esse trabalho em equipe, sendo assim, enquanto não houver legislações específicas, o que se pode fazer é utilizar-se das que já existem, de maneira geral, para amparar a qualidade de trabalho e saúde do profissional Tradutor-intérprete de Libras.

Um exemplo do uso dessas leis consiste na prática realizada pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, Campus Pelotas/RS.

Atualmente, o câmpus Pelotas conta com 4(quatro) profissionais, que atendem, em duplas, os três turnos em que funciona a instituição (manhã, tarde e noite). O atendimento em duplas é feito por 2 (dois) profissionais, que fazem o revezamento e apoio de 20 em 20 minutos, realizando, respectivamente, o descanso físico e suporte técnico ao colega. Visando qualificar estes profissionais e a qualidade dos serviços prestados, o trabalho de tradução interpretação de Libras baseia-se, respectivamente, nas seguintes legislações: Decreto 5.626/05, Lei nº 12.316/10 3 NR17. (PELOTAS, 2016).

Com isso, soma-se, até o presente momento, um (1) projeto que cita a formação desejada do profissional Tradutor-intérprete de Libras;um (1) documento elaborado pela comunidade surda que fala em três(3) itens da formação adequada para o profissional TILS que atuará na comunidade;quatro(4) leis, dentre elas a lei que regulamenta o exercício do cargo, porém, com alguns artigos vetados, sendo que um deles estabelecia a formação superior para o exercício da função de

TILS; o cadastro da profissão no MTE, que não especifica a formação necessária; e a norma reguladora elaborada pelo MTPS, que ampara, de certa maneira, o trabalho em dupla para os TILS.

Tais documentos são de extrema relevância, sem dúvida alguma, representando um compilado de conquistas relacionadas à profissionalização do Tradutor-intérprete no Brasil.

A tradução e interpretação de língua de sinais, apesar de ter conquistado seu espaço na área da educação e dos estudos da tradução, e ter se constituído, hoje, como profissão, ainda é vista pela sociedade e pelo senso comum, incluindo alguns espaços acadêmicos, como uma área desconhecida e, por isso, tem seus mitos, equívocos e representações. A profissão ainda é carregada, equivocadamente, pelo estigma do assistencialismo, tanto por parte de quem os vê atuando como por alguns intérpretes que se deixam levar por essa ótica. (SILVA; LEBEDEFF; SANTOS, 2014, p.48).

Para mudarmos essa visão assistencialista da profissão muitos passos devem ser dados, um deles é a organização política da categoria. Paralelamente às iniciativas governamentais e do movimento surdo, surgiram as associações de profissionais TILS, tendo como objetivo a organização institucional e social da profissão, inspiradas em movimentos e representações de outros países, como, por exemplo, a

WASLI¹⁵, que representa os intérpretes do mundo todo. Na Tabela 1, a seguir, são citadas algumas das associações distribuídas pelo país.

Tabela 1- Associações

Sigla	Nome da Associação	Fundação e Região do país	Rede Social
WASLI	World Association Sign Language Intérpreters- Associação Mundial dos ILS	2003 Exterior	http://wasli.org/
FEBRAPILS	Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia- Intérpretes de Língua de Sinais	2008 BRASIL	http://www.febrapils.com.br/
APILBESP	Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias- Intérpretes da	2004 Centro Oeste	https://www.facebook.com/APILSBESP-219857341367934/info/?tab=overview

¹⁵<http://wasli.org/>

	Língua de Sinais Brasileira do Estado de São Paulo		
APILCE	Associação dos Profissionais Intérpretes e Tradutores da Língua Brasileira de Sinais do Ceara	2006 Nordeste	http://www.apilce.com/
APILMS	Associação Dos Profissionais Tradutores / Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais de Mato Grosso do Sul	2006 Sudeste	http://econosoft.com.br/li sta_empresas/MATO- GROSSO-DO- SUL/CAMPO- GRANDE/A/083095450 00196-ASSOCIACAO- DOS-PROFISSIONAIS- TRADUTORES- INTERPRETES-DE- LINGUA-BRASILEIRA- DE-SINAIS-DE-MATO- GROSSO-DO-SUL- APILMS
APILDF	Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Distrito Federal e Entorno	2006 Sudeste	https://www.facebook.co m/apildf/info/?tab=page info
AGILS	Associação	2007	https://www.facebook.co

	Gaúcha de Intérpretes de Língua de Sinais	Sul	m/agils.agils/info/?tab=p age_info
APILSBA	APILSBA Associação dos Profissionais Intérpretes e Tradutores da Língua de Sinais Brasileira do Estado da Bahia	2007 Nordeste	http://apilsba.blogspot.com.br/
APILRJ	Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais do Rio de Janeiro	2007 Centro Oeste	http://www.apilrj.org.br/
APLIES	Associação dos Profissionais Intérpretes de LIBRAS do Espírito Santo	2007 Centro Oeste	http://apiles.blogspot.com.br/2008/06/apiles.html
APTILSPR	Associação dos Profissionais Tradutores e Intérpretes Guia intérpretes da Língua de Sinais	2008 Sul	https://www.facebook.com/aptils/?fref=nf

	Brasileira do Estado do Paraná		
ASTILEAC	Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de LIBRAS do Estado do Acre	2008 Norte	http://astileac.blogspot.com.br/
ACATILS	Associação Catarinense de Tradutores Intérpretes de Línguas de Sinais	2009 Sul	http://www.acatils.com.br/
APSUMA	Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes e Instrutores de Língua Brasileira de Sinais do Sul do Maranhão	2009 Nordeste	https://www.blogger.com/profile/07216240795655255617
APILSEMG	Associação dos Profissionais Intérpretes de Língua de Sinais de Minas Gerais	2010 Centro Oeste	http://apilsemg.blogspot.com.br/
APLIGO	Associação dos Profissionais Tradutores	2010 Sudeste	https://apilgoassociacaointepretels.wordpress.com/

	Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais do Estado de Goiás		
APILAM	Associação dos Profissionais Intérpretes e Tradutores de Língua Brasileira de Sinais do Amazonas	2012 Norte	http://www.empresascnpj.com/s/empresa/apilam-ass-dos-intérpretes-de-libras-do-amazonas/17917599000125

Fonte: Autoriapropriá, 2016.

Pode-se ver que ainda são poucas as associações no Brasil, porém, estão distribuídas nas cinco regiões do nosso país, sendo assim, cada região tem sua representatividade organizacional de TILS. Além das associações de cada região, temos a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais - FEBRAPILS, que tem por objetivo:

orientar, apoiar e consolidar as Associações de Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais (APILS), buscando realizar um trabalho de parceria em defesa dos interesses da categoria de tradutores, intérpretes e guia-intérpretes de língua de sinais (TILS). (...)

A FEBRAPILS atua sob três grandes pilares: **a formação** inicial e continuada dos TILS; **a profissionalização** para refletir sobre a atuação dos TILS à luz do código de conduta e ética; e **o**

engajamento político dos TILS para construir uma consciência coletiva. Dessa maneira, a FEBRAPILS compreende que os laços de parceira e proximidade com a comunidade surda são fundamentais, no sentido de garantir um serviço de excelência de tradução e interpretação de língua de sinais às pessoas surdas. (FEBRAPILS, 2016).

Nesse sentido, formação, profissionalização e engajamento políticos constituem a base da FEBRAPILS, sendo esse um órgão representativo de todos profissionais TILS de nosso país, lutando pelos ideais dos envolvidos na comunidade surda e pela qualidade de tradutores e intérpretes que trabalham junto à mesma. Logo, garantias legais, tabelas de honorários, código de ética são algumas das ações que esta federação tem conquistado para os profissionais da área de tradução e interpretação.

A importância dessas associações, bem como da federação, é a de que quanto mais engajados estiverem os profissionais de qualquer área, nesse caso os Tradutores-intérpretes de Libras, mais força e respeito eles terão. É por meio da representação sindical que grupos se reforçam e lutam por seus ideais e esse meio são as associações de TILS, lugar de discussão e construção.

Além da luta pela categoria, as associações têm também o papel de órgão formador, pois são elas que oferecem muitas das formações continuadas, conforme a necessidade específica de cada região.

O incentivo e a participação destas formações vêm mudando o perfil do profissional TILS dentro das instituições, tornando-os mais conscientes da

importância do seu trabalho, com os cuidados com a sua saúde e se envolvendo na formação de uma categoria que luta por reconhecimento e valorização. (SILVA; MADEIRA,2012, p.44).

Dessa forma, os TILS têm, além de um amparo institucional, um espaço de discussão e formação na área de tradução e interpretação de Libras, espaço este onde se trocam experiências, tiram-se dúvidas e constroem-se laços profissionais.

Feito um apanhado geral dos documentos que citam e amparam a profissão do Tradutor-intérprete de Libras, abordamos também a existência de representações institucionais dos profissionais TILS, associações estaduais e regionais e a federação nacional.

Sendo assim, nesta etapa do trabalho, faremos um resgate de como se deram as primeiras formações no Brasil e como elas estão atualmente.

Resgatando a história da interpretação, Pagura (2003) nos diz que aqueles primeiros intérpretes do Julgamento de Nuremberg, intérprete sem formação formalizada, foram, na realidade, formados na prática. Da mesma forma que muitos dos ILS pioneiros, conforme já mencionamos anteriormente. Aqueles eram chamados de *sink or swim*, ou seja, na tradução de Pagura (2003), de “afogue-se ou nade”. Termo este, provavelmente, posto pelo fato de eles estarem sempre atrás do vidro da cabine ou, como diziam, dentro do aquário. (RUSSO, 2010, p.59).

Conforme Russo (2010), um dos primeiros cursos oferecidos no Brasil foi o curso em que autora foi aluna, ofertado em Porto Alegre, no ano de 1997, promovido pela FENEIS-RS, em parceria com uma

universidade pública, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O curso teve um total de 80 horas/aula, sendo oferecidas vinte (20) vagas para pessoas que já atuassem informalmente como intérpretes de Libras. Não há outro curso anterior a esse referido nos registros da entidade que, na época, era a única promotora dos mesmos (RUSSO, 2010, p.16).

Na cidade de Pelotas, o primeiro curso foi em 1999, ofertado pela Associação dos Surdos de Pelotas – ASP, em parceria com a FENEIS-RS, tendo a duração de 24 horas/aula. Em 2002, como citado no capítulo introdutório, foi oferecido o segundo curso na cidade de Pelotas, do qual a autora deste trabalho foi aluna, curso este com 120 horas/aula, pois esses cursos começam a ser realizados cada vez com mais carga horária. Também na cidade de Pelotas, no ano de 2007, é iniciado o curso de Capacitação de Intérpretes de Libras, oferecido pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel), este, com um formato maior, tendo como carga horária 460 horas/aula. Assim, professores surdos e ouvintes da comunidade são contratados pela instituição para formar mais profissionais TILS¹⁶. Conforme Perlin (2006, p.137), “quanto mais se reflete sobre a presença do ILS [intérprete de Língua de Sinais], mais se compreende a complexidade de seu papel, as dimensões e a profundidade de sua atuação”.

¹⁶ Informações que ainda não estão registradas, porém, a autora tem conhecimento desse trabalho porque fazia parte da comissão organizadora do curso.

As diferenças de carga horária e matriz curricular se davam conforme a necessidade e distância das cidades, já que não eram só profissionais TILS que estavam escassos, pois formadores para tal profissão também eram raros, logo, as cidades do interior acabavam tendo cursos mais rápidos, pois era dessa forma que se conseguia levar pessoas de outras cidades para ensinar o pouco que sabiam. Aos poucos, essa realidade começa a mudar, as universidades passam a fazer parcerias com instituições formadoras, e cursos de final de semana começam a ser oferecidos.

Almeida (2010, p. 45-46) relata sobre o curso de Intérpretes de Libras da Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), proposto em 2004, e aprovado nos colegiados da instituição no primeiro semestre de 2005. Sendo assim, é o primeiro curso de nível superior a ser oferecido no Brasil, sendo um curso privado, com uma matriz curricular de 1615 horas, desenvolvido em um período mínimo de dois anos (ALMEIDA, 2010). “O primeiro curso oferecido por uma universidade pública em nível de graduação para a certificação dos TILS, foi o curso de Letras-Libras pela Universidade Federal de Santa Catarina, em 2008, com modalidade a distância com 15 polos distribuídos pelo Brasil” (SANDER,2016, p.62).

Em 2008, como mais um registro do momento de transição que estamos vivendo em relação à formação dos intérpretes, destaca-se a implementação do curso de Bacharel em Letras-Libras na modalidade de ensino a distância promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, oferecendo 450 vagas distribuídas entre os 15 polos de ensino (30 vagas em cada polo). Cabe ressaltar que este tipo de

curso vem ao encontro da diretriz apresentada no decreto 5626/05, em seu artigo 17: “A formação do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa”. O mesmo curso, só que na modalidade presencial, também foi oferecido através do concurso vestibular realizado em julho de 2009, com início das aulas em agosto do mesmo ano. (RUSSO, 2010, p. 29).

Curso este que inicia uma nova etapa relacionada à formação profissional do TILS no Brasil, dando a garantia de um ensino público a todos aqueles interessados a atuarem na área de tradução e interpretação de Libras. “O intérprete é o profissional que atua na fronteira de sentidos da língua de origem e da língua alvo. Sua prática ultrapassa o conhecimento gramatical e a fluência nas línguas, constituindo uma forma de diálogo para construção de sentidos” (ALMEIDA, 2010, p. 5).

Desse modo, talvez seja, nesse momento, que comecem as reivindicações e exigências para atuação, afinal de contas, até então, as formações, como citamos anteriormente, eram realizadas conforme as necessidades de cada região, sendo essas, por vezes, cursos intensivos, de extensão, capacitação, ou seja, cursos que tinham como principal objetivo formar pessoas que já conheciam a LS e atuavam informalmente, habilitando-as a atuar como profissionais. “Ser tradutor e intérprete, no entanto, além de requerer competência ampla como sujeito bilíngüe, implica ainda em formação, conhecimento sobre técnicas específicas, reflexão sobre os processos lingüístico-discursivos em jogo.” (ALMEIDA, 2010, p.30).

Obviamente, não se pode negar que o conhecimento da Língua de Sinais seja uma das primeiras condições para traduzir e interpretar os diversos discursos nos diferentes espaços, mas apenas este conhecimento não é suficiente. Sobral (2008, p. 17) discute a questão da formação de tradutores e intérpretes ao afirmar que “não há teoria, por mais ‘perfeita’ que seja que não possa ser simplesmente aplicada a uma prática, ao menos com bons resultados, porque as práticas não são estáticas (nem as teorias, ao contrário do que pensam confortável ou dogmaticamente alguns)”. Sendo assim, a prática sem teoria e vice-versa é insuficiente, tendo que vir juntas, preferencialmente. Nos cursos de graduação oferecidos, atualmente, isso é possível, pois os alunos chegam, muitas vezes, interessados em um mercado de trabalho que está em alta e aprendem a língua e os processos de tradução e interpretação na sala de aula.

O intérprete é compreendido como o profissional que atua na fronteira de sentidos da língua de origem e da língua alvo. Dessa forma, no decorrer de sua prática, o profissional deve perceber os sentidos nos discursos do outro, a fim de poder expressá-los na língua alvo sem que estes fiquem presos às formas da língua de partida, produzindo um novo enunciado que atenda à completude da mensagem (LODI, 2007 apud ALMEIDA, 2010, p. 35).

Conforme Napier (2006, p.3), existem três caminhos mais comuns que conduzem à escolha da profissão: 1º ser membro da família/Coda, 2º ter interesse na Língua de Sinais e 3º ter de alguma forma tido contato com as pessoas surdas. Uma realidade que talvez, atualmente, seja um pouco diferenciada, já que o curso Letras/Libras

ofertado pode ser uma nova opção de mercado de trabalho nos dias atuais, sendo uma porta que se abre para aqueles que desconheciam a cultura e comunidade surda poderem a conhecer. A partir disso, arriscaríamos dizer que são quatro os caminhos, e o 4º representa o mercado de trabalho amplo e garantido.

Citam-se aqui algumas das formações que eram ofertadas e as que atualmente estão surgindo, contudo, alguns dos modelos antigos ainda são oferecidos, pois os cursos de graduação disponíveis no país ainda são escassos e não dão conta da demanda existente.

Sabe-se que ainda existem algumas instituições que oferecem cursos de capacitação para TILS, algumas das que encontramos foram: UNÍTESE (520h)¹⁷ e UCS (460h)¹⁸.

Além dos cursos de graduação, são oferecidos cursos de pós-graduação, especialização em tradução e interpretação de Libras, em diversas instituições do Brasil. Citamos, por exemplo, algumas das instituições que oferecem esses cursos: Bilíngue (IFSC/SC)¹⁹,

¹⁷ Disponível em: <<http://www.unintese.com/component/k2/item/28-capacita%C3%A7%C3%A3o-em-tradu%C3%A7%C3%A3o-e-interpreta%C3%A7%C3%A3o-de-libras.html>>. Acesso em: jul 2016

¹⁸ Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/libras/cursos/curso-de-capacitacao-de-tradutor-e-intérprete-de-libras>>. Acesso em: jul 2016

¹⁹ Disponível em: <<http://www.palhoca.ifsc.edu.br/index.php/aluno/ead-moodle>>. Acesso em: jul 2016.

Singularidades (SP)²⁰, Signorelli na modalidade EaD, dentre outros, Mestrado e Doutorado com ênfase em Tradução. Conforme o site do Sindicato Nacional de Tradutores - SINTRA²¹: “No momento, só há curso de Mestrado e Doutorado em tradução no Brasil na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como o Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução – PGET²², em Florianópolis”. Em outras universidades brasileiras, “há Linhas de Pesquisa voltadas especificamente para os Estudos da Tradução ou há professores doutores que orientam pesquisas nessas áreas” (SINTRA, 2016).

O SINTRA orienta da seguinte forma, a respeito da regularização, e o que se deve fazer para se tornar tradutor ou intérprete:

A profissão de tradutor ou intérprete não é "regulamentada". Isto significa, na prática, que qualquer um pode exercê-la. No entanto, não basta saber línguas para ser tradutor ou intérprete: é preciso fazer cursos específicos para aprender a teoria e a técnica da tradução e da interpretação. Existem cursos de graduação, extensão e pós-graduação (atualização e especialização) na área, em universidades de todo o Brasil. Além disso, cursos de idiomas, consulados e outras entidades muitas vezes oferecem cursos específicos. Para se manter atualizado na profissão é bom sempre

²⁰Disponível em: <<http://www.institutosingularidades.edu.br/pos-graduacao.php?curso=traduo-e-interpretao-librasportugus>>. Acesso em: jul 2016.

²¹Disponível em: <<http://www.sintra.org.br/site>>. Acesso em: jul 2016.

²²Disponível em: <<http://www.pget.ufsc.br/index.php>>. Acesso em: jul 2016.

estudar muito, ler muito, informar-se, fazer cursos de reciclagem. (SINTRA, 2016).

Percebe-se que a realidade de profissionalização dos Tradutores-intérpretes, de maneira geral, bem como os espaços acadêmicos, não só para Língua de Sinais Brasileira, ainda é pequena frente à necessidade destes no mercado de trabalho.

Visto que muitas lutas foram travadas e algumas conquistas alcançadas, cada vez mais órgãos, associações, sindicatos se unem para representar a categoria dos Tradutores-intérpretes no Brasil, logo, temos que continuar as pesquisas e manifestos, para, assim, comprovar e demonstrar o quanto essa profissionalização é imprescindível para o mundo globalizado em que vivemos atualmente.

3.2 DA INFORMALIDADE À FORMALIDADE, DE UMA REALIDADE FAMILIAR E INCONSCIENTE À PROFISSÃO DE TILS

Traduzir é conviver.
(João Guimarães Rosa)

Quando aqui se fala de informalidade, tem-se a intenção de relembrar que antes da escolha profissional alguns Codas Tradutores e Intérpretes de Libras (CTILS) realizavam interpretações para seus pais, porém, sem formação técnica ou acadêmica para tal função, fazendo interpretações para a família e/ou comunidade surda, mas de forma diferente, pela questão de consciência e formação para tal atuação. Assim, este subcapítulo explorará um pouco a respeito da interpretação

comunitária, pois é dessa maneira que os CTILS iniciam o processo de interpretação.

Durante muito tempo na história, a interpretação foi considerada apenas interpretação, não ocorrendo a obrigação de estudos mais aprofundados. Entretanto, no século XX, a interpretação consecutiva, através de anotações, assim como a interpretação simultânea, realizada em cabine, ganham relevância. A diferenciação entre ambas foi realizada com relação ao tempo de realização entre a consecutiva e a simultânea. A conjuntura, no momento, eram as conferências, as organizações internacionais e a possibilidade de novos espaços para esse campo, no fim do século XX, como a interpretação juramentada, midiática, médica. (PÖCHHACKER, 2010)

Para o autor, a compreensão clara entre tradução e interpretação é de que a interpretação é um modo de tradução, em uma acepção vasta, e que os estudos da interpretação, como conteúdo, se aproxima de outros campos teóricos, tendo seu lugar no campo dos estudos da tradução. A correlação entre tradução e interpretação é um campo de sobre maneira amplo e indentitário entre si.

Segundo o artigo de Lambert (2009, p.12), *Globalization*, a interpretação cresceu ancorada ao sistema de internacionalização do século XX, e ele indaga como as pesquisas no campo dos estudos da tradução e interpretação têm sujeitado correções de seus conteúdos fundamentais nesse seguimento. O artigo demonstra uma atenção especial para campos na área dos estudos da tradução que emergem a

partir dos anos 90: gênero, globalização, comunicação nãoverbal, modelos novos de interpretação. O autor evidencia que:

a redefinição de interpretação como profissão internacional pode ser vista como uma das interessantes inovações em tradução, e ainda que a revolução social na interpretação em bases comunitárias está diretamente conectada ao conhecido e, com frequência, politicamente embaraçoso fenômeno migratório mundial, o qual quase todos os políticos tendem a explicar apontando para as tendências econômicas desde o advento da globalização (LAMBERT, 2009, p.12).

O intérprete, na interpretação comunitária, é a terceira pessoa. Aquele que interpreta e media a “distância” linguística e cultural entre as línguas envolvidas. O intérprete, nesse contexto, interpreta o sentido, explica-o relacionando aspectos culturais envolvidos no contexto. Roberts (1998, p.2) argumenta que o intérprete comunitário tem diferenças dos demais intérpretes:

intérpretes comunitários servem primeiramente para assegurar o acesso a serviços públicos, e é então provável que seu trabalho esteja ligado a contextos institucionais; I) eles estão mais aptos para interpretar interações de diálogos do que discursos; II) rotineiramente interpretam ‘de’ e ‘para’ ambas ou mais línguas faladas no âmbito de trabalho; III) a presença do intérprete fica muito mais evidente no processo de comunicação do que as interpretações de conferência; IV) um número de línguas, sendo muitas delas línguas minoritárias, que não são a língua o em nenhum país, são interpretadas no nível comunitário, diferentemente do número limitado de línguas falado em trâmites do comércio e diplomacia internacional feita por intermédio do intérprete

acompanhante ou de conferência; e V) o intérprete comunitário é frequentemente mencionado como um “advogado” ou “mediador” cultural, função esta que vai além do tradicional papel neutro do intérprete.

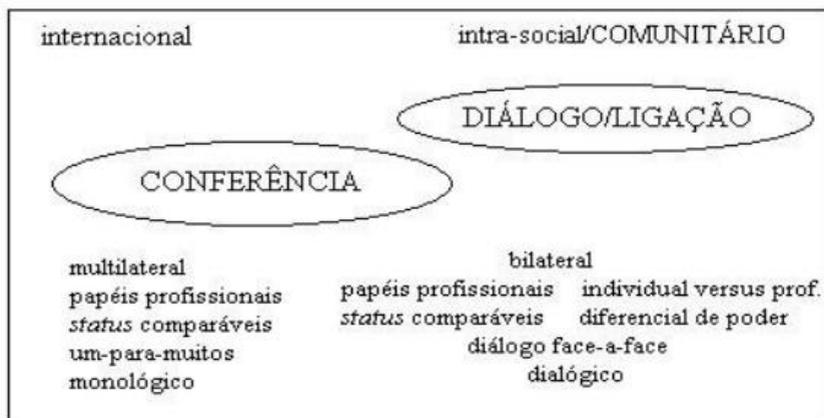
A interpretação comunitária no Brasil é ainda pouco explorada, mas, na área dos estudos da tradução e interpretação das Línguas de Sinais, é um pouco menos. Ainda assim já existem pesquisas como a de Queiroz (2009, 2011) e Rodrigues (2010) que tratam a respeito do tema.

A inspiração para o surgimento das pesquisas em interações dialógicas a partir da década de 80 está ligada às novas necessidades sociais criadas pela ampliação do fluxo de imigrantes em países em desenvolvimento e do aumento do reconhecimento dos direitos de povos falantes de línguas minoritárias que encontravam dificuldade para acessar serviços públicos e barganhar direitos. Foi neste contexto que, em alguns países, a interpretação comunitária ganhou visibilidade. (QUEIROZ, 2011, p.35).

Queiroz apresenta a interação dialógica como sendo o termo utilizado na década de 80 para interpretação intrassocial/comunitária, uma vez que ela envolve uma conversa, um fluxo, um local diferenciado das interpretações que aconteciam em conferências, onde apenas se interpretava o que o conferencista estava dizendo, sem interação, em um contínuo. A interação dialógica traz uma realidade muito presente em espaços formais e informais do dia a dia de pessoas imigrantes, negociações entre empresários e conversas simples dentro de uma família, que é o caso dos surdos, porém, para que possamos nos apropriar mais a respeito do conceito e das diferenças entre a

interpretação intrassocial/comunitária e a internacional/conferência, traremos uma ilustração proposta por Queiroz (2011, p.36) em sua dissertação sobre o tema.

Figura 3- Ilustração proposta



Fonte:(QUEIROZ, 2011, p.36).

Ainda conforme Queiroz (2011), a interpretação comunitária pode ser denominada, dependendo de sua sociedade e realidade, como interpretação social, de ligação, ou ainda de serviço público, denominações referentes a intérpretes que atuam em interação de diálogos intrassociais, especialmente quando direitos e deveres estão em discussão.

Esta distinção fora feita devido à necessidade de uma reflexão sobre as diferentes maneiras de atuação dos intérpretes frente a cada situação.

Uma distinção mais delicada é aquela entre formas de interpretação mais profissionais versus menos profissionais. Visivelmente, o que é, ou

não, considerado profissional depende da especificidade da realidade social, política e econômica; e ainda que essas sejam questões vitais com as quais temos que lidar, o ponto é que o título “profissional” não está necessariamente ligado a uma área particular no espectro conceitual. Descritivamente, é claro, podemos dizer que a profissionalização, não importa como for definida, não é tão mais avançada num campo da interpretação do que num outro. Normalmente, ouvimos isso com referência à interpretação comunitária vis-à-vis interpretação simultânea em conferências internacionais. (PÖCHHACKER, 2010. p.63)

Para Pagura (2003), é certo que a interpretação engloba um processo de tradução. Na definição geral dessa terminologia, os teóricos e profissionais da área da tradução geralmente utilizam tradução e interpretação para fazer alusão a atividades distintas, reputando as diferentes linhas de estudo e compreensão metodológicas inerentes aos Estudos da Tradução e Estudos da Interpretação e considerando tanto a interpretação quanto a tradução como procedimentos equivalentes e simultaneamente diferentes.

A percepção dessa distinção entre interpretação e tradução pode ser tracejada a começar pela noção de que o tradutor labora com a palavra registrada na forma escrita e o intérprete com a palavra dita.

De acordo com Pochhacker (2004), a interpretação não tem que ser primordialmente nivelada a um contexto de tradução oral. Considerando que a interpretação tem um porte que exterioriza rapidez, é permissível evidenciar as diferenças dessa modalidade de outros delineamentos de tradução, não sendo, assim, necessária a divisão entre

o escrito e o dito. Geralmente, a interpretação não tem contornos de planejamentos antecipados, devido ao espaço de tempo entre o procedimento mental do texto acolhido e o texto interpretado, que é mínimo, e em razão da interpretação ser organizada no momento de sua realização.

Nessa ótica, o autor corrobora o conceito construído por Kade, nos anos 60, em que a interpretação é configurada como metáfora, na qual o texto de origem é exibido somente uma vez, não podendo ser reexaminado, e o texto final é elaborado perante um tempo mínimo, o que dificulta a probabilidade de revisão.

Segundo Rodrigues (2013), de forma diferente do tradutor, o intérprete necessita organizar um conjunto de técnicas sincronicamente e de forma contínua. Importante ressaltar que o conhecimento do texto dito e do texto escrito pressupõe competências diferentes, as quais o intérprete precisa desenvolver, pois, além de ter o conhecimento da língua, ele deve conhecer as nuances e peculiaridades dos termos orais das línguas em que trabalha, mesmo não tendo conhecimento profícuo do registro escrito dessas línguas.

Em síntese, por causa do tempo mínimo, os intérpretes optam por comunicar/interpretar o sentido da mensagem, não havendo tempo para revisar e aprimorar o trabalho antes de o público ter acesso. Também não há tempo suficiente para recorrer a outros recursos como dicionários, porque o processo interpretativo é imediato.

Os contextos comunitários vivenciados pelos Codas, em situação de interpretação com seus pais, navegam por esses espaços.

Contudo, não há o viés da consciência profissional. Tal contexto é interpretado de forma intimista e, mesmo assim, perpassa por esses pressupostos apresentados pelo autor. As nuances da língua, discutidas por Rodrigues (2013), estão presentes nas interpretações dos Cotas, porém embebidas de traços da cultura surda.

4 AS CULTURAS EM QUE OS CODAS CRESCERAM E SEUS DESDOBRAMENTOS FRENTE À ESCOLHA PELA PROFISSÃO

No contato com o outro, aprendemos sobre o outro, sobre seu mundo e construímos o nosso mundo, o nosso olhar.
(OLIVEIRA, 2015, p.30).

Este capítulo aborda a esfera cultural em que o Coda tradutor intérprete de Libras transita, bem como sua relação com a diversidade presente na família, na comunidade surda e em seu trabalho como Tradutor-intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa; e como essa proximidade com a cultura surda contribui para que ele possa viver experiências diferenciadas/ímpares relacionadas à língua e à forma de se fazer presente no mundo, construída pelo surdo, e, muitas vezes, vivenciada também pelo Coda.

Conceber um olhar acerca de um dado grupo social traz, naturalmente, conceitos edificados sob a ótica da normalidade. O que é da maioria é normal. O que não é, foge, acaba ficando à margem. A compreensão da diversidade cultural nos provoca a pensar e colocar em prática relações alicerçadas em valores sociais e culturais de outros grupos, desconsiderando a hierarquia até então imposta pela sociedade de que há uma única cultura. Se há uma pluralidade, há a diferença negada, silenciada.

Conceituar cultura é empreender uma averiguação na história, nos processos sociais, na organização dos grupos sociais que foram se

constituindo na medida em que a língua, a familiaridade, os objetivos se convergiam para uma singularidade. A reflexão sobre cultura como construção sócio-histórica tem sido intensa nos espaços sociais, acadêmicos, midiáticos, dentre outros. Ainda assim, percebe-se que a tolerância não vem sendo aceita, levando em consideração a afirmação dos direitos civis, sociais, políticos e identitários de reconhecimento e de respeito à diferença. Sob o olhar do saber e da cultura, somos desafiados a viver e aprender com a diferença, respeitando o outro, bem como reconhecendo sua diferença frente a nossa diferença.

Segundo Gomes (2007), a cultura é aprendida, não é algo rígido ou herança dos sujeitos, e sim construída pelos próprios sujeitos, ao realizarem o caminho de aprendizagem na cultura do grupo ao qual pertencem. Um ser humano que cresce sem ter contato com alguma cultura, ou dentro de um determinado grupo, sozinho, não inventa uma cultura, pois, para isso, é preciso o coletivo, o social.

De acordo com Balandier (1969), não herdamos a cultura de geração para geração porque ela é história e evolui conforme as gerações, se construindo nas relações sociais. Para que seja possível analisar um sistema cultural, precisamos verificar em que espaço de tempo social-histórico ele se encontra, pois é neste contexto que a cultura estará sendo produzida. Somos humanos que aprendemos a cultura no meio em que participamos. Algo que envolve, além da língua que falamos, o amor que doamos, a comida que degustamos, a maneira de atribuir sentido ao mundo, à fala, ao amor, ao alimento, aos saberes, à educação, a nós mesmos.

É possível considerar que conviver com o outro é cultura, à medida que a aprendizagem de sistemas simbólicos, sócio-históricos e culturais acontece, por meio das relações entre os atores sociais, nos humanos, o que se dá por meio da cultura ou culturas. Será que há somente uma forma de conceber cultura? A pluralidade nos faz pensar sobre o outro, aquele diferente de mim, que tem uma língua e um jeito singular de ler o mundo e ler a mim.

A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu “trabalho produtivo”. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse “desvio através de seus passados” faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar. (HALL, 2003, p.43 apud OLIVEIRA, 2014, p 31).

Segundo Hall (1997), nas teorias do campo dos Estudos Culturais, a cultura que temos determina uma forma de ver, de interpelar, de ser, de explicar e de compreender o mundo. Essa concepção pode configurar uma visão simplista de que, sendo assim, podemos compreender a cultura surda com o mesmo olhar, já que o povo surdo com certeza experiencia diversas situações no mundo de maneira diferenciada, por ter uma língua visual espacial, por vivenciarem o mundo através do olhar, por, muitas vezes, se sentirem

“estrangeiros” em seu próprio país. Logo, os filhos de surdos, os Codas, acabam percebendo, vivenciando essas experiências e aprendendo também a olhar e vivenciar o mundo de uma maneira diferenciada.

Autores como Perlin e Miranda (2003) argumentam que a experiência visual das pessoas surdas significa a utilização da visão em substituição total à audição, como meio de comunicação que os leva a ver e perceber o mundo de forma diferenciada das pessoas que ouvem. Contudo, a sociedade tem sua base cultural alicerçada em uma única cultura. Interpelar a ideia da diversidade cultural que sempre permeou a sociedade ainda é, em pleno século XXI, razão de divergências conceituais. O olhar sobre a pessoa surda ainda perdura com estereótipos etnocêntricos construídos sobre um padrão de normalidade engendrado no ouvir e falar.

Temos presenciado nas últimas décadas uma proliferação de discursos sobre a diversidade cultural e social de indivíduos e grupos bem como das atitudes recomendadas frente aos mesmos, resultante das reivindicações produzidas no decorrer dos anos 60 e 70 do século XX, por grupos denominados marginais ou de minorias (Ferre, 2001, p. 206). No Brasil, a Constituição de 1988 passou a ser considerada um instrumento eficaz na operacionalização de um conjunto de práticas que procura contemplar as especificidades referentes ao gênero, raça/cor, idade e deficiência, através de garantias de seus direitos específicos e diferenciados (Pinto, 1999, p. 53). Nas décadas seguintes, grupos organizados da sociedade civil, juntamente com os organismos ligados ao Estado, foram articulando diferentes Políticas nas áreas Social e dos Direitos, constituindo Conselhos e Fóruns representativos das entidades. Exemplos dos resultados desses

movimentos são o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Lei Orgânica da Assistência (1993), a Política Nacional do Idoso (1994), a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999), que compartilham entre si a ideia de equidade, respeito à diversidade, justiça e inclusão social, tomando como referência a articulação e responsabilização mútua das diferentes esferas. (KLEIN, 2003, p. 95)

Atentar para as diferenças, para as desigualdades e indiferenças, nos faz repensar alguns valores morais e sociais que foram ensinados e aprendidos no âmbito cultural. A diversidade cultural enquanto princípio social vai além do entendimento de identidade nacional, pois, através das vivências, passa a ser uma realidade, envolvendo os indivíduos e a sociedade em fatos reais.

A legislação vem contribuindo de forma gradativa e significativa para que estes estereótipos sejam desconstruídos. Desde o início dos anos 2000, a comunidade surda brasileira já tem direito à acessibilidade linguística. Por meio da Lei 10.098/00, o que coopera para que os surdos possam usufruir de seus direitos e, com isso, ingressar nos estudos em diversas instituições, buscando uma formação acadêmica. O reconhecimento legal da Língua Brasileira de Sinais – Libras, Lei 10.436/02, como meio de comunicação oficial dos surdos no Brasil, vem coadjuvar e reconhecer a diferença linguística e, por conseguinte, uma cultura diferente.

O Decreto n. 5.626/05 que regulamenta a Lei n. 10.436 e o Artigo 18 da Lei 10.098 vem substanciar uma educação de surdos pautada na Língua de Sinais como língua de instrução da pessoa surda,

reconhecendo a necessidade da academia de oferecer cadeiras que abordem a LS nos cursos de Fonoaudiologia e Educação, além da criação do curso Letras/Libras – licenciatura e bacharelado, formando professores de LSsurdos e Tradutores-intérpretes surdos e ouvintes. O decreto também garante a prioridade no ensino da Língua de Sinais para os professores surdos graduados em Letras/Libras.

Ao abeirar-se da discussão em torno de uma língua, do reconhecimento dessa língua, nos acercamos de que uma língua traz uma história de um dado grupo social e sua forma de se colocar no mundo. Ao lidarmos com essas questões, nos deparamos com a ideia de cultura. Diversas teorias existem para conceituar culturas, seja pelo determinismo biológico, geográfico, ou antecedentes históricos, sendo assim, para podermos entender um pouco, e de forma breve, abordaremos cada uma das formas citadas anteriormente. Acredita-se que, por sermos humanos, teríamos todos a mesma cultura, que seria algo natural, genético que está na raça, etnia ou outros grupos humanos. Segundo Keesing (1961):

Não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais. Qualquer criança humana normal pode ser educada em qualquer cultura, se for colocada desde o início em situação conveniente de aprendizado.

Conclui-se que não são apenas os genes que determinam nossa cultura, eles podem sim ser um dos fatores por escolhas futuras que

teremos, durante um aprendizado, e não algo natural que temos desde o ventre da mãe, pois cultura é um processo.

Laraia (2001) afirma que até o fim do século XIX e início do século XX geógrafos acreditavam que a cultura era determinada por espaços geográficos, que estes limites territoriais determinariam de que cultura cada povo pertencia, que havia relações entre a latitude e os centros de civilização, considerando-se o clima um fator importante. Porém, em meados de 1920, é refutado esse determinismo e é demonstrado que existem limitações na influência de latitude e espaço geográfico sobre a cultura, já que se percebe a existência de diferentes fatores culturais em um mesmo espaço físico:

exemplo pode ser encontrado no interior de nosso país, dentro dos limites do Parque Nacional do Xingu. Os xinguanos propriamente ditos (Kamayurá, Kalapalo, Trumai, Waurá etc.) desprezaram toda a reserva de proteínas existentes nos grandes mamíferos, cuja caça lhes é interdita por motivos culturais, e se dedicam mais intensamente a pesca e a caça de aves. Os Kayabi, que habitam o norte do Parque, são excelentes caçadores e preferem justamente os mamíferos de grande porte, como a anta, o veado, incentivadamente (LARAIA, 2001, p. 23).

Vê-se neste exemplo que em um mesmo parque habitam xinguanos que, apesar de morarem muito próximos, têm culturais muito diferentes, principalmente com relação aos alimentos, o que com certeza influencia na maneira de conseguir esses alimentos, como na forma de prepará-los e, assim por diante, lembrando que não estamos falando de uma região e sim de um parque. Se pensarmos que realmente a

localização física e o fato biológico não podem ser considerados os únicos elementos de uma cultura, podemos afirmar que os dois juntos constituem parte de uma cultura, porém, não são elementos suficientes. Para talvez complementar ou ajudar a cultura a se fortalecer existem os antecedentes históricos do conceito de cultura que corroboram a tentativa de conceituar cultura.

Em concordância com Oliveira (2015), as associações de surdos são consideradas o berço de uma cultura visual. Começaram a ser fundadas por ex-alunos surdos do Instituto Nacional de Educação Surdos - INES. Elas foram fundadas com o objetivo de promover encontros entre iguais. Os surdos frequentavam esses espaços para conversar, para se comunicarem em uma língua comum, igual.

Com o passar dos anos, outros espaços foram sendo reconhecidos pelos surdos como lugar da língua: *“Aqui eu posso conversar. Aqui sou compreendido”*. Contudo, se faz necessário deixar o registro de que esses espaços se tornaram um lugar do surdo após lutas dos movimentos de surdos em prol de uma educação que reconhecia a língua e a cultura desses sujeitos. Escolas e universidades se constituem em novos espaços culturais dos surdos.

Alguns dos artefatos da cultura surda, além da Língua de Sinais, são os usos de tecnologias específicas para a comunicação com seus pares e com a comunidade ouvinte. A história de como esse povo constitui sua identidade, perpassada por experiências visuais de uma comunidade minoritária, que passou por diversas situações para chegar ao reconhecimento, com a militância política e educacional para que

seus direitos fossem garantidos. Vivendo em um mundo, por vezes, silencioso, outras vezes, silenciado, que, junto às associações, escolas, locais de trabalho, criam espaços onde a cultura surda se constitui, já que é nesses momentos que acontecem as interações, as trocas de informações, reuniões para organização de seus movimentos e lutas, momentos estes em que, muitas vezes, os Codas tornam-se “intérpretes” da comunidade surda, sendo a “voz” dos surdos, sentindo e transmitindo toda luta e angústia de uma comunidade.

Frente a estas experiências junto à comunidade surda, os Codas que ali estavam como mediadores, nesses contextos, acabavam constituindo uma identidade profissional, sem uma formação adequada, técnicas e teorias. Interpretavam situações em que a luta por melhorias e direitos era não só dos surdos, mas deles também, em uma construção invisível, já que a intenção era “ajudar” os pais a terem mais acesso na sociedade.

No sentido sociológico, Berger e Luckmann (2009, p.221) afirmam que a identidade compõe um elemento-chave da realidade subjetiva das pessoas em sociedade, por serem sujeitos particulares embora vivam coletivamente. Pode então vir à tona a necessidade de reflexões no que diz respeito à construção de identidade do Coda, uma vez que este pode vivenciar a cultura Surda, precisando elaborar suas perspectivas em relação ao seu “eu” levando em conta sua condição de ao mesmo tempo ter audição e partilhar de elementos culturais ouvintes. (BERGER; LUCKMAN, 2009, p. 221 apud SOUZA, 2014, p.47).

No entanto, pode-se afirmar que a cultura surda sofre atravessamentos de outras culturas, mas tem, acima de tudo, questões bem específicas como as citadas anteriormente, como a língua, a experiência visual, a maneira de vivenciar o mundo e entendê-lo. Questões estas que só se constroem quando temos pares para dividir informações, questionamentos, angústias, alegrias, experiências e, acima de tudo, os mesmos objetivos a serem alcançados. Em suma, ter um outro surdo que vivencia experiências similares, para que possam ter certeza de que existem sim muitas possibilidades de seguir em frente, situações essas reforçam a importância da convivência entre pares nas associações de surdos espalhadas pelo mundo. Com os Cotas não é diferente, pois precisamos uns dos outros para entender o mundo de onde viemos, portanto, realiza-se um encontro anual de Cotas, no Brasil.

Pode-se conceber que os Cotas viveram e vivem em meio à cultura surda, sendo influenciados direta e indiretamente na construção de sua identidade e visão de mundo, porém nem todos os Cotas trabalham como CTILS, tendo assim uma construção familiar e não acadêmica junto à comunidade surda. A construção familiar, citada anteriormente, é rodeada de experiências muito parecidas com as interpretações atuais que os CTILS realizam em seus espaços de trabalho, mas com algumas diferenças, uma delas, e talvez a principal, seja a consciência de estar interpretando, pois, durante a infância, os Cotas realizam “interpretações” para seus pais, familiares e amigos, entretanto, entendem aquele processo como uma ajuda para a compreensão do que está sendo dito.

Segundo Preston (1994:71), alguns CODA sentem serem “one big ear and mouth for the whole family”. Pelo facto de serem ouvintes encontram-se em contato permanente com esse mundo, podendo transmitir as informações sonoras aos seus familiares surdos. O mesmo acontece do outro lado surdo. Havendo um ouvinte presente que não saiba comunicar, será o CODA a interpretar o que seja necessário para que se estabeleça uma comunicação produtiva (Preston, 1994). Iniciam um processo de interpretação quer simultâneo quer consecutivo, precocemente e inconscientemente. Esta situação atípica de responsabilidade atribuída a uma criança faz com que na história da evolução da profissão de intérprete de língua gestual, os CODA tenham sido os primeiros intérpretes de língua gestual. São estas crianças que desde o berço, ao contactarem com duas línguas diferentes, se tornam na ponte de comunicação entre o mundo ouvinte e o mundo Surdo (Preston, 1994; String e Wolf, 2007). (SOUSA,2012, p. 405)

Com o advento dos estudos da tradução e interpretação, abriu-se a possibilidade de discutirmos a atuação do CTILS sob o prisma de um profissional que vivenciou a Língua de Sinais e a cultura surda de uma forma diferente da maioria dos intérpretes, pois o conceito de tradução abordado e discutido atualmente por Campos (1986) é o seguinte:

Não se traduz afinal de uma língua para outra, e sim de uma cultura para outra; a tradução requer assim, do tradutor qualificado, um repositório de conhecimentos gerais, de cultura geral, que cada profissional irá aos poucos ampliando e aperfeiçoando de acordo com os interesses do setor a que se destine o seu trabalho. (CAMPOS, 1986, p.27-28).

A experiência de migrar de um mundo ao outro traz, para o Coda, experiências culturais que contribuem de forma significativa no ato interpretativo enquanto profissional tradutor. Algumas estratégias linguístico-culturais utilizadas por esse profissional, durante sua atuação, geralmente se consolidam em traduções e interpretações impregnadas de *algo mais* que deixa essa atuação confortável aos olhos de quem vê e entende o que está sendo traduzido e interpretado.

A ideia do ILS como voluntário surge também devido ao grande número de intérpretes formados por filhos ouvintes de pais surdos que dominam a língua de sinais. O Coda, como é conhecido este tipo de intérprete, utiliza a língua de sinais de uma forma quase natural. Grande parte são filhos de mãe e pai surdos, ou seja, a convivência permite um grau de fluência quase tão natural quanto a língua pátria da qual fazem parte. O ILS Coda por nascer e crescer com muitos surdos a sua volta, inicia o trabalho de interpretação desde pequeno e sem qualquer tipo de remuneração. É um filho que auxilia os pais surdos a terem uma interação melhor com o mundo ouvinte (TUXI, 2009, p.9).

Ser exposto a duas línguas nos faz perceber que o *input* linguístico é muito natural a esses sujeitos, em Libras e Português, pois, geralmente, a criança Coda tem contato com ouvintes da família, escola, vizinhos, podendo, assim, naturalmente aprender duas línguas. Esse contato faz com que algumas situações no cotidiano desta criança sejam diferenciadas, como, por exemplo, intermediar a conversa dos próprios pais como os professores da escola onde estuda. Logo, intermediar a conversa entre os pais e outras pessoas, para a maioria dos filhos de surdos, os fez assumir um papel, uma função que fugia do contexto

infantil. Como uma “responsabilidade” dada aos filhos ouvintes pelos pais surdos. Essa relação de intermediar conversas em vários contextos fazia com que esses filhos vivenciassem experiências culturais em zonas de fronteiras: línguas diferentes em espaços culturais diferentes. Quadros e Masutti (2007) abordam essa relação de fronteiras, discutindo o lugar da tradução cultural para os Codos.

A tradução cultural implica muitos laços que são construídos em linhas conflituosas e de poder. Falar sobre a relação de fronteira que um Coda vive em universos diferentes implica perseguir, cuidadosamente, as linhas imaginárias e tensas que vão sendo formadas em zonas fronteiriças de contato. (QUADROS; MASUTTI, 2007, p.247)

Ainda assim, as experiências de interpretação das crianças Codos, influenciam na sua constituição enquanto pessoas e, acreditamos, ainda mais como profissionais da área de tradução e interpretação para Libras/Português. Considerar a fronteira, suas relações, proximidade e familiarização, assim como os processos de constituição identitária, bem como processos de registro histórico, nos demonstra o quanto o tempo e o ambiente são imprescindíveis, não podendo ser ignorados.

Considerar as fronteiras, suas experiências com a diferença, com as regras de uma outra cultura e com outras identidades são processos históricos, compreendendo que cultura não é algo estático, e sim um processo em constante transformação. O outro, o diferente, não é ruim, não é bom. É diferente. E, lidar com a diferença, é aprender a ser diferente. Contudo, uma criança não faz essa leitura, não tem essa percepção. Os filhos de surdos cruzam, vivenciam essas tensões

frequentemente. À medida que crescem, levam consigo essas experiências para o campo profissional. Neste trabalho, o foco central, como dito anteriormente, é buscar uma análise junto aos estudos da tradução e os estudos surdos, da constituição do CTILS e sua experiência de infância e sua profissão. A relação dos CTILS com seus pais contribuiu e contribui para a constituição desse sujeito. Para Perlim (1998 apud CAMPOS, 2008), a cultura surda está em conexão com a teoria cultural onde o surdo é visto como diferente e sujeito cultural.

A diferença, como diz Perlin (1998), assume um caráter principal na constituição da identidade surda devido ao surdo se perceber diferente do ouvinte. Nesse espaço, os surdos lutam pelos seus direitos de pertencerem a uma cultura surda representada pela língua de sinais, identidades diferentes, presença de intérpretes, tecnologias especializadas, pedagogia da diferença, povo surdo, comunidade surda. (CAMPOS, 2008, p. 38)

Por ser diferente em sua língua e cultura, o surdo, ao se tornar pai e mãe e, estimular seu filho ouvinte a se comunicar de forma visual, propicia a esse filho ouvinte a construção de mecanismos visuais que lhe serão caros em sua trajetória profissional como TILS. A diferença entre o TILS e o Coda TILS perpassa o viés da cultura, do olhar, das escolhas linguísticas imbuídas no patrimônio linguístico e cultural que o Coda leva com ele.

4.1 O CODA TRADUTOR-INTÉRPRETE E SEU LUGAR NO CAMPO DA TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA DE SINAIS

Só admitindo e enfrentando nossos medos é que iremos aos poucos juntando as pontas, conhecendo-nos, traçando limites e ousando superar outros, até por fim escolhermos, entre fugir e lutar, aquilo que nos traga mais resultados. (MAGALHÃES, 2007, p. 63).

Este subcapítulo apresenta, inicialmente, uma leitura analítica dos trabalhos acadêmicos que abordam a temática destapesquisa, fazendo um levantamento dos aspectos culturais presentes nesses trabalhos que contribuam para a melhor compreensão do lugar que o Coda Tradutor-intérprete ocupa na área da tradução e interpretação do par linguístico Língua de Sinais/Língua Portuguesa.

Os trabalhos acadêmicos selecionados foram:

- “Codas brasileiros: libras e português em zonas de contato”, de Ronice Müller de Quadros e Mara Massutti (2007).
- “Identidades de Filhos Ouvintes quando os pais são surdos: uma abordagem sociológica sobre o processo de socialização”, de Pablo Regis Andrade (2011).
- “Nascidos no silêncio: as relações entre filhos ouvintes e pais surdos na educação”, de Osmar Roberto Pereira (2013).
- “CODA: um mundo, duas culturas? Dois mundos, duas culturas?”, de Sônia Marta de Oliveira (2014).

- “INTÉRPRETES Codas: Construção de Identidades”, de José Carlos Ferreira Souza (2014).

Posteriormente, os aportes teóricos que apoiam este estudo serão apresentados, tendo como norte a investigação sobre a trajetória pessoal e profissional do Coda Tradutor-intérprete nos meandros culturais do povo surdo.

Quadros e Masutti (2007) abordam sobre as zonas de contato e o entre-lugar em que situam-se a vida de Codas, pois, devido às línguas e culturas que ora se cruzam, ora se distanciam, estes apresentavam uma experiência singular de perceber e participar do mundo ao seu redor. O artigo discute as relações que se estabelecem entre a LS e a Língua Portuguesa no Brasil e traz reflexões sobre os aspectos que envolvem situações de fronteira e contato entre línguas e percepções do universo Surdo e do ouvinte, destacando as formas como as conexões são percebidas por este Coda.

O artigo situa o leitor frente a realidade do bilinguismo no Brasil e a Língua Brasileira de Sinais, para, em seguida, abordar a análise das zonas de contato e fronteiras estabelecidas por meio de elementos linguísticos, culturais e políticos que constroem as diferentes perspectivas de um Coda. Conforme as autoras:

A experiência de nascer, viver e crescer em meio a uma família de pais surdos faz com que a percepção das representações culturais, sociais, políticas e linguísticas sejam atravessadas por substratos filosóficos, éticos e estéticos marcados por tensões em zonas fronteiriças de contato. O

universo surdo e ouvinte marcam as fronteiras dos Codos. (QUADROS; MASUTTI, 2007, p. 246).

Nesse texto, é apresentado um resgate histórico em relação a Libras e aos surdos. Durante muito tempo, as escolas de surdos e as classes especiais não permitiam o uso das língua de sinais, privilegiando o uso do Português, reforçando uma hierarquia entre as línguas, baseada na premissa de superioridade das línguas orais, o que influenciava na vida dos surdos, logo, na vida de seus filhos.

Os surdos da década de 60 vivenciaram outras histórias, processos de negação da língua e, juntos deles, seus filhos Codos. A maioria destes tiveram contato com a Língua de Sinais nas associações de surdos, exercitando a língua e a cultura surda.

Mesmo com a proibição e a hierarquia entre as línguas, algumas mudanças se iniciam nas décadas de 80 e 90. As associações passam a ser espaços políticos de discussão e luta por direitos e algumas escolas começam a fazer uso da LS.

Esse levantamento apresentado pelas autoras, do contexto de vida de surdos e Codos, durante algumas décadas, possibilita compreender e problematizar as questões que envolvem o reconhecimento da Libras no Brasil. Todo esse movimento político ocorrido influenciou no modo como a Libras passou a ser vista, quando ela começa a ser introduzida nas escolas e espaços universitários, e os surdos passam a ter intérpretes em sala de aula, em meados de 2000, se tornando um período favorável às políticas linguísticas afirmativas,

como, por exemplo, o reconhecimento legal da Libras como língua no ano de 2002, dentre outras conquistas.

Andrade (2011), em sua dissertação de Mestrado na área de Sociologia, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, reflete sobre as identidades de filhos ouvintes quando os pais são surdos, trazendo uma abordagem sociológica sobre o processo de socialização, tendo como base teórica os Estudos Culturais, a Teoria Relacional de Pierre Bourdieu e o “estigma da cortesia”, de Erving Goffman. Em sua metodologia, realizou entrevistas com familiares dos surdos, baseadas em “memórias” e, além disso, uma revisão literária, obtendo os seguintes resultados: diferentes visões do que é ser surdo, identidades de fronteira “entre” e “ganho linguístico” com relação aos não Cotas.

Durante sua reflexão, o autor afirma que o fato de os filhos de pais surdos terem adquirido duas línguas, desde a tenra idade, os fazem ter um tipo de responsabilidade de interpretação desde a infância, afinal de contas, eles seriam o elo de ligação dos pais com o mundo externo, isto é, a criança que está entre o mundo ouvinte e o mundo surdo. O autor dá início a uma investigação para compreender a construção das identidades de ouvintes filhos de pais surdos, como os mesmos se identificam e como são identificados no mundo, problematizando primeiramente o conceito de família, para, logo em seguida, fazer um breve resgate do como se constitui a sigla Coda nos EUA. Andrade chama a atenção ao dizer que, no Brasil, fora feita uma breve busca por algo que envolvesse filhos de pais surdos e nada foi encontrado,

lembrando que a conclusão dessa pesquisa foi no ano de 2011, dois anos antes do primeiro encontro nacional de Codas Brasileiros.

O autor realizou um resgate de textos que tratavam da surdez e de filhos ouvintes de pais surdos, constatando que os textos encontrados sobre surdez tinham como objeto o próprio indivíduo surdo, reafirmando que produções a respeito de Codas são escassas, pois o achado foi de textos que discutiam a surdez contada na perspectiva do ouvinte e recontada por surdos em defesa da cultura surda.

A identidade social que o filho recebe passa a conter elementos que fazem parte da representação sobre os pais. Em certo sentido, existe não somente um compartilhamento de valores sociais e morais, mas do significado de “não normal” que os surdos receberam. Contudo, essa condição nem sempre resulta em algum conflito entre pais e filhos, pois, para utilizarmos um conceito presente em França (2008), enquanto *membros* da família, os filhos são capazes de se colocar no lugar daqueles com quem se relaciona a fim de experimentarem a lealdade como condição prática. (ANDRADE, 2011, p. 42)

Além de fazer um breve resgate a respeito da cultura surda, Andrade expõe uma comparação entre os surdos e os imigrantes que vivem fora de seus países, pois os mesmos passam por situações similares aos da comunidade surda. Porém, vale ressaltar que os surdos acabam sendo imigrantes em seu país, diferentemente dos imigrantes estrangeiros que só passam pela mesma situação, em que seus filhos se tornam seus intérpretes, quando estão fora do país que nasceram. É mais fácil o acesso a língua no país imigrante pelos filhos, pois essas crianças

chegam e frequentam espaços escolares, adquirindo a língua mais rapidamente que os pais.

O autor, não sendo Coda, traz relatos de um americano chamado Bull, que coloca o quanto é estranho ter de se nomear “ouvinte” e quantas vezes sentiu-se só, sem que outros pudessem dividir experiências semelhantes com ele, já que não havia uma empatia direta. No Brasil, a existência de encontros de Coda nos permite afirmar que os mesmos sejam uma oportunidade de socialização de suas experiências, e que tais sentimento de estar à margem da maioria possam diluir-se durante e após o evento, pois essa é uma das possibilidades que os encontros oferecem aos que participam: eles passam a conhecer e se reconhecer com e no outro, o que também oportuniza dividir suas experiências pessoais e profissionais com seus semelhantes.

Pereira (2013), em sua dissertação na área da Educação, fala um pouco a respeito das relações dos filhos e pais, texto este nomeado de “Nascidos no Silêncio: As relações entre filhos ouvintes e pais surdos na educação”, tendo por base teórica a Educação de Surdos, Antropologia e a Autobiografia. A pesquisa foi realizada de forma literária, e, para complementar tal estudo, foi realizada uma análise dos depoimentos colhidos em entrevistas de pais surdos e filhos ouvintes, chegando à conclusão que ser filho de pais surdos pode ser tão normal quanto ser filho de pais ouvintes. A dissertação de Pereira faz com que se reflita sobre o quanto está impregnada socialmente a visão da incapacidade daqueles que são considerados “não normais”, o quanto

esse tipo de preconceito interfere não apenas na vida social, mas também pessoal das pessoas surdas, pois nos é relatado, na referida pesquisa, que, por causa desse preconceito, muitas famílias de surdos foram impedidas de ter ou de criar seus próprios filhos.

Além da falta de credibilidade direcionada aos pais surdos, também revela-se certo receio de como seria a vida dessa criança Coda, junto a uma sociedade tão estigmatizadora. Quando a família é extensa, ou seja, com os avós, os tios e os demais familiares dos surdos, muitas vezes, se impede os pais surdos de criarem seus filhos, sem que exista a presença de alguém ouvinte por perto, gesto que deixa nítido ser por proteção e medo de que algo de ruim aconteça com essa criança. A justificativa dada para que isso ocorra é a falta de audição dos pais, pois, logo que o Coda cresce, a responsabilidade pelos pais é transferida a ele. Entretanto, as três famílias entrevistadas deixam claro que é sim normal uma criança ouvinte ser criada por pais surdos, mas existem alguns diferenciais e isso os faz ser diferentes dos ouvintes.

Olhando para trás, em minha trajetória formativa é interessante notar que o maior medo da minha família ouvinte era de que ter os pais surdos seria prejudicial para o meu desenvolvimento e que isso poderia acarretar em um atraso no meu aprendizado de fala e por consequência no processo de alfabetização, mas a vida nos prega peças. Hoje estou aqui, professor universitário e intérprete de LIBRAS, concluinte de um programa de Mestrado em Educação, podendo mostrar para a sociedade que o surdo não está limitado por não ouvir e que ele pode ser um bom pai, uma boa mãe, um bom profissional e ser protagonista de sua própria vida. Outro ponto positivo é que, como pesquisador,

especificamente neste trabalho, pude observar de “dentro” a trajetória que os Codas percorrem dentro das famílias nas quais estão inseridos. Afinal, também sou sujeito de minha própria pesquisa. (PEREIRA, 2013, p.27)

Um dos fatores citados nas análises é o fato de tornar-se responsável antes do tempo, tendo acesso a informações que outras crianças não tem, como, por exemplo, assistir ao Jornal Nacional e interpretar o que estava sendo dito a respeito da política atual, ou acompanhar os pais no médico. Crianças ouvintes não realizam esse tipo de atividade, a não ser as crianças filhas de imigrantes, pois elas também tornam-se intérpretes de seus pais.

Dos três entrevistados, além do autor, que é Coda, somam-se quatro participantes, sendo que, três deles, depois de adultos, se tornaram profissionais intérpretes, e viram isso como uma “sorte”, afinal de contas, as experiências na sua tenra idade serviram, na vida adulta, como “ganha pão”, uma profissão herdada pela singular experiência de ser filhos de pais surdos.

O trabalho de Pereira (2013) traz um breve histórico de como “eram” vistos os casais surdos quando decidiam formar uma família e ter filhos, fato este que, atualmente, não nos parece muito diferente, mas, como dito pelo autor, hoje em dia, a comunidade surda já tem seus direitos e leis garantidos. Ainda assim, esses direitos não foram de todo implementados, como é o caso da garantia ao acesso a Língua de Sinais em hospitais, clínicas, bancos e outros espaços. A falta de acessibilidade explicitada anteriormente é um dos motivos que refletem nos filhos de pais surdos, fazendo com que eles passem pelas experiências de serem

intérpretes desde a infância. Como também mencionado pelo autor, estas crianças não realizam interpretações somente em locais públicos, mas também dentro de suas casas, pois os próprios avós, às vezes, precisam delas para comunicar algo aos pais, ou até mesmo para intermediar telefonemas dentro de suas casas.

Com a evolução da tecnologia e o direito de estudar diretamente em sua primeira língua, muitos surdos já não irão levar seus filhos a espaços como os citados anteriormente para serem os mediadores, porém, não podemos nunca generalizar para todos os Codas, já que as realidades são diferentes.

O objetivo de Pereira é mostrar o quanto os surdos são capazes de criar e organizar-se em família, de que os familiares dos surdos podem confiar neles enquanto chefes de família, sem interferir no processo de construção e constituição familiar, e que as crianças filhas de pais surdos querem e precisam ser criadas pelos próprios pais, mesmo que isso implique em diferentes experiências e aprendizados. Gostaria de deixar registrado que Osmar Pereira veio a falecer no ano de 2014, devido a doença que relatou ter durante sua dissertação, e, ao mesmo tempo, agradecer a ele por ter dividido com tanta sensibilidade a história de algumas famílias de surdos que quase foram impedidas de “existir”.

Oliveira (2014) em seu relato de experiência intitulado “Coda: um mundo, duas culturas? Dois mundos, duas culturas?” apresenta uma pesquisa qualitativa, com dez entrevistados Codas, tendo com base teórica os Estudos Culturais. Tal pesquisa, que ainda está andamento,

reflete que ser Coda não é melhor nem pior que ser filho de pais ouvintes. Ser Coda é ter uma nova perspectiva sobre a diferença.

Oliveira nos relata uma maneira diferenciada de ser Coda, pois, ao contrário de Pereira (2013) e seus sujeitos de pesquisa, esta não interpretava para os pais durante a infância, uma vez que os pais preservavam a ela e aos irmãos. Por exemplo, o acesso a televisão era algo com horários e programas restritos, pois os pais não sabiam se aquele conteúdo seria adequado às crianças, assim, eles somente assistiam a desenhos que eram para sua faixa etária. A autora relata que aos 14 anos lembra de começar a interpretar para seus pais, conta também que a visão que era passada a ela sobre a surdez era a mais positiva possível, seus pais faziam com que ela tivesse orgulho de ter acesso a duas línguas, duas culturas, uma visão em que a diferença estava marcada culturalmente, como uma colcha de retalhos onde histórias se entrecruzavam-se, no melhor dos sentidos.

Uma criança ouvinte filha de pais surdos é geralmente exposta primeiramente à língua de sinais. Considero importante salientar que cada história de vida é única. Minha experiência com meus pais surdos e familiares surdos não deve ser tomada como referência. Somos todos únicos e ao mesmo tempo um mosaico de “outros” com os quais convivemos. (OLIVEIRA, 2014, p.278).

Porém, a história não muito difere da de outros Codas que, ao chegarem à escola, começam a perceber novos olhares para a surdez, quando o olhar etnocêntrico prevalece, e é, nesse momento e espaço,

que aprendem e sentem o olhar de julgamento do outro com relação a sua família; é no meio social e escolar que este preconceito surge.

No entanto, o relato de Oliveira nos traz muitas questões relacionadas a cultura surda, seu aprendizado visual, seu convívio com a associação de surdos, enfatizando o quanto é importante e essencial imergir na comunidade surda, conhecer o outro, ou seja, ter um olhar de alteridade frente a um povo que tem uma cultura específica, e talvez esteja na imersão o diferencial de ser Coda. Estes vivem e experienciam dentro do cotidiano e em situações relacionadas a comunidade surda, como a falta de comunicação, o conhecer o mundo com os olhos e não com os ouvidos, as crenças geradas a partir das diferenças e estigmas impostos pela sociedade majoritária, que acredita em um país monolíngue e em pessoas normais, vivida por esse grupo que é minoria, mas é forte e vem demonstrando o quanto sua cultura e língua tem poder e merece respeito.

Souza (2014), em sua dissertação nos Estudos da Tradução, buscou compreender como se estabelece o perfil profissional do Coda enquanto Tradutor-intérprete de Libras, pressupondo que as motivações culturais vividas por estes trazem desdobramentos para o perfil profissional. Sua pesquisa é intitulada “Intérpretes Codas: Construção de identidades”, tendo como fundamentação teórica a Interpretação comunitária, os estudos históricos, cognitivos, comportamentais, linguísticos, sociais, éticos e a prática interpretativa, com uma metodologia de caráter qualitativo, utilizando entrevistas semiestruturadas e o grupo focal, resultando indícios das marcas

culturais surdas que advêm das experiências familiares; identidades múltiplas e fragmentadas.

Tal pesquisa apresenta o Coda de maneira geral, contextualizando de onde surge a sigla, bem como por que e onde iniciou esse movimento fora e dentro do Brasil. Souza trata de uma forma muito peculiar a maneira de representar o sujeito Coda, fazendo uso do “encontro das águas” no rio Negro com o rio Solimões, demonstrando que esse encontro seria o Coda em contato com a comunidade surda e a ouvinte, uma mistura que ocorre naturalmente, entre culturas e identidades, sendo assim, o autor traz um pouco de sua experiência como filho de pais surdos em meio a esta “mistura”, trazendo autores para reflexões como Preston(1995), Abrams (1996) e Davis (2001).

As reflexões sobre as possibilidades identitárias de Codas intérpretes de Língua de Sinais são abordadas na pesquisa, pois estes carregam consigo experiências junto à comunidade surda, acarretando assim a possibilidade de uma influência identitária profissional nesses sujeitos.

O filho de surdos pode crescer vivenciando a princípio os artefatos culturais como: experiência visual, linguística, familiar, literatura surda, vida social e esportiva, artes visuais, políticas e materiais. Porém o Coda vivencia todos estes processos com audição, o que pode trazer outras questões a respeito de identidade. (SOUZA, 2015, p. 27)

Tendo em vista que o trabalho trata acerca das identidades, Souza reflete no seu trabalho sobre as múltiplas identidades (HALL, 2006) e sobre o perfil do sujeito marcado por uma identidade fragmentada com experiências empíricas diferentes das ensinadas formalmente em cursos de formação, experiências diferentes das vividas por irmãos, tios ou parentes de surdos, além disso, o texto nos mostra que existe uma negociação constante por parte do Coda ao se deparar com o significado dos dois mundos, surdo e ouvinte, bem como uma distinção não definida entre ser filho e ser intérprete, o que, por vezes, acarreta problemas emocionais.

Feito um breve levantamento a respeito de textos que abordassem o Coda no Brasil, diagnosticamos que a maioria aborda o sujeito Coda e suas experiências de vida, seu lugar entre duas línguas, duas culturas, a relação com os pais, familiares surdos e ouvintes, seu desenvolvimento entre dois mundos, a relação destas famílias constituídas por pais surdos e crianças ouvintes, podendo mostrar-se um pouco dos preconceitos que estes pais passam por constituírem uma família em meio a uma sociedade tão estigmatizadora que vê apenas o que falta e não valoriza e reconhece a diversidade. Ser Coda é crescer em meio a contextos visuais, linguísticos não vivenciados por crianças ouvintes filhas de pais ouvintes.

As experiências de interpretação dos Codas influenciam na sua constituição enquanto pessoas e, acreditamos, ainda mais como profissionais da área de tradução e interpretação para Libras/Português. Considerar a fronteira, suas relações, proximidade e familiarização com a Língua de Sinais e a cultura surda, assim como os processos de

constituição identitária e os de registro histórico, nos demonstra o quanto o tempo e o ambiente são imprescindíveis, não podendo ser ignorados.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, serão apresentadas as análises e reflexões das questões selecionadas do questionário que foi disponibilizado no grupo do Facebook, denominado Cotas Brasil. A Tabela 2 tem por objetivo apresentar as questões que foram aplicadas aos sujeitos de pesquisa, portanto, ela está organizada de forma que os leitores possam visualizar as questões gerais, as categorias a que cada uma pertence e as questões selecionadas para análise (14,15,19,20,21,29,36,49 e 50), pois, como argumentado anteriormente, o questionário ficou extenso, mas o objetivo era deixar os respondentes à vontade para falar de suas histórias. Devido a isso, começa-se de forma mais geral até atingir as questões mais específicas da pesquisa, e, para análise, escolhe-se três questões de cada categoria, pois estas respondem nossos objetivos. Logo, será realizada uma breve explicação de porque cada uma das questões foi selecionada, junto à apresentação das mesmas, no transcorrer das análises.

Vale lembrar que as perguntas de número 1 e 2 apenas introduzem a pesquisa, situando o respondente se ele deve ou não continuar a responder ao questionário, já que esta busca sujeitos específicos para investigação. As questões 3,4 e 5 ajudarão a formar o perfil geral dos respondentes, sua faixa etária, sexo e formação; antes das perguntas começarem a ser exploradas, também se coloca uma breve apresentação da pesquisa para que as pessoas interessadas em responder entendessem de maneira clara o que estaria fazendo ao responder as perguntas que viriam a seguir, bem como o que seria feito com as

respostas ali fornecidas por elas; o cabeçalho, como se chama a apresentação, consta com as seguintes informações:

“Eu, Maitê Maus da Silva, aluna da Pós-Graduação em Estudos da Tradução, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, estou desenvolvendo uma pesquisa sobre Cotas que são intérpretes de Língua de Sinais. O objetivo da pesquisa é verificar como é realizado o processo de profissionalização dos Cotas e contribuir com as pesquisas que falam sobre Cotas no Brasil.

Sua identidade será preservada, pois não será divulgado nome ou informações que possam identificar o participante desta pesquisa. Os dados obtidos somente serão utilizados para fins de investigação.

Desde já agradeço a disponibilidade e atenção!”.

Tabela 2 - Questões aplicadas²³

Categorias	Questões de Pesquisa
Alerta	1. Você tem pai ou mãe/os pais Surdos (s)? *
	2. Você é intérprete ou já trabalhou como intérprete profissional? *
	3. Qual é a sua faixa etária? *
	4. Qual seu gênero? *
	5. Qual sua formação? **
	6. Em sua família, quem são os membros surdos que usam língua de sinais? *
	7. Quantos irmãos você tem? *
	8. Qual a idade de seus irmãos? *
	9. Algum irmão é surdo? *
	10. Se sim, esse irmão é? *
	11. Onde você se enquadra na ordem de nascimento dos filhos de sua família? *
	12. Você tem um irmão que esteja trabalhando como um profissional intérprete de Libras? *
	13. Se seu irmão não trabalha como intérprete você saberia dizer porque ele fez esta opção de não trabalhar como intérprete? **
	14. Qual seria para você, sua primeira língua? *
	15. Destas opções, qual a língua que você prefere usar? *
	16. Você conviveu com outros CODAs na infância? *
	17. Com que idade seu pai aprendeu a sinalizar? *
	18. Com que idade sua mãe aprendeu a sinalizar? *
	19. Seus pais incentivaram você a usar a língua de sinais em casa? **
	20. Seus pais o encorajaram a se tornar intérprete? **
	21. Quando pequeno ao interpretar para seus pais se dava conta de que estava realizando uma interpretação? **
	22. Quem interpretava para seus pais antes de você nascer? *
	23. Conheceu algum intérprete profissional quando era criança? Lembra quem foi? **
	24. Como via/entendia aquele profissional intérprete que conheceu na infância? **
	25. Acredita que por ser CODA as vezes é mais solicitado pela comunidade surda para interpretar? *
	26. Porque acha que é mais solicitado pela comunidade? **
	27. Já foi questionado se comenta com seus pais a respeito de suas interpretações? *
	28. Se foi questionado a respeito de conversar com seus pais a respeito de suas interpretações, como se sentiu? **
	29. Quando era solicitado a interpretar antes de ter a formação TILS, se sentia inseguro ao aceitar? *
	30. Alguma vez pensou em não ser mais intérprete? *
	31. Se pensou em desistir da carreira quais fatores o influenciaram a pensar desta maneira? **
	32. Antes de ter formação na área, atuou como intérprete para outras pessoas que não fossem da família? *
	33. Como se sentia quando interpretava sem ter formação adequada para tal atuação? **
	34. Você já foi questionado em alguma circunstância por ouvintes, sobre ter ou não formação para atuar como TILS? **
	35. Você já foi questionado em alguma circunstância por surdos, sobre ter ou não formação para atuar como TILS? **
	36. Quando iniciou a busca por formação, quais foram os passos que você deu para aprender a ser um intérprete profissional? **
	37. Qual tempo de duração dos cursos que frequentou? **
	38. Acredita que a formação que obteve fez diferença na sua prática tradutória atual? **
	39. Quantos Codas professores você teve durante sua formação? *
	40. Houve algum impacto o fato de haver um professor CODA durante sua formação? *
	41. Quantos Codas Colegas estudaram com você? *
	42. De que forma ter Codas colegas impactou sua experiência de formação? *
	43. Gostaria de ter participado de alguma formação específica para TILS Codas? *
	44. Gostaria de ter participado de mais alguma formação específica na área de interpretação? **
	45. Há quantos anos você tinha quando começou trabalhar como um intérprete profissional? **
	46. O que é um exemplo de uma experiência positiva que você teve de estudar para se tornar um intérprete? **
	47. O que é um exemplo de uma experiência negativa que você teve de estudar para se tornar um intérprete? **
	48. Quais são os cursos / workshops / treinamentos foram mais úteis e / ou beneficiaram o seu caminho para ser um intérprete profissional e por quê? **
	49. O que levou você a escolher a profissão de Tradutores Intérpretes de Libras? **
	50. O que mais você gostaria de dizer sobre sua trajetória para se tornar um intérprete profissional? **

Fonte: Autoria própria, 2016.

²³ *Perguntas fechadas, respostas definidas, objetivas. ** Perguntas abertas, respostas livres, discursiva.

Após realizado o levantamento dos dados, iniciou-se a análise parcial destes, e, como já citado anteriormente, dentre as cinquenta questões gerais contidas no questionário, foram selecionadas nove para se alcançar os objetivos desta pesquisa. Além destas, ilustram-se e descrevem-se as respostas das perguntas 3,4 e 5, questões que auxiliaram a traçar o perfil dos sujeitos, bem como o restante das perguntas, para situar o leitor a respeito do conteúdo tratado no questionário.

Tabela 3 - Sexo

Sexo	
87,5%	Feminino
12,5%	Masculino

Fonte: Autoria própria, 2016.

Tabela 4 - Faixa etária

Faixa etária	
18 a 25	12,5%
26 a 35	43,8%
36 a 45	32,3%
46 a 55	12,5%

Fonte: Autoria própria, 2016.

Tabela 5 - Formação

Formação	
6	LL Bacharelado
1	LL Licenciatura

5	Pedagogia
1	Serviço Social
1	Psicologia Clínica
1	Mestre em Educação
1	Ensino Médio

Fonte: Autoria própria, 2016.

Tais dados, retirados do primeira categoria de questões, intitulado “Um pouco de nós”, nos mostra o perfil dos envolvidos na pesquisa, sendo que 87,5% são do sexo feminino e 12,5 do sexo masculino, ressaltando que foi dada a opção para preenchimento de outras opções sexuais. Nafaixa etária de 18 a 25 anos temos 12,5% de participantes, de 26 a 35 a porcentagem é de 43,8% (representando a maioria), de 36 a 45 temos 32,3% e de 46 a 55 anos 12,5%²⁴. Seis dos 16 respondentes possuem formação no bacharelado Letras/Libras, um licenciado em Letras/Libras, cinco em Pedagogia, um em Serviço Social, um em Psicologia Clínica, um possui título de mestre em Educação e um apresenta nível médio completo, mostrando que a maioria tem formação na área das ciências humanas. Inicialmente, seis dos sujeitos não deixam nítidas suas formações na área da tradução e interpretação, eo restante os fez como especialização em Libras ou a graduação no curso de Letras/Libras. Sendo assim, apenas

²⁴ Opta-se por não inserir gráficos nessa questão já que a mesma só apresenta dados do perfil dos sujeitos de pesquisa.

seis afirmaram ter formação acadêmica na área de tradução e interpretação. Veremos, no decorrer das análises, se todos têm formações complementares para atuação como TILS.

Com esses dados, pode-se verificar que a maioria nasceu entre as décadas de 70 e 90, sendo assim, tiveram sua infância e pré-adolescência sem a garantia legal da Lei de Libras, o que influencia nas experiências vividas por esses Coda, diferentemente daqueles nascidos nas gerações mais atuais, pois é através dessas garantias legais que muitas das situações de comunicação foram amenizadas para a comunidade surda.

Quando fala-se em amenizadas é porque ainda não se pode esquecer de que nem tudo está em plenas condições de acesso, sobretudo, quando trata-se da acessibilidade e comunicação dos surdos no Brasil. Um dos grandes entraves ainda é a carência de Tradutores-intérpretes com formação para atuarem em diferentes áreas e contextos, como abordado no capítulo que trata da profissionalização dos Tradutores-intérpretes.

Ao definirmos os objetivos dessa investigação, havia perguntas que contornavam essas questões. Portanto, buscaremos, nas apresentações de tais questões, elencar as razões para a seleção de cada uma delas.

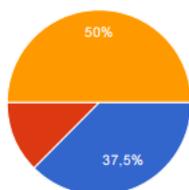
- Ser Coda implica na escolha pela profissão? - Essa questão tem como objetivo identificar se o fato de ser bilíngue e mediar as línguas envolvidas no contexto familiar foi fator decisivo para a opção profissional em questão;

- Como foi seu trajeto de formação? - Reiterar a necessidade de formação também para os que são bilíngues nativos;
- Todos os Cotas têm formação para atuar na área? - Essa questão buscou verificar se a formação contribui de forma significativa para atuação profissional.

A seguir, inicia-se então a análise de cada uma das questões selecionadas. A questão de número 14: “Qual seria, para você, sua primeira língua?” tem por meta entender qual língua é compreendida como primeira língua por esses sujeitos, tendo por objetivo verificar como eles se sentem frente à Libras e ao Português, para poder, assim, entender a constituição identitária deste sujeito frente à língua considerada sua primeira língua.

Figura 4 - Pergunta nº14

14. Qual seria para você, sua primeira língua?



Libras	6	37.5%
Português	2	12.5%
Ambas	8	50%
Outros	0	0%

Fonte: Autoria própria, 2016.

Conforme o gráfico apresentado acima, pode-se verificar que 50% dos sujeitos consideram ambas as línguas como sua primeira

língua, o que demonstra que elesse consideram bilíngues desde a infância. Outros 37,5% consideram Libras como primeira língua e 12,5%, o Português. Os dados nos mostram que uma minoria, de 12,%, acredita ser o Português sua língua materna. Portanto, levando em consideração as respostas obtidas, podemos dizer que a Libras prevalece como primeira língua nos lares dos Cotas que responderam nossas questões.

O bilinguismo presente na comunidade surda, também chamado debilinguismo bimodal, caracteriza-se por uma comunidade adquirir e utilizar uma língua minoritária (língua de sinais), enquanto a língua majoritária é utilizada em sua forma escrita e, por vezes, em sua forma falada ou até mesmo sinalizada (GROSJEAN, 2008, p. 221-222 apud SOUZA, 2014, p.99).

Mesmo que a Libras, como mostram os dados, seja preponderante na opinião dos Cotas, sabe-se que isso não garante a eles uma profissão de TILS e sim um bilinguismo desde a infância, porém, o fato de estarem ligados à língua e à cultura desde a infância faz com que eles conheçam a essência da comunidade e da língua de uma maneira diferente, pois vivenciam as experiências junto dos pais surdos, frente a uma língua que é minoritária. “Os sujeitos bilíngues são atravessados por esse conjunto de variáveis que se dão em ambas as línguas, o que implica o domínio de estruturas linguísticas e simbólicas que se cruzam em determinado momento, e se separam em outro.” (QUADROS; MASUTTI, 2007, p.255).

Mesmo considerando que o aspecto linguístico não é o único nem o principal aspecto na construção da(s) identidade(s) dos surdos, friso que a identidade de um indivíduo se constrói *na e através da* língua. A língua é uma atividade em evolução, assim como o é a identidade. A despeito de envolver uma cultura, a experiência da surdez não se baseia numa exigência de “lugar”, mas, certamente o uso da língua de sinais é uma característica identitária da maior importância (SÁ, 2002, p. 105).

Da mesma forma que a identidade dos surdos se constitui através da língua, podemos afirmar que o mesmo ocorre com o Coda. No entanto, essa construção está permeada por duas línguas, como já mencionado anteriormente, sendo uma a sua língua materna, a Libras, e a outra língua, o Português, geralmente utilizadas pela família e comunidade majoritária, pois existem Coda que são de famílias em que não apenas os pais são surdos, mas avós, tios, primos e outros parentes também. Dessa forma, ambas as línguas fazem parte da comunicação diária da criança filha de pais surdos, dando a ela a possibilidade de uso de ambas línguas.

A necessidade de comunicação reside em aspectos naturais como uma tentativa de compreender e ser compreendido. Portanto, os filhos ouvintes de pais surdos adquirem a língua de sinais de forma natural e há muitos CODAs que consideram a língua de sinais como sua língua materna. Por isso, pode se tornar um ouvinte diferente dos outros por apresentar identidade “surda” e, ainda, diferente dos surdos por ter experiências auditivas. Muitas crianças ouvintes, quando em contato com a mãe surda, adquirem fluência na língua de sinais e, em alguns casos, a língua de

sinais torna-se a primeira língua ou Língua 1 (L1) dessas crianças. (STREIECHEN, 2013, p.5-6).

Tais experiências auditivas citadas por Streiechen, podem ser, além da causa de alguns conflitos identitários, um facilitador para aqueles que conhecem a língua e podem transmiti-la para outras línguas, possibilitando uma comunicação entre pessoas que não conhecem a Libras. Quando aqui se fala de conflitos identitários é justamente porque os Cudas estão na fronteira, como, por exemplo, é corroborado na pesquisa de Pereira (2013).

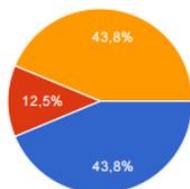
Fazendo uma retrospectiva percebi que tanto eu, como outros filhos de surdos, vivemos na fronteira entre dois mundos culturais, ou seja, das comunidades surdas e da sociedade ouvinte. Somos nativos do mundo dos surdos porque compartilhamos da mesma língua e vivências de nossos pais, porém também somos ouvintes, e recebemos a influência da sociedade ouvinte através de nossos parentes que ouvem e dos diversos estímulos auditivos que recebemos (PEREIRA, 2013, p.35).

Sendo assim, a comunicação no seio familiar, dos Cudas desta pesquisa, é em Libras, pois suas famílias fizeram dela um meio de comunicação com seus filhos, já que esses dizem ter ambas as línguas como primeira língua.

A pergunta de número 15 tem como objetivo verificar a inclinação de uso por uma língua ou outra, para percebermos onde está localizado o conforto linguístico do sujeito da pesquisa.

Figura 5 - Pergunta nº 15

15. Destas opções, qual a língua que você prefere usar?



Libras	7	43,8%
Português	2	12,5%
Ambas	7	43,8%

Fonte: Autoria própria, 2016.

Tem-se aqui um mesmo número de porcentagens: 43,8% afirmam preferir usar a Libras como língua e outros 43,8% optam por ambas, referindo-se ao Português e a Libras, o que mostra um trânsito positivo entre Libras e o Português, em um bilinguismo equilibrado. De acordo com McCleary (2009, p.28), “essa condição, de poder falar duas línguas como sua língua materna, é chamada bilinguismo equilibrado. É um tipo de bilinguismo, e não é o mais comum”. O mesmo autor aponta para o fato de qualquer pessoa que use mais de uma língua ser bilíngue, porém, em diferentes graus:

Para nós, um indivíduo bilíngüe é qualquer pessoa que use mais de uma língua para se comunicar, mesmo minimamente. Dessa forma, poderíamos dizer que existem graus de bilinguismo individual. Num extremo, estão os bilíngües equilibrados, fluentes nas duas línguas; no outro extremo os bilíngües precários, que sabem falar algumas palavras e expressões suficientes para se fazer entender, e os semibilíngües, que compreendem

(ou que lêem) uma segunda língua, mas que não conseguem falá-la. (MCCLEARY, 2009, p.28)

Em menor incidência, aparece o Português como escolha, trazendo 12,5%, dos sujeitos, estes considerados como bilíngues precários ou semibilíngues, pois talvez, ao passar por violência linguística durante a infância, acabaram por obter pelo Português como saída para algumas más experiências vividas frente ao preconceito e discriminação. Conforme Quadros e Masutti (2007), “o Coda se constitui com ambas estruturas linguísticas que se mesclam e interagem na constituição de sua subjetividade, especialmente quando a experiência com o bilinguismo se dá sem a violência colonial e o recalque da língua de sinais”(QUADROS; MASUTTI, 2007, p.249). Ainda assim, optar por uma ou outra língua não o faz mais ou menos bilíngue.

Bogaerde e Baker, ao abordarem os fatores que influenciam a aquisição bilíngue, citam o contexto social e afirmam que a aquisição da linguagem da criança, bem como sua escolha sobre usar uma língua ou outra como code-switch, é influenciada não só pela escolha da língua e fluência dos pais, mas também pela “atitude” que esses pais podem ter em relação ao uso das diferentes línguas (BOGAERDE; BAKER, 2008, p.100-102 apud SOUZA, 2014, p.40-41).

Calvet (2002) reitera a afirmação dos autores: “Quando um indivíduo se confronta com duas línguas que utiliza vez ou outra, pode ocorrer que elas se misturem em seu discurso e que ele produza enunciados bilíngues” (CALVET, 2002, p.43). Dessa forma, os dados

obtidos estarem exibindo um mesmo número é algo compreensivo e justificado.

A pergunta nº19, ainda dentro dentro da primeira categoria de questões, sobre “um pouco de nós”, tem por objetivo revelar como eram as relações dos Cudas com a LS no seio familiar e na infância, bem como evidenciar quais eram as experiências linguísticas desse período.

Figura 6 - Pergunta nº 19

19. Seus pais incentivaram você a usar a língua de sinais em casa?

sim	16	100%
não	0	0%

Fonte: Autoria própria, 2016.

Dos 16 respondentes, obtivemos nove respostas discursivas, e, destes 16 sujeitos, obtivemos uma unanimidade de 100%, ao responderem que sim, que foram incentivados a usar a LS em casa, alguns de forma explícita, outros implicitamente. Dois deles trazem a palavra **natural** na resposta:

- *Não acredito que houve incentivo. A língua de sinais era e é **natural** na comunicação com meus pais. É de forma **natural**²⁵;*

O outro diz:

- *Não considero um estímulo, pois o uso foi muito **natural**, a única via de comunicação real.*

Com isso, resgatamos aqui, a naturalidade do uso da língua, em comum no espaço onde viviam, bem como uma percepção de que o incentivo não fora consciente e sim parte de um processo muito comum na comunicação diária da família. O que, assim, pode reforçar o que autores como Streiechen (2013) e Pereira (2013) afirmam nas análises das questões acerca da Língua de Sinais, de que ela é parte do cotidiano do Coda desde a infância.

Não muito distante da reflexão acima, temos a seguinte resposta:

- *Além do incentivo, o bilinguismo era algo que não havia como evitar, pois, como criança, estava num processo de aquisição de linguagem. Convivia com familiares ouvintes e familiares surdos (pais, tios, padrinhos, amigos), recebia as duas informações. Querendo ou não, o Coda é a acessibilidade dos pais.*

²⁵ Optamos por utilizar itálico e sublinhado para diferenciar as falas dos sujeitos de pesquisa das falas dos autores do texto, para uma melhor compreensão do leitor.

Resposta que nos provoca a pensar que, para os Códigos, ser a acessibilidade dos pais, dá a estas crianças a oportunidade de ser o meio de comunicação de seus pais desde a tenra idade, representando uma ligação do mundo surdo com o mundo ouvinte, e vice-versa.

Segundo Paz (1990) aprender a falar é aprender a traduzir: quando uma criança pergunta a sua mãe o significado desta ou daquela palavra, o que realmente pede é que traduza para a sua linguagem a palavra desconhecida. A tradução dentro de uma língua não é, nesse sentido, essencialmente diferente da tradução entre duas línguas, e a história de todos os povos repete a experiência infantil (PAZ, 1990, p. 9 apud GUERINI, 2008, p. 3).

Prática que ocorre, de maneira geral na sociedade, porém, nas famílias surdas, em alguns momentos, não só o filho questiona os sentidos das palavras, como isso também é feito pelos pais, já que os mesmos não têm acesso a tudo de forma imediata, como, por exemplo, o grito de alguém do lado de fora da casa, lembrando sempre que cada caso é um caso, pois a intenção é nunca generalizar.

Em umas das falas, surge um exemplo com relação à dúvida de palavras, não realizada apenas pelas crianças; é uma experiência de interpretação durante a infância que, conforme ditopela respondente, era algo engraçado, pois ela encarava aquela atuação como uma brincadeira da mãe dentro da escola. Seu relato conta uma experiência dentro de uma sala de aula, em que a mãe surda levava sua filha junto para a aula e, em alguns momentos, esta Coda interpretava as atividades para todos os surdos ali presentes. Segue o relato na íntegra:

- Minha mãe me levava na EJA onde estudava, eu tinha 5 anos, e a professora tinha umas coisas escritas no quadro e pediu para os alunos lerem e sinalizarem. Como forma de brincadeira minha mãe me colocou na frente da turma e pediu para a professora ditar as frases para eu sinalizar para eles. Ela apontava a palavra no quadro, verbalizava e eu interpretava. Depois que terminou, todos bateram palmas para mim. Foi realmente engraçado.

Há um processo intensivo de intercâmbio de estruturas que se encontram e se afastam paradoxalmente. Tanto em Libras como em Português, há o uso de diferentes registros e graus de formalidade e informalidade. Os Coda crescem sinalizando em situações de informalidade, em casa, com amigos surdos, nas associações de surdos e nas suas festas. (QUADROS; MASUTTI,2007, p.253).

Esse intercâmbio, mencionado por Quadros e Masutti (2007), acontece não somente entre os surdos,mas em quase todos os momentos que o Coda quer se expressar, seja voluntária ou involuntariamente, pois nomomento em que o Coda se encontra com diferentes pares linguísticos e culturais, seu raciocínio fonológico, tanto na Libras quanto no Português, é adaptado para quem ele quer passar a informação. Por isso, pode-se dizer que quando o Coda se percebe Coda ele passa a ter uma comunicação de intenção. Mesmo que isso aconteça naturalmente, há uma breve reflexão de como se expressar adequadamente para o momento.

O Interacionismo Social propõe que a criança não é um aprendiz passivo, mas sujeito que constrói

seu conhecimento pela mediação do outro, sendo a interação social e a troca comunicativa a base da aquisição. Sua teoria preconiza que o aprendizado linguístico do indivíduo se inicia primeiramente com a pura reprodução dos sons, no convívio social com a família. Após a familiarização com os sons e as palavras, a criança evolui para a interpretação do contexto que as palavras e a junção das frases condizem (VYGOTSKY, 1991, p. 38).

No caso dos Codas, as imagens e os sinais pertencentes à língua de seus pais, e dele mesmo, integram um aprendizado linguístico para além do conhecimento comum, envolvendo afetividade; um orgulho por detrás do momento em que o filho demonstra propriedade da Libras é mencionado, logo a seguir, sendo esta uma maneira inconsciente de afirmar a importância do uso desta língua no seio familiar.

De modo geral, as respostas demonstram que o uso da Língua de Sinais era a maneira de se comunicar dentro da família. Um exemplo disso é a seguinte frase:

- *Sim, minha mãe fazia questão de me ensinar; ficava toda orgulhosa quando as visitas surdas chegavam e eu ficava conversando com elas enquanto minha mãe ia preparar o lanche.*

Outra frase que também traz a palavra orgulho é a seguinte:

- *Sempre, até com os netos eles ensinam e sentem orgulho quando eles aprendem.* Relatos estes que demonstram, além do incentivo, um orgulho de repassar a língua da família para seus herdeiros, já que, na segunda frase, os netos também são incluídos.

Rajagopalan (2003, p. 93) apresenta a língua usada como uma marcação simbólica quando afirma que a língua é muito mais do que um simples código de comunicação, sendo antes de qualquer coisa uma das principais marcas de identidade de um povo, representando uma bandeira de referência que se faz presente na constituição do filho ouvinte de pais surdos enquanto sujeitos (RAJAGOPALAN, 2003, p.93 apud SOUZA, 2014, p.50).

Nas falas seguintes se evidenciam apenas o envolvimento com a língua, mas surgem relatos que demonstram envolvimento com a comunidade surda:

- *Tendo meus pais mudado-se para outro estado, distante da família, nosso contato com a comunidade surda foi muito intenso, por isso, o uso da Libras era cotidiano.*

Aqui é nítido que a parte da família ouvinte, que poderia estar estimulando a fala oral, estava longe, por isso ocorreu um envolvimento maior com a LS. Logo, uma relação com o mundo, intermediada não por outros familiares, e sim pelo filho do casal, no caso o sujeito que relata o fato em nossa pesquisa.

Neste contexto, pensar os ouvintes filhos de surdos a partir da categoria alteridade também se associa a uma possibilidade de reflexão sobre o contexto familiar no qual tais indivíduos estão inseridos e o compartilhamento de significados próprios de uma experiência que se configura entre surdos e ouvintes enquanto membros de um grupo específico de pessoas. (ANDRADE, 2011, p. 11)

Um compartilhamento que vai além de interpretar, mas sim de sentir o olhar do outro, a falta de acessibilidade adequada para que exista uma comunicação mínima entre sociedade majoritária e seus pais, uma minoria linguística usuária de outra língua que não a língua considerada língua oficial do país.

A resposta seguinte não foge a anterior, pois a criança passa a falar o Português apenas aos cinco anos, quando ingressa na escola, antes disso fazia apenas uso da língua de seus pais, a Libras. Porém, havia familiares próximos a esta família, diferentemente da família anterior. O seguinte relato conta a situação:

- *Meus familiares me relataram que eu só usava língua de sinais e que comecei a falar oralmente aos 5 anos de idade quando fui para a escola e passei a conviver com outras crianças. Em alguns momentos que me ouviram falar, minha voz era como da minha mãe e falava de forma gramatical como o surdo.*

Percebe-se que era vivenciada não somente a experiência de ser filho de surdos, como também a de fazer parte da minoria linguística.

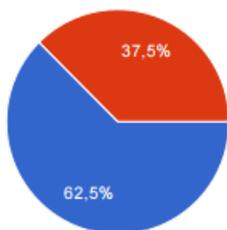
Com apenas uma exceção, um dos sujeitos relata que, pelo fato de seu pai ser ouvinte, houve uma tentativa de que a mãe não fizesse uso da Língua de Sinais com ela/e, para que o Português fosse sua primeira língua, o que, pelo visto, não deu certo, pois o mesmo aprendeu vendo a mãe se comunicar com os demais surdos que circulavam pela residência, conforme descrito:

- *Eles decidiram que minha mãe falaria em português comigo, para que eu aprendesse primeiro a "minha língua". Mas, eu a via sinalizando com meu tio e amigos, e adquiri a língua dessa forma, muito cedo, tendo começado a responder a minha mãe em Libras. Apesar disso, vejo que minha situação é muito diferente dos CODAS com pai e mãe Surdos.*

A segunda categoria de questões se inicia com a questão de número 20, discutindo a “infância e a profissão”, tendo como aporte a relação que os pais surdos e familiares construam em torno da LS, e se essa relação estimulava os Codas a pensarem na perspectiva profissional de TILS.

Figura 7 - Pergunta nº 20

20. Seus pais o encorajaram a se tornar intérprete?



sim	10	62,5%
não	6	37,5%

Fonte: Autoria própria, 2016.

Dos dados retirados do segundo bloco sobre “infância e a profissão”, obteve-se no total 16 respondentes na opção objetiva que havia como opções de resposta sim ou não, porém, no espaço subjetivo para falar a respeito, oito sujeitos falaram sobre ser ou não encorajado²⁶ a se tornar um TILS profissional. Nesta pesquisa, 37,5% desses sujeitos negaram terem sido influenciados pelos pais, no sentido de não ter havido sugestão para a escolha da profissão de TILS, nem um encorajamento como citado na pergunta. Nesse sentido, trazemos o seguintes relato:

- *Não; deixaram eu escolher livremente; a situação foi conduzida naturalmente.*

Assim, mesmo que não tenha sido incentivado, como diz na resposta, o sujeito que traz este trecho como resposta também usa a palavra naturalmente, o que, de certa maneira, nos faz refletir que mesmo que implicitamente o encorajamento ocorria, ainda que de forma inconsciente, já que ele lida com esse processo como algo que ocorreu com naturalidade, como ele conta. Sendo assim, inferimos que o fato de a profissão ser ainda pouco conhecida e reconhecida, pelos próprios pais, levando em conta a faixa etária dos participantes, o incentivo se dava de maneira muito invisível. Outra suposição é que eles viam os filhos como Tradutores-intérpretes naturais, não havendo, assim, necessidade de os encorajar a fazer algo que já faziam frequentemente.

²⁶ Entenda-se aqui como encorajar de maneira consciente a prática da profissão de TILS.

Se um surdo não levar um intérprete em determinados locais em que a comunicação é um pouco mais complexa (bancos, hospitais etc.) dificilmente será entendido. Desta forma, quando um casal de surdos tem um filho que é ouvinte, com certeza ele servirá de intérprete em alguma ocasião. (PEREIRA,2013, p.93)

No entanto, os outros 62,5% dizem que sim, que foram influenciados e encorajados não só pelos pais, como pela família e comunidade surda, como nos mostra esse trecho:

- *Não só os pais, mas toda a comunidade surda. Ver meus pais ultrapassando barreiras me encorajou mais ainda a aceitar a profissão e trabalhar pelos surdos, possibilitando-os a vencer os desafios.*

Para além de um encorajamento e uma escolha profissional, o trecho fala de uma militância junto à comunidade como uma realidade vivida dentro de casa, uma barreira a ser rompida não só pelos pais como por toda comunidade, sendo eles, os CTILS, um meio para isso.

Nessa direção, mais duas respostas demonstram o envolvimento que ultrapassa o encorajamento profissional, servindo como um estímulo: o reconhecimento por parte dos pais, que tinham seus filhos como meio de comunicação e, mesmo que, às vezes, com um pouco de ciúme, queriam que outros surdos tivessem também as mesmas oportunidades de vencer as barreiras por meio de profissionais, nesse contexto, seus próprios filhos:

- *Minha mãe sempre me disse que a Feneis precisava de intérpretes para ajudar aos surdos; em reuniões com os amigos e familiares, médicos ou quando íamos fazer*

compras, e, eles já me disseram que sentem orgulho das minhas conquistas profissionais, mas em alguns momentos percebo que não gostam, pois acham que me dedico pouco para eles.

Como citado anteriormente, querer que o outro tenha o mesmo fluxo de comunicação também depende de dividir o que se tem, nesse caso, um filho que se torna profissional, atuando na comunidade em que vive, se tornando além de um membro, um meio de comunicação desse grupo com os outros de fora dele.

Tanto na presença quanto na ausência dos pais, estes ouvintes filhos de surdos acabam vivendo experiências muito similares, contingentes à percepção de si mesmo como alguém caught in between (apanhado entre). Ou seja, assuntos bancários e de interpretação que configuram um conjunto de atividades geralmente não delegado a crianças e adolescentes, no caso destas pessoas, a ação não é necessariamente negociável. A própria condição familiar habitua-os a se colocarem como mediadores nestes tipos de relações. (ANDRADE, 2011, p.87)

Uma das respostas nos remete a questão de diferenças de gerações e da maneira como era implícito o estímulo pela família:

- Vivi uma realidade muito comum a minha geração. Na infância e adolescência atuava como intérprete de meus pais e seus amigos, não por vontade própria, mas por exigência familiar. Aos poucos, fui delegando esta atividade aos irmãos menores e me afastando dela. Em uma idade madura, em contato com grupos de surdos, a percepção de que, além do conhecimento de uma língua, havia uma história a ser

resgatada me fez redefinir meus conceitos e refazer essa jornada.

Entende-se este relato como algo que demonstra que o fato de interpretar é visto como um incentivo inconsciente por parte da família, já que, além da família, os amigos também faziam "uso" do Coda como meio de comunicação. Segundo Preston (1994, p. 71), alguns Coda se sentem "*one big ear and mouth for the whole family*" (Isto é, um grande ouvido e boca para a família toda). Pelo fato de serem ouvintes, encontram-se em contato permanente com esse mundo, podendo transmitir as informações sonoras aos seus familiares surdos.

O incentivo é visto de maneira positiva, pois os pais viam que os filhos tinham potencial para tornarem-se "profissionais". Aqui, se entende por profissional alguém que exerce uma profissão (um emprego ou trabalho que requer conhecimentos formais e especializados). Sendo assim, para se tornar um profissional, os interessados em atuar tal como devem buscar estudos profissionalizantes ou universitários e obter um diploma ou certificação que garanta os conhecimentos adquiridos e a idoneidade para o exercício da profissão.

trazer a contribuição do conceito de "Language Brokering", que, conforme Tse (1996), trata da ocorrência desse fenômeno com estudantes bilíngues de línguas orais, configura-se como uma categorização de mediadores bilíngues (diferentemente da interpretação feita por intérpretes formados) que estão entre dois grupos linguística e/ou culturalmente diferente se realizassem esse tipo de interpretação com o perfil de necessidade, realizando adaptações/correções

linguísticas entre esses grupos que resultam em uma reelaboração que atenda a língua-alvo. Assim, esse mediador se responsabiliza não só pela informação, mas também pela decisão do outro. Portanto, tentar-se-á relacionar esse mesmo conceito de language broker com filhos de surdos envolvendo a língua de sinais com base em Stone (2012). (SOUZA, 2014, p.29).

A categorização entre indivíduos bilíngues é clara e indispensável num contexto bilíngue, pois, no momento em que ele, o sinalizante, é aceito no meio cultural e linguístico não materno, se for eficaz no seu processo de interação comunicacional. Pois não basta saber e estar em contato com a segunda língua, o indivíduo deve ser eficaz na sua sinalização ou oralidade. Portanto, confirmamos a ideia de que ser Coda não é ser interprete. No entanto, sabe-se que a realidade ainda não é a ideal.

Desse modo, os Codos relatam realizar a comunicação dos pais com o mundo ouvinte. Estes Codos estavam envolvidos com a comunidade surda desde a infância, realizando interpretações inconscientes, por isso surgem algumas afirmações como, por exemplo:

- *Minha mãe insistiu muito, pois de acordo com sua visão, muitos profissionais não eram de qualidade e ela sempre acreditou no meu potencial, dizia que seria uma ótima profissional já que era CODA. Após muita resistência e desemprego gritante aceitei participar de uma entrevista.*

As interpretações eram tidas como um processo naturalizado, visto que eram realizadas cotidianamente, uma vez que fazem parte do dia a dia dos filhos de pais surdos.

É muito comum pensar que pessoas que sabem sinalizar são intérpretes, isso é um grande equívoco. A interpretação é uma habilidade construída sistematicamente e não se resume a uma simples tradução daquilo que se oraliza (MARQUES,2007, p. 144 apud SOUZA, 2014, p.70).

Isto também é percebido na resposta de outro entrevistado:

- *Eles não têm estas noções de ser intérprete. Tudo sempre parecia natural. Como no exemplo anterior, minha mãe não tinha noção do que era um intérprete. Ou quando eu tinha que narrar as novelas, ela não fazia ideia de que isso era um incentivo. Meu pai também, quando me levava para falar com algum contratante. Não era um encorajamento, era um processo natural por necessidade. Hoje eles ainda confundem, pensam que sou professora de surdos. Quando digo que sou intérprete e explico, eles reafirmam a ideia de que sou professora. Eles não compreendem a profissão intérprete.*

“No Brasil, as pessoas que sabiam língua de sinais eram consideradas intérpretes. Como os CODAs usavam língua de sinais, eles tornavam-se intérpretes compulsórios, pelo menos para as próprias famílias” (QUADROS; MASUTTI, 2007, p. 261).

Por vezes, o fato de ser filho de surdos e dominar a língua de sinais pode proporcionar um “credenciamento” a atuar com surdos, considerando a escassez de profissionais qualificados na área. Isso implica uma grande

responsabilidade para o filho de surdos e nos remete ao conceito de language broker apresentado anteriormente (SOUZA,2014, p. 77).

Dessa forma, quando um sinalizante chega/chegava a um local de encontro entre pessoas surdas e/ou ouvintes, acontecia essa confusão de queo sinalizante(pessoa que tem conhecimento da LS) passava a ser confundido com Tradutor-intérprete. Isso era comum de acontecer, porém, ao longo dos anos, isso foi sendo banido, principalmente com a regulamentação e reconhecimento da profissão. Com isso, a comunidade e seus membros, tanto surdos quanto ouvintes, passaram a selecionar os sinalizadores profissionais dos sinalizadores praticantes, pois ser filho de pais surdos já não bastava para ser considerado profissional.

Ainda explorado o segunda categoria, a“ a infância e a profissão”, trazemos a questão de número 21, quem como intenção dialogar com as experiências de interpretação dos sujeitos da pesquisa e averiguar se havia, nos contextos interpretativos, uma consciência de que realmente o Coda realizava uma interpretação.

Figura 8 - Pergunta nº 21

21 Quando pequeno ao interpretar para seus pais se dava conta de que estava realizando uma interpretação?



Fonte: Autoria própria, 2016.

Conforme a imagem, o questionamento “Quando pequenos, ao interpretar para seus pais, se dava conta de que estava realizando uma interpretação?” teve apenas 6,3% das respostas em sim, e 93,8% em não. As respostas positivas trouxeram palavras que chamaram a atenção como **natural, não formal, automático, comum**, o que fez com que se refletisse sobre a tradução natural abordada por Harris e Sherwood (1978), segundo Pereira (2014).

a partir dos dados obtidos, mostram que se trata de uma habilidade inata que surge em uma idade muito jovem e que passa por uma evolução desde um estágio que denominam de *pré-tradução* a um estágio *semiprofissional* (18 anos). Podemos considerar que esta habilidade de tradução natural é uma das bases da competência tradutória. (PAGANO et al, 2005, p. 25)

Pensar que tal habilidade de interpretar desde a infância é considerada por alguns autores como Harris e Sherwood como um estágio pré-tradutório é algo que faz com que se olhe de maneira mais atenta a algumas respostas obtidas no questionário como, por exemplo:

- *Era tão natural. Era muito natural interpretar para nossos pais. Fora a exigência familiar, fazia parte do 'pacote' de ser filho!. Não, pois o processo parecia automático; intermediar a comunicação dos meus com pessoas ouvintes não era, para mim, uma tradução/interpretação.*

A mais precoce forma de mediação interlíngua é a tradução natural, definida como “a tradução feita em circunstâncias do dia a dia por bilíngues que não têm nenhuma formação para isto” (HARRIS,

1977, p. 99) e tida como uma competência intuitiva inerente ao bilinguismo. (HARRIS, 1977, p. 99 apud PEREIRA, 2013, 42).

Quadros e Masutti (2007) asseguram que os Codas, desde a infância, ao interpretar para seus pais e amigos, acabam passando por situações complexas, se deparando, muitas vezes, com situações em que os surdos e ouvintes envolvidos tinham características culturais e linguísticas muito diferentes das de seu cotidiano, fazendo com que estes buscassem equivalências de sentidos para a comunicação, percebendo que há diferentes marcas para cada língua e cultura. Nessas circunstâncias, há a procura por correspondências na outra língua envolvida, sendo assim, o Coda, filho ouvinte de pais surdos, entende e passa na pele por situações de intraduzibilidade.

Os Coda adquirem, progressivamente, um domínio cada vez mais pacífico das duas línguas, uma vez que “quando uma Coda utiliza a língua gestual e, naturalmente, os códigos comportamentais a ela associados, ela deixou de ouvir porque se transferiu para o código visual, onde som e voz desempenham um papel insignificante” (JOKINEN, 2006, p. 45 apud GONÇALVES, 2012, p. 173)

Os Codas passam pelo processo de aquisição da Língua de Sinais de forma natural e, parte desse processo, acontece nos momentos de interpretação para os pais. Isso se associa a recorrência do uso de palavras que remetem a algo que era feito de maneira natural, sem percepção de que estavam sendo feitas interpretação entre dois mundos; “em termos de formação e preparação, temos o tradutor nativo

que, apesar de não ter recebido nenhuma educação formal na área, adquiriu suas habilidades por meio da observação e experiência”.(PEREIRA,2013, p.43).

O próximo excerto ratifica o que acabamos de mencionar a respeito da naturalidade com que ocorre o processo de ser um Tradutor-intérprete:

- *Não lembro muito bem, mas eu via como algo bastante comum. Acho que aos 7, 8 anos, aí sim, percebia que era uma interpretação, mas não formal.*

A questão leva a pensar que mesmo sem afirmações concretas o sujeito de pesquisa, assim como os citados anteriormente, via a interpretação como algo comum a ser realizado em sua infância, porém, ao finalizar a frase lembra que, por volta dos 7 ou 8 anos de idade, percebia, de certa forma, uma diferença no que realizava entre seus pais e o mundo externo, sendo assim, já se sentia responsável pelo ato de realizar as interpretações.

Entretanto,um respondente afirma, não com muita certeza:

- *Claro que não... até meus 17 anos não sabia o que era ser intérprete. Só descobri isso quando conheci o Wagner [falecido] que dizia que eu poderia ser uma intérprete. Mas eu queria ser professora, nunca havia me interessado, até meus 20 anos quando fiz o curso pela FENEIS.*

Sendo que este caso possibilita pensar sobre quando foi que os Cudas passaram a pensar em suas práticas de interpretação junto aos pais, pois a maioria afirma ver a ação como algo natural e imperceptível.

Contudo, de certa forma, até mesmo ao negar isso, de maneira acertiva, também está afirmando que o que ocorria era automático, natural, a ponto de passar despercebido pelos envolvidos nos processos.

A questão de número 29 trata da atuação do Coda como intérprete sem uma formação profissional, ao questioná-lo se não ter uma formação é/era um incômodo para o sujeito Coda.

Figura 9 -Pergunta nº 29

29. Quando era solicitado a interpretar antes de ter a formação de intérprete, se sentia inseguro ao aceitar?



Fonte: Autoria própria, 2016.

Obteve-se 56,3% dos respondentes negando ter insegurança ao ser solicitado para interpretar, mesmo antes de garantir uma formação profissional, o que indica que a vivência em meio à comunidade e a prática realizadaintimamente e de forma natural, desde a terna idade, fez com que estes não se sentissem inseguros para realizar uma tradução- interpretação sem formação profissional. Porém, muito próximo da porcentagem da maioria, 43,8% se afirmaram inseguros, possivelmente quando solicitados a realizar traduções- interpretação fora de seu contexto, como, por exemplo, em espaços formais ou com pessoas que não conhecia, já que, como afirmamos anteriormente, não basta

conhecer as línguas para se tornar um profissional Tradutor-intérprete, e, mesmo que demaneira inconsciente, chega um determinado momento que a responsabilidade surge de maneira muitas vezes dura e cruel.

a tradução não profissional, apesar de ser uma realidade que envolve pessoas que realizam interpretação em vários setores, que vão desde a escola, os meios de comunicação, os serviços públicos, até conflitos e situações de extrema complexidade, ainda é ignorada em grande parte das pesquisas que tangem à interpretação. Além disso, os tradutores/intérpretes profissionais, assim como os acadêmicos, tendem a considerar este fato apenas com uma perspectiva de motivo de preocupação para a questão profissional e, portanto, não como um tema ou assunto digno de estudo; tendem a percebê-lo ainda como uma prática perigosa, tanto em termos de questões éticas como também do possível impacto sobre as pessoas que precisam recorrer aos serviços de um mediador linguístico (*language broker*). (SOUZA, 2014, p.45).

Sendo assim, o Coda sem formação para atuar como TILS é considerado um mediador linguístico pelos profissionais TILS, pois, sem ter a formação para tal atuação, há de se acreditar que não fará o trabalho de forma eficaz e correta. E é a partir desse momento que iniciam as comparações com Coda não profissionais e TILS profissionais, e surgem, mais do que comparações, rixas e descredibilidade por parte de ambos os grupos, acarretando desconforto, mas, ao mesmo tempo, provocando um momento de reflexão: será suficiente conhecer a Libras? Ou será suficiente ter uma formação na área da tradução-interpretação? A formação dará o

conhecimento cultural que um Coda tem? O Coda terá, naturalmente, aptidão para lidar com duas línguas tecnicamente? Neste trabalho não irá ser abordada a relação de Codas sem formação, atuantes como TILS, com os TILS já formados para tal profissão, mas é aqui que, nesse momento de conflitos entre grupos, que surgem seguranças e inseguranças, comportamentos manipulados por diferentes realidades e experiências. Assim sendo, convém reforçar que a importância da imersão cultural e da formação profissional nunca será demais.

A partir dos números apresentados acima, podemos verificar que, mesmo com naturalidade, os Codas, ainda que em minoria, se sentiam inseguros para realizar interpretações sem uma formação, o que fez com que a maior parte dos nossos sujeitos de pesquisa buscasse por uma formação, pois realizar uma interpretação no seio familiar se difere de realizar uma interpretação em outros meios. Compartilhar de uma mesma língua não é ser um profissional.

Torna-se importante deixar clara a distinção entre a interpretação profissional e a interpretação não profissional, esta, com atuação de mediadores culturais sem uma formação para tal função, contrastando com aquela, profissional, caracterizada pela formação específica. Porém, dada a natureza, o ambiente e as circunstâncias em que a interpretação não profissional ocorre, é possível que se enquadre no âmbito da interpretação comunitária (SOUZA, 2014, p. 45).

Essa distinção se torna necessária para que possamos compreender que traduzir/ interpretar é também uma profissão, com técnicas e teorias específicas necessárias para realizar um trabalho de

qualidade e excelência. Em momento algum temos a intenção de dizer que o profissional TILS é melhor ou pior que o CODA não TILS. O que queremos com este trabalho é esclarecer que existem diferenças entre ser um profissional e não ser. Porque ainda temos pessoas sem formação para atuar como TILS, atuando em diversas áreas, prejudicando a compreensão e participação dos surdos em diversos espaços.

Encerram-se aqui as questões referentes à segunda categoria do questionário, intitulada “A Infância e a Profissão”. Em seguida, trará-se problematizações a respeito das questões referentes a terceira e última categoria, denominada “Busca Profissional”.

O bloco seguinte, a respeito da busca profissional, teve início com a seguinte pergunta, de nº36: **“Quando iniciou a busca por formação, quais foram os passos que você deu para aprender a ser um intérprete profissional?”** questão elaborada de maneira aberta para que os sujeitos se sentissem à vontade para escrever a respeito do assunto abordado, tendo como finalidade verificar a trajetória do Coda para se tornar um intérprete profissional. A razão de essa ser uma questão aberta é a de propiciar ao sujeito do estudo a possibilidade de se colocar frente à questão proposta.

No início deste capítulo, obtivemos, de maneira mais geral, o perfil sobre as formações dos pesquisados, e, aqui, nesta questão, poderemos observar de maneira mais detalhada o caminho que cada um buscou para alcançar a profissionalização como TILS.

É preciso auxiliar os profissionais praticantes a adotar o profissionalismo. Quanto mais

profissionais se tornarem os intérpretes de LIBRAS, maior será o benefício dos surdos que são os clientes, pois quando os surdos precisarem de serviços de fato e com qualidade eles encontrarão. (SOBRAL, 2008, p. 128-129)

O que aparece de forma recorrente em todas as respostas é a palavra “curso”. Somente três Cotas não usaram esta expressão. Por outro lado, em suas respostas, foi observado o termo Letras/Libras, e apenas um deles não menciona nenhuma formação específica. O termo recorrente é **curso**, como dito anteriormente, o que leva a considerar que a maioria dos sujeitos desta pesquisa buscaram por formação para atuar como Tradutores-intérpretes de Libras e, mesmo sendo bilíngues desde a infância, considerados intérpretes naturais, compreenderam a importância de ter uma formação na área de tradução e interpretação.

Dos 14 sujeitos que responderam esta questão, 12 buscaram formação na área de tradução e interpretação para Libras e apenas dois atuam como tradutores e intérpretes sem ter formação específica na área, sendo um deles por não ter tido oportunidade na sua região de moradia, na época em que começou a atuar:

- *Fui em busca dos intérpretes profissionais que eu via como os melhores, por sinal eram amigos, trocamos ideias. Não havia formação para Tils, até hoje há somente um lugar onde moro que forma Tils, e poucos seguem a profissão, porque somente esses poucos conseguem traduzir/interpretar.*

E o outro afirma não ter formação, mas sim atuar em momentos de formação para TILS:

- *Não fiz curso de formação. Particpei de cursos/oficinas oferecidos pela UFSC quando fui intérprete do Letras/Libras polo CEFET-MG.*

Nestes dois relatos fica comprovado que ainda, nos dias atuais, com todas as legislações e exigências, ainda se encontrampessoas atuando como TILS sem ter formação profissional para o cargo.O que, por vezes, não é um grande problema, pois pressupomos que ambas trabalhem há mais tempo, sendo assim, continuaram atuando da mesma forma depois das novas legislações e formações oferecidas.

Além da palavra curso,aparecem palavras como: Associação, Letras /Libras, Prolibras e Feneis, o que indica quais foram as instituições e formações buscadas para que houvesse formação profissional.

Ao se analisar as respostas, percebe-se que a maioria buscou formação em cursos de capacitaçãoe outras graduações, já que eram a única maneira oferecida antes da legislação entrar em vigor, porém, quando abriu o curso Letras/Libras Bacharelado, a maioria buscou esta formação, mesmo já atuando com a base de formação técnica, pois este era o curso que os habilitaria com a graduação específica na área.

Esse caminho que o intérprete percorre entre o mundo ouvinte eo mundo surdo acontece com esforço, e muitos intérpretes têm dificuldades nessa imersão quando têm suas primeiras experiências na área. No entanto, o intérprete filho de pais surdos não compartilha dessa mesma lógica (SOUZA, 2014, p.76).

Um dos sujeitos de pesquisa relata ter buscado a formação não por sentir necessidade, mas devido a não conseguir preencher os requisitos para as vagas de trabalho que estavam abertas para TILS, mesmo se sentindo apto a atuar sem formação alguma. Tais palavras afirmam:

- *Quando me decidi a ser intérprete profissionalmente, não aceitava que seria necessário fazer curso capacitando. Quando surgia a vaga sempre me perguntava sobre os cursos e perdi várias oportunidades, daí resolvi procurar uma associação dos surdos para me preparar e foi a partir de então que comecei a trabalhar.*

Um indício positivo trazido neste trecho é de que diminuíram as contratações de pessoas que apenas conhecem a Libras para atuarem como tradutores e intérpretes, como ocorria antigamente, porém, ainda que de forma implícita, mostra também que alguns Codos acreditam não precisar de formação para trabalhar na área da tradução e interpretação, pois estes tem o aval da comunidade e são considerados aptos a tal função.

Construções e crenças como estas se deram por necessidade, em uma época que não havia profissionais habilitados para tal função, e, de certa forma, são construções também realizadas pela comunidade surda, pois muitos surdos, ainda hoje, denominam como intérpretes aqueles que conhecem e fazem uso da Libras. Todavia, Magalhães (2007, p. 67) afirma que “a responsabilidade envolvida em um serviço de tradução é muito grande. O intérprete é um pequeno, mas importante elo na cadeia

da comunicação”, logo, é por esse motivo que quanto mais formações forem feitas mais qualidade terão os trabalhos realizados.

Percebe-se, em quase todos os relatos citados, formações específicas para atuação como profissionais TILS, divididas em três grupos:1) aqueles que buscaram por formação acadêmica, Curso de Bacharelado em Letras-Libras, que são um total de seis pessoas;2) aqueles que buscaram cursos, capacitação ou formações oferecidas na Feneis ou em associações de surdos, que são um total de seis; e 3) aqueles que não realizaram curso algum, em um total de dois sujeitos.

Desse modo, novamente, obtém-se números idênticos na pesquisa, indicando que, mesmo com pouco tempo de existência, a graduação em Letras-Libras já é um curso realizado por muitos Codas, embora os cursos de capacitação ou outros ainda sejam a solução para algumas regiões e situações. Lembrando que a faixa etária dos participantes varia muito, então pode se inferir que os que trabalham há mais tempo tenham realizado cursos de formação como capacitação, ou formação profissionalizante entre outros, e que os “mais jovens” tenham feito o curso superior de Letras-Libras. Entenda-se aqui que essa não é uma separação por idade, de maneira separatista, mas uma hipótese para buscar compreender os números apresentados. Além de considerar a faixa etária, devemos também recordar que a formação acadêmica em Letras-Libras ainda é pouco ofertada no país, em comparação a outros cursos já consolidados.

Noapêndice o restante das respostas obtidas nesta questão:²⁷

A questão de número 49, por sua vez, tem por objetivo ter acesso aos passos que estes sujeitos constituíram em busca da profissionalização: **O que levou você a escolher a profissão de Tradutor-intérprete de Libras?**

Para análise, tentou-se fazer como na questão anterior, isto é, identificar uma palavra que tenha sido recorrente, porém, nesse caso, isso não foi possível, no entanto, verifica-se que, além de os sujeitos da pesquisa afirmarem que tinham conhecimento da língua enquanto razão de escolha, havia também uma questão afetiva por detrás da escolha profissional, então excertos como “*Minha história*”, “*A vida*”, “*Minha vocação*”, “*afinidade*”, surgiram nas respostas.

Tendo como base algumas das respostas das questões anteriores, compreende-se que as histórias de vida desses Cotas que, desde a infância, “interpretavam” para seus pais e para a comunidade surda, fez com que estes optassem pela escolha profissional como algo que foi ocorrendo aos poucos, de forma cotidiana e natural, de modo automático e imperceptível durante a infância e que, com o amadurecimento pessoal, passou a ser uma das opções de escolha profissional. “Tal conexão entre falar LIBRAS dentro de casa, mediar as conversas dos pais com outros ouvintes e a escolha do que seguir como carreira é algo salutar à experiência, marcante para as identidades”

²⁷ Exceto as acima já citadas no corpo do texto.

(ANDRADE, 2011, p.118). Constituindo não só uma identidade diferenciada, mas uma profissão que advinha de práticas realizadas na tenra idade.

Confome Hadjikakou ressalta, o fato de 60% dos filhos de surdos acabarem seguindo uma carreira profissional relacionada aos surdos em diversas áreas (por exemplo, intérprete ou professor de crianças surdas). Nesse contexto, ser Coda configura-se como um motivador determinante para ingressar na área da interpretação/tradução (HADJIKAKOU, 2007, p.487 apud SOUZA, 2014, p.3).

Relembrando que a tradução e interpretação de Línguas de Sinais, no Brasil, se constitui enquanto um novo campo de atuação, existindo poucos profissionais, e que estes Codas realizavam isso de maneira natural e automática desde a tenra idade, ele passa a ser um campo de trabalho que surge a partir de uma experiência pessoal e que pode se tornar profissional.

Ao falar sobre o processo de construção da própria identidade, notamos uma perspectiva um pouco pessimista sobre a adolescência; quando alguém mencionava a interpretação, existe uma reação negativa quanto à interpretação como profissão, pelo fato de já terem interpretado muito durante a infância e adolescência (ANDRADE, 2011, p.116).

Diferentemente do que narra Andrade (2011), os sujeitos de nossa pesquisa demonstram satisfação, orgulho, amor e bons sentimentos quando mencionada sua escolha profissional, porém, tal

observação é compreensível se levarmos em consideração que escolher e fazer por obrigação tem suas diferenças, ainda mais se feito por obrigação na adolescência, fase de dúvidas e descobertas sobre si.

Desse modo, os Codas vivem em um espaço intermediário dentro da profissão de intérprete de língua de sinais, pois, baseando-se nos conceitos de identidade, o filho de surdos não se considera totalmente “ouvinte”, ao mesmo tempo em que não se vê totalmente como surdo, estes termos estão sendo utilizados com a perspectiva subjetiva e não relacionada ao audiológico (SOUZA, 2014, p.110).

Dessa forma é que se constroem os CTILS, a partir de uma subjetividade que vai além da esfera profissional, algo que fora construído por anos, dia a dia, convivendo em meio à comunidade surda e a ouvinte, como poderemos verificar em alguns relatos, por meio de uma demonstração forte de afetividade, destacando a possibilidade de que seja apenas o conhecimento da Língua de Sinais potencial para a escolha profissional.

Sendo assim, separamos, também por grupos, as razões apontadas para a escolha profissional:

1) Aqueles que optam pela profissão por questões relacionadas ao afeto, tendo como exemplo as seguintes sentenças:

- Por gostar e me sentir realizada por poder levar a informação:
- Minha vocação. Me identifico com o trabalho:
- No primeiro dia em que eu interpretei profissionalmente, numa sala de aula, para 20 alunos surdos do Ensino Médio,

*tive a grande certeza do quanto eu era boa na interpretação. E essa certeza aliada ao sentimento de **amor** maior, fraterno, trouxe-me a convicção de que precisava.*

- ***Família e por afinidade.***
- *Decidi que gostaria de trabalhar com a atividade que já exercia na **família** desde a infância.*

2) Outros demonstram uma naturalidade envolvida no processo, utilizando as palavras “vida, história”, “a profissão me escolheu”, etc.

- *Minha **história**. Sempre ouvia dos outros intérpretes que estavam somente de passagem. Eu não! Tinha a certeza de que era definitivo. Minha escolha!*
- *A **vida**...(rs). Atuar como intérprete, profissionalmente, me fez escolher essa profissão e me dedicar a ela.*
- *Eu não escolhi a profissão. Foi **ela quem me escolheu**.*
- *Acredito que **a profissão foi me escolhendo** aos poucos e, de repente, me vi intérprete, sem muito pensar se era isso mesmo que queria, foi quando fiquei um tempo afastada dessa profissão, mas ela veio bater novamente em minha porta e me encantou de vez.*

3) Não descartando as questões emocionais, afetivas e de história, temos três sujeitos que manifestam a escolha também pela remuneração oferecida para profissionais da área, mesmo que ainda não seja ideal, sabemos que outros empregos, no comércio, por exemplo, não pagam salários como os pagos para TILS.

- *A descoberta de que o que eu já fazia poderia fazer melhor, para muito mais pessoas e ser remunerada por isso... NUNCA FUI TÃO FELIZ :]*
- *Carga horaria, **remuneração** e fluência na língua.*
- *Dom, conhecimento e **remuneração**.*

Vê-se aqui três grupos em que a maioria dos sujeitos envolve a experiência que vivenciaram na infância com a escolha profissional, mesmo que de maneira implícita, quando remetem a sentimentos e ou a própria família, porém, surgetambém, além das experiências, uma forma de reconhecimento pelo trabalho feito, pois, quando três dos sujeitos falam sobre remuneração, estão se referindo ao reconhecimento formal pela interpretação realizada em seus espaços de trabalho, já que, na infância, isso era feito de graça, para auxiliar os pais e amigos. Momentos mencionados por eles em que, além de reconhecer sua história, mostram que querem fazer dessa algo respeitado, reconhecido e remunerado.

Viver em meio à cultura surda teve sim seus ensinamentos não formais, ensinamentos estes que constituíram gerações de pessoas que conheciam a LS e faziam dela uma ligação da comunidade surda com mundo ouvinte, mas, como já citado em muitos trechos deste trabalho, a realidade atual vem tentando reconhecer a profissão TILS de maneira que a mesma não seja mais considerada um mero saber de línguas.

A tradução não consiste, portanto, simplesmente na transferência de um código monossistemático para outro do mesmo tipo, mas de um processo de procura de equivalência entre desvios, por vezes extremamente complicados, desses códigos, que vêm a ser polissistemáticos. Daí dizer-se que o

tradutor jamais é apenas bilíngüe. Tem de ser plurilíngüe para poder levar a cabo a sua tarefa e dominar as várias modalidades de expressões, a ponto de permitir-se malabarismos, muitas vezes indispensáveis no exercício de sua profissão. (THEODOR, 1976, p.20)

Assim sendo, para realizar uma tradução ou interpretação é necessário que hajam conhecimentos que vão além dos linguísticos, uma vez que, para efetuar um bom trabalho, é necessário compreender termos específicos em ambas as línguas envolvidas. Tais conhecimentos, não apenas os específicos, devem estar atrelados ao conteúdo, ao receptor e às culturas envolvidas.

Para isso, o ideal é buscar formações adequadas para uma atuação de qualidade e garantia a todos envolvidos, pois estar junto à comunidade não basta, e ter apenas formação também não: unir ambas é o ideal. “É inviável pensar em uma linguagem específica sem pensar na importância que ela tem dentro do cotidiano dos indivíduos que dela dependem para conviver e se posicionar diante da sociedade” (SILVA, 2011,p.30).

Dessa forma, o que foi feito pela maioria dos Cudas é de extremo reconhecimento, pois estes, mesmo que conhecedores da LS desde a infância, sendo participantes ativos da comunidade surda e indivíduos com aval desta comunidade para atuar como Tradutor-intérprete, ainda assim buscaram por formação profissional.

A questão número 50 tem a intenção de abrir um espaço para que o Coda nos fale um pouco mais a respeito de sua trajetória, dos motivos que o levaram a escolher a profissão de Tradutor-intérprete de

Libras, bem como faça sugestões para os que ainda estão na dúvida: **O que mais você gostaria de dizer sobre sua trajetória para se tornar um intérprete profissional?**

Começamos com a seguinte resposta:

- Qualquer trabalho, quando escolhido por você e que corresponda a sua essência, se torna gratificante, mesmo com as dificuldades que surjam no caminho.

Sendo assim, independente de ser ou não um CTILS, ao escolhera profissão, esta deve ser honrada, respeitada, semprepor você mesmo.

Assim, para encerrar o último bloco, pergunta-se aos Codas o que mais eles gostariam de dizer sobre sua trajetória para se tornar intérprete profissional. A partir da questão, surgiram desde dicas para futuros CTILS ou TILS, desejos futuros, como também adjetivos referentes ao que precisaram para conquistar a profissão, como, por exemplo “coragem”, palavra de incentivo, mas, ao mesmo tempo, de força, que indica, de certa forma, do que é preciso, além da língua, para atuar como TILS.

A vida do Coda é marcada por constantes negociações entre os mundos surdo e ouvinte; desde a tenra idade os filhos de surdos acabam entendendo como as coisas realmente funcionam, pois buscam se colocar no lugar dos pais para que se entendam. Essas experiências não se ensinam em um curso de formação de intérpretes, essas habilidades não podem ser vivenciadas por ter um irmão surdo, um tio surdo, uma parceira surda. Não se trata de saber língua de sinais desde muito

tempo na vida, mas tem a ver com a singularidade que apenas quem tem pais surdos pode entender, pois envolve uma pessoa que não se pode evitar e nunca mais ver, a mesma pessoa que foi oprimida por toda a sua vida, pela própria família, quando não existiu uma comunicação mínima, pelo sistema de educação, mídia, governo, justiça e até mesmo pelos próprios filhos (SOUZA,2014, p.111).

Nesse sentido, apresentamos o seguinte relato:

- *Isso daria um livro. Mas há algumas pontuações importantes que acredito, construí na minha vida profissional e normalmente falo aos profissionais que formo: Para ser um bom intérprete é preciso humildade... humildade para reconhecer que não sabe tudo; humildade para reconhecer que precisa do outro; humildade para reconhecer seus limites; humildade para reconhecer a necessidade de estar em constante formação; Sobre a pressão espontânea existente em ser CODA, ora por mim mesma diante do outro não CODA e ora por esses TILS que se habituaram a práticas horríveis de julgamento e discriminação aos seus colegas de trabalho; tenho plena ciência de que nunca existirá o melhor TILS, pois não há como chegar a esse consenso diante da comunidade surda. Eu aprendi a respeitar a mim mesma, ao surdo e ao outro, assim podemos fazer um mundo melhor; Buscar sempre me aperfeiçoar. Conviver sempre com a comunidade surda e respeitar a pessoa surda que tem leitura e percepções de mundo diferente das pessoas que ouvem; Sempre estar aberto a aprender e ser competente; Para ser um bom intérprete é preciso respeitar... respeitar o sujeito surdo, desde que ele o respeite; respeitar as limitações dos colegas; respeitar o desconhecimento social.[pois]estamos ainda num construto da consciência sobre o*

surdo, a língua de sinais e nossa profissão; respeitar a si mesmo, não exigindo tanto de si, seja psicologicamente ou fisicamente; Para ser um bom intérprete é preciso **conviver** com os surdos, compreender seus contextos e suas histórias de vida. Estar com eles já é por si só uma grande aprendizagem linguística e cultural.

Relatos como este, acima, destacam a importância do respeito e da convivência, novamente, como na questão anterior, mas, além disso, chamam a atenção para reconhecer o outro e sua história, pois os Cotas a vivenciaram, e sabem o quanto é desigual o acesso para os surdos. Também chamam a atenção para a formação continuada, aprendizado e aperfeiçoamento, demonstrando que não sabem tudo, mesmo após terem realizado a formação, e que ainda querem aprender mais a respeito da prática e teoria da profissão.

As dicas que acabamos de mostrar, no excerto, estão permeadas da vivência do ser Coda, sendo assim, concluí-se que os Cotas acreditam que a convivência e o respeito recíproco é essencial para que possamos nos colocar no lugar do outro, realizando, assim, um trabalho que não envolve apenas línguas e sim culturas e comunidade.

Strobel corrobora a ideia de que a composição da comunidade surda não é de fato formada apenas por surdos, mas também por ouvintes membros da família dos surdos, professores, amigos, assim como os intérpretes que participam e compartilham dos mesmos interesses em determinados locais como associações de surdos, federações, igrejas e outros (STROBEL, 2009, p. 31).

Skliar e Quadros (2000, p.16) afirmam que “o grupo social surdo trata como diferente aqueles que desconhecem as experiências visuais vivenciadas pelos surdos como parte de sua cultura e formação de identidade”, em consequência disso, conviver é visto como respeitar e ser respeitado em meio à comunidade e profissão escolhida por cada um, pois, como dito por um dos respondentes:

- “Que o caminho é difícil; você conhece a língua, mas não as técnicas de tradução; conhecer a língua facilita, mas se não houver um comprometimento não se consegue ir muito adiante”.

Sendo assim, conhecer a língua e a cultura não é o suficiente para ser um tradutor e intérprete de Libras, embora esses sejam fatores imprescindíveis que, unidos a uma formação, serão o diferencial necessário para o reconhecimento profissional.

Reconhecer que a formação profissional é imprescindível está colocada de diversas formas nas respostas, porém, em algumas, de maneira mais objetiva, como, por exemplo:

- Percebo o grande diferencial de uma formação como a do curso Letras-Libras.

Modos diferentes de ver e de se colocar no mundo, posturas discursivas que os indivíduos assumem, são bases sobre as quais se delineiam as identidades, podendo ser contraditória ou não. No caso dos ouvintes filhos de surdos, a relação com o mundo simbólico da surdez dos pais, entendido através de uma luta para reconhecimento de sua condição auditiva para além da incapacidade, demonstra uma singular experiência de transitar entre duas perspectivas

discursivas historicamente situadas e compreender o mundo a partir da ideia de senso prático, adquirido através do convívio social. Fácil ou não, pensam ser eles mesmos, pessoas que transitam entre dois mundos (ANDRADE, 2011, p. 119).

Os Cudas transitam em mundos que ora são seus ora não são, podendo, por diversas vezes, se colocar no lugar do outro, pois já passaram por situações similares, quando o que tinham eram pessoas que conheciam a Libras e queriam ajudar, nem sempre ajudar é a melhor coisa a ser feita, uma das respostas deixa clara que algumas pessoas sem formação confundem suas crenças o que realmente deve ser feito:

- *Profissionais sem uma formação forte de base muitas vezes atuam de acordo com crenças pessoais, muitas vezes baseadas em visões do senso comum, o que pode atrapalhar a atuação.*

Entende-se aqui uma maneira de dizer que, com formação profissional, os TILS saberão o que fazer, como agir, o que dizer frente às situações a que a profissão os expõe, de maneira segura, com argumentos e teorias adequadas, colocando todos em igualdade de direitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados nos permitem refletir sobre a formação e atuação dos Cotas Tradutores-intérpretes no Brasil, além de conhecer, parcialmente, as motivações que os levaram a escolha profissional na área. Percebe-se um deslocamento progressivo que estes passam ao longo da vida, entre a informalidade até a busca de formação profissional, mas há ressalvas quanto a essa formação obtida, pois não se sabe se as mesmas foram realizadas antes de atuarem profissionalmente e/ou remuneradamente como tradutores e intérpretes.

A questão da formação dos sujeitos da pesquisa se assemelha com a forma que está se delineando a formação de tradutores e intérpretes de Libras, de um modo geral, portanto, a falta de formação, quando constatada, também é presente nos profissionais não Cotas.

Em relação às motivações pessoais que influenciaram na escolha profissional, compreende-se que há um vínculo afetivo e cultural mais aflorado em decorrência das experiências pessoais com os pais e a comunidade surda, assim, este se torna um motivo substancial para a atuação profissional.

Mesmo que uma das intenções desse trabalho fosse demonstrar o quanto a convivência com a comunidade é imprescindível, afinal de contas, foi assim que muito dos atuais profissionais da área de tradução e interpretação começaram suas carreiras, ao mesmo tempo, vê-se o quanto a profissionalização garantiu a segurança de trabalho e de posturas frente às situações, mostrando um conhecimento que ultrapassa

o empirismo. Logo, o conhecimento teórico adquirido em suas formações profissionais é fundamental, pois é por meio dele que eles se constituem profissionais com autonomia e propriedade a respeito da sua profissão.

Ser CTILS gera inquietações não só pelos TILS, como também pelos surdos, porém, a pesquisa deixa clara e reforça a importância da busca por formação, como os participantes mesmo demonstraram, tendo a língua como primeira língua, sendo considerados bilíngues equilibrados, a maioria buscou por formação profissional.

Não é um espaço confortável, porque estar “entre” gera conflito, gera embate. Por outro lado, estar “entre” também é estar em ambos lugares com duas línguas. Isso pode dar ao CODA uma posição vantajosa nos processos de negociação. No entanto, os conflitos são sempre tensos e podem ser perversos. (QUADROS; MASUTTI, 2007, p.264).

Conflitos estes considerados tensos e perversos, pois o mundo atual tem como prioridade o lucro e a economia, o que gera competição e rixas. Contudo, se estivermos unidos, sabendo defender uma comunidade, uma profissão, esses impasses se tornam laços, vantajosos para todos, pois, para que possamos afirmar ou negar opiniões e ou suposições precisamos de teoria, prática e pessoas que defendam uma mesma causa.

Chega-se a alguns dos pontos abordados durante o trabalho: ser Coda implica na escolha pela profissão de tradutor e intérprete? Todos

Codas tem formação para atuar na área? Como foi buscada esta formação? Por quê?

Tentar responder tais questões representa o cerne desta investigação, começa-se pela mais polêmica, que não está citada acima, mas envolve as questões seguintes: Ser Coda é ser Tradutor-intérprete de Libras? Representa algo importante de se pensar e esclarecer já que, nos dias atuais, o tema vem sendo abordado.

Ser Coda é sim ser Tradutor-intérprete de seus pais com o mundo ouvinte, porém, não é a única questão definidora de ser um Coda. Ser Coda envolve, além de ser bilíngue, viver em meio a duas línguas, o que representa não apenas conviver com as línguas envolvidas na vivência de um Coda, pois existem duas culturas e experiências diferenciadas no seio familiar e social.

Existem sujeitos Codas que não conhecem a Libras padrão, pois seus pais fazem uso de sinais convencionados entre eles e sua comunidade de convívio, isso não faz com que os filhos deixem de ser considerados Codas, mas, talvez, pudéssemos afirmar que esses seriam mais Codas do que os que conhecem a Libras padrão, pois vivenciam muito além da exclusão social, vivenciam uma língua que não a padrão da comunidade surda brasileira.

Voltando a questão inicial, ser Coda é sim ser Tradutor-intérprete de sua família, no entanto, saber a língua e fazer dela um meio de comunicação não garante que qualquer sujeito se considere profissional para o uso da mesma, o que quer dizer aqui é que, para ser

um profissional TILS, os Codas, como quaisquer outros sujeitos, devem buscar aperfeiçoamento técnico e profissional para tal profissão.

Ser Coda implica na escolha pela profissão de tradutor e intérprete? Os dados mostraram que ser Coda e bilíngue leva sim ao caminho pela escolha profissional de TILS, uma vez que o envolvimento emocional ficou transparente nos relatos, ainda assim, não se pode afirmar que todos ou a maioria dos Codas opta por essa profissão, já que esta pesquisa é de cunho qualitativo.

No entanto, as histórias aqui mencionadas, demonstram que a maioria dos sujeitos da pesquisa serviu como a ponte de comunicação dos pais desde a infância, e, para alguns, como mencionado na pesquisa de Andrade (2011), essas interpretações se tornaram pontos negativos para a escolha da profissão TILS, por outro lado, para outros, foi um motivador positivo para tal escolha.

Todos Codas têm formação para atuar na área? Nem todos tem a formação profissional, porém, a maioria, conforme os dados obtidos, buscou pelo profissionalismo como necessidade, pois sabiam que o fato de serem bilíngues não os garantia empregabilidade, técnica e teoria para tal atuação. Em um dos relatos, é manifestado um desconforto em ter que fazer a formação, pois o sujeito compreendia que estava pronto para tal função. Diante da colocação, sabemos que muitos TILS iniciaram suas carreiras apenas com o conhecimento de Libras, porém, para o reconhecimento e respeito da categoria e da comunidade surda (sendo que respeito foi uma palavra citada por vários sujeitos durante

suas respostas), precisamos estar organizados institucionalmente, com conhecimento e garantia de respeito e responsabilidade recíprocos.

Como foi buscada esta formação? Por quê? Nossos participantes buscaram por diversos tipos de formação, e, como mencionado anteriormente, dois deles não possuem formação, e ainda assim atuam como TILS, o que atualmente está mudando, mas ainda ocorre. Lembrando que um dos objetivos desta investigação era o de conscientizar sobre a necessidade de profissionalização por parte de quem quer que seja, para que o interessado em ser TILS saiba da importância da formação profissional.

A maioria dos sujeitos, como demonstraram os dados, tem formação acadêmica ou em cursos oferecidos em espaços validados pela comunidade surda, como, por exemplo, associações, Feneis e até mesmo ProLibras.

Por conseguinte, volta-se a dizer que, para trabalhar como TILS, é necessária a formação profissional específica na área de tradução e interpretação para Libras.

Encerramos este trabalho com as palavras de Oliveira(2014), tendo como principal intenção lançar um olhar para o Coda dessa maneira, e não como sujeito bilíngue, ou TILS, que sabe mais do que outros colegas, ou como pessoa que é intrusa na comunidade ouvinte.

Metaforicamente, descrevo o universo do Coda sob a minha ótica. Nascemos em uma piscina que tem uma água que nos encanta os olhos e, com o tempo o outro ouvinte nos apresenta outra piscina

com uma água que nos encanta os ouvidos. Vivemos lá e cá. Às vezes mais lá na piscina que nos encanta os ouvidos porque somos ouvintes. Entretanto, necessitamos nos banhar na piscina que nos encanta os olhos. O lado surdo que foi construído na relação com nossos pais necessita entrar nessa piscina que nos encanta os olhos. Ela é parte nossa (OLIVEIRA, 2014, p.284-285).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E.B.de. **O papel de professores surdos e ouvintes na formação do tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais**. 2010. 104p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2010.

ANDRADE, P. Regis. **Identidades de filhos ouvintes quando os pais são surdos**: uma abordagem sociológica sobre o processo de socialização. 2011. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

BALANDIER, Georges. **Antropologia Política**. São Paulo: Difusão Européia do Livro & Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

BASSNETT, Susan. **Estudos da tradução**. Trad. GEHRING, Sônia Terezinha, ABREU, Leticia Vasconcellos, ANTINOLFI, Paula azambuja Rossato. Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma regulamentadora-NR17**, Ergonomia, novembro, 1990. Disponível em: <http://www.mtps.gov.br/>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Lei 10.098 - **Acessibilidade. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legiscomp/arquivo.asp?idNorma=527&tipo=pdf>

Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Lei 10.436. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 24 de abril de 2002. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 10 jun. 2016.

BRASIL. Decreto nº 5.626. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 10 jun. 2016.

CALVET, L.J. **Sociolinguística: uma introdução crítica.** São Paulo: Parábola, 2002.

CAMPOS, Geir. **O que é tradução.** São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos).

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2ª ed. Trad. L. de O. Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALCIN, Gladis. **Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a constituição da subjetividade do sujeito surdo.** In: QUADROS, Ronice (Org.). Estudos Surdos I. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

DEL RÉ, Alexandra (org.). **Aquisição da Linguagem: uma abordagem psicolinguística.** São Paulo: Contexto, 2006.

FEBRAPILS, 2016. Disponível em: <http://www.febrapils.com.br/>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FENEIS. **Carta de Porto Alegre: a educação que nós surdos queremos.** 2010. Disponível em: [http://www.feneis.com.br/arquivos/aeducação que nós surdos queremos.doc](http://www.feneis.com.br/arquivos/aeduca%C3%A7%C3%A3o%20que%20n%C3%B3s%20surdos%20queremos.doc). Acesso em: 17 jun. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, H. M. R.; CUNHA, M. V. M., Jri; MOSCAROLA, J. Aplicação de sistemas de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de Administração da USP**, 32(3), 97-109, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Luísa. **Gestuar e Ouvir: Divergências e Convergências entre os CODA licenciados em Tradução e Interpretação em Língua Gestual Portuguesa e os não-CODA licenciados em Língua Gestual Portuguesa**. Exedra: Revista Científica, 6 (2012): 161-177.

HALL, Stuart. Pensando a Diáspora (Reflexões Sobre a Terra no Exterior). In: **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais**. SOVIK, Liv (Org). Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HURTADO, Albir Amparo. **La competencia traductora**. In: **Traducción y traductología. Introducción a la traductología**. Madrid: Cátedra, 2003.

KOCK, Klara Friederike; GODOI, Christiane Kleinübing; LENZI, Fernando César. **Discussão e pratica da autoetnografia: um estudo sobre aprendizagem organizacional em uma situação de catástrofe**. Revista Gestão Organizacional, v. 5, n. 1, p. 93, 2012.

MCCLEARY, L. (USP). **Sociolinguística**. Texto Base do Curso de Letras/Libras na modalidade a distância. UFSC, Florianópolis, 2009.

MASUTTI, Mara Lúcia. **Tradução cultural: desconstruções logofonocêntricas em zonas de contato entre surdos e ouvintes**. 2007. 165f. Tese (Doutorado em Literatura) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

NASCIMENTO, M. V. B. **Interpretação da língua brasileira de sinais a partir do gênero jornalístico televisivo: elementos verbos-visuais na produção de sentidos**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisas em Administração, São Paulo 1.3 (1996): 2.

OLIVEIRA, Sonia Marta de. **CODA: Um mundo, duas culturas? Dois mundos, duas culturas?** In: QUADROS, Ronice Muller de; WEININGER, Markus J. Estudos da Língua Brasileira de Sinais. Florianópolis: Insular, 2014. Cap. 12. p. 277-286. (Volume III).

OLIVEIRA, Sonia Marta de. **Educação de Surdos e Currículo: reflexões acerca do reconhecimento da língua de sinais e dos artefatos culturais surdo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia Maria; ALVES, Fabio. **Competência em tradução: cognição e discurso**. Editora UFMG, 2005.

PAGURA, Reynaldo. **A interpretação de Conferências: Interfaces com a Tradução Escrita e Implicações para a Formação de Intérpretes e Tradutores**. DELTA, 19: Especial. 2003, p. 203- 236. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502003000300002. Acesso em: 10 jun. 2016.

PAGURA, Reynaldo. **A interpretação de conferências: interfaces com a Tradução escrita e implicações para a formação de Intérpretes e tradutores**. D.E.L.T.A., n. 19, 2003.

PAZ, Octavio apud GUERINI, Andrea; COSTA, Walter Carlos. **Introdução aos estudos da tradução**. Universidade Federal de Santa Catarina Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis, 2008.

PELOTAS, Instituto Federal Sul-rio-grandense Campus, **Tradução e Interpretação de Libras - TILS**, 2016. Disponível em: http://www.pelotas.ifsul.edu.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1546&Itemid=188>. Acesso em: jul 2016.

PEREIRA, Maria Cristina Pires. **A interpretação interlíngua da libras para o português brasileiro: um estudo sobre as formas de tratamento**. 2014. Manuscrito não publicado. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

PEREIRA, Osmar Roberto. **Nascidos no Silêncio**: As relações entre filhos ouvintes e pais surdos na Educação. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

PÖCHHACKER, F. SHLESINGER, M. (orgs.) **O leitor estudos de interpretação**. Londres e Nova York: Routledge, 2002.

PÖCHHACKER, F. **Apresentando estudos de interpretação**. London: Routledge, 2004.

PÖCHHACKER, F. Problemas em Estudos de Interpretação. In: MUNDAY, J. **A Routledge Companion para Estudos de Tradução**. London: Routledge, 2009. p.128-140.

PRESTON, Paul. *Mother father deaf: living between sound and silence*. First Harvard University Press, 1995.

QUADROS, Ronice M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEE, 2004.

QUADROS, Ronice M; KARNOPP, Lodenir B. **Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos**. 1ªed. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

QUADROS, R. M. de; MASUTTI, M. L. **Codas brasileiros: Libras e português em zonas de contato**. In: Estudos Surdos II. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2007.

QUADROS, Ronice Muller. **Alfabetização e o sentido da língua de sinais**. Textura, ULBRA, v. 2, n. 3, 2013.

QUEIROZ, M. **Interpretação Média no Brasil**. 2011. 136f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução) – Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

RESENDE, Adelaine La Guardia (et al.). **Representação da UNESCO no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ªed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROBERTS, R. P. Community Interpreting Today and Tomorrow. In: KRAWUTSCHKE, P. (org.). **Proceedings of the 35th Annual Conference of the American Translators Association**. Medford, NJ: Learned Information, p. 127-138, 1994.

ROCHA, S. **O INES e a Educação de Surdos no Brasil: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2008.

RODRIGUES, Carlos Henrique. **A interpretação para a Língua de Sinais Brasileira: efeitos de modalidade e processos inferenciais**. 2013. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

ROSA, A da S. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. 2005. 199f.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RUSSO, Angela. **Intérprete de língua brasileira de sinais: uma posição discursiva em construção**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2010.

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. **Tradução / interpretação de língua de sinais no Brasil: uma análise das teses e dissertações de 1990 a 2010**. 2013. Tese (Doutorado em Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SEGALA, Rimar Ramalho. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual: português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SKLIAR, Carlos; QUADROS, Ronice Muller de. **Invertendo epistemologicamente o problema da inclusão: os ouvintes no mundo dos surdos**. Estilos da Clínica, São Paulo, v. V, n. 9, p. 32-51, 2000.

SILVA, Maitê Maus da; MADEIRA, Tânia Regina Souza. **As interfaces do ser tradutor intérprete de língua de sinais: suas lutas e conquistas**. In: PEREIRA, Vilmar Alves; BORGES, Daniele Simões; SOUZA, Neusiane Chaves de (Orgs.). **Ventos que sopram no sul: vivências de educação popular e de transformação social no PAIETS-FURG**. RioGrande: Editora da Furg, 2012.

SILVA, Maitê Maus da; LEBEDEFF, Tatiana Bolivar; SANTOS, Juliana Sanches dos. **PIECZKOWSKI, Tania Mara**

Zancanaro;NAUJORKS, Maria Inês (Orgs.). **Educação, inclusão e acessibilidade:** diferentes contextos. Chapecó: Argos, 2014.

SILVA, Yéssica Lopes da. **A recepção do Jornal do Almoço pelos surdos em Pelotas-RS.** 2011. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2011.

SINTRA. Disponível em: <<http://www.sintra.org.br/site/?p=c&id=37&codcat=21>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

SOUSA, Joana Rita da Silva Conde e. **Crescer bilingue: As crianças ouvintes filhas de pais surdos.** Português: Investigação e Ensino Número temático, Escola Superior de Educação do Politécnico de Coimbra, Dezembro 2012.

SOUZA, José Carlos Ferreira. **INTÉRPRETES CODAS: Construção de identidades.** 2014. Dissertação (Mestrado em Tradução) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SOUZA, José Carlos Ferreira. **Intépretes Codas: Language Brokering e a Profissão de Intéprete de Libras.** Anais do V Congresso de Tradução e interpretação das Linguas de Sinais, UFSC, Florianópolis, 2014.

STREIECHEN, Eliziane Manosso; KRAUSE-LEMKE, Cibele. **A aquisição da Libras por crianças ouvintes filhas de mãe surda num contexto multilíngue.**Seminário de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, 12 a 14 de Junho de 2013.

SOBRAL, Adail. Posfácio. In: BENEDETTI, Ivone C. & SOBRAL, Adail (org.) **Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução.** São Paulo: Parábola, 2008, pp. 201-214.

STUMPF, Marianne Rossi. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting: língua de sinais no papel e no computador.** 2005. Tese de Doutorado, Programa de Pós-

Graduação em Informática na Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

STROBEL, Karin L. **Imagens do outro sobre a cultura surda**. 1ªed. rev. Florianópolis: UFSC, 2008.

THEODOR, E. **Tradução: ofício e arte**. 3ªed. São Paulo: Cultrix, 1976.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIGOTSKY, L. S. **As raízes genéticas do pensamento e da linguagem**. In: Pensamento e Linguagem. Martins Fontes, 1991.

APÊNDICE A - Respostas da questão de número 36, exceto as citadas no corpo do texto.

Quando iniciou a busca por formação, quais foram os passos que você deu para aprender a ser um intérprete profissional?

- Iniciei aos 16 anos, vendo e reconhecendo a importância do papel do intérprete, pesquisando na Internet e tendo contato com outros. Nunca fiz curso algum e fiz direto a prova de proficiência. Iniciei agora um curso de tradução.
- Letras/Libras e oficinas.
- Fiz o Prolibras em 2007 e em 2008 entrei no Bacharelado Letras/Libras e depois em 2009 pedi transferência para a Licenciatura.
- Fiz vários cursos de capacitação oferecidos pelo Estado, e também pela minha cidade, quando vi a oportunidade de fazer Letras Libras, fiz o vestibular para a primeira turma de 2006 e não fui selecionada pois a preferência era para surdos, e sei que era o justo, quando saiu a segunda turma com o bacharelado que seria principalmente para atuar como Tradutor Intérprete fiz o vestibular e fui selecionada, o que me deixou muito feliz pois teria uma formação formalizada na área.
- Aos 14 anos quis entrar em um curso de LIBRAS oferecido pela FENEIS, mas ainda não era com o objetivo de ser intérprete, tive vontade de conhecer os cursos, e conhecer alguns sinais que achava que eu não sabia. Não fiquei muito tempo, pois

percebi que já sabia a maior parte do que era ensinado. Decidi fazer o vestibular para o Letras Libras, curso que me formou como intérprete. Após o início desse curso que comecei a atuar como intérprete profissional.

- Curso de formação, Prolibras e Letras Libras,
- Primeiro, fui informada de um curso para intérprete, uma amiga me explicou o que era ser intérprete de língua de sinais. Como não podia pagar a Faculdade resolvi fazer os exames e passei na seleção da FENEIS. Depois de formada fiquei chocada com o evento, o primeiro da minha vida. Me afastei. Daí a mesma amiga, me aconselhou a fazer trabalhos voluntários pela FENEIS em atendimentos individuais. Foi aí que fui pegando segurança. Depois, esta mesma amiga conseguiu uma oportunidade em uma instituição de educação, onde eu tinha que interpretar professores ouvintes para os alunos surdos. Até aqui eu ia bem. Mas ainda não me sentia preparada para atuação com grande público em eventos que não fossem sobre educação. A amiga, me aconselhou a tentar e disse que eu estava sim preparada e conseguiu uma oportunidade numa Conferência de Educação. Havia muita discussão política sobre educação. Ali senti mais confiança para ampliar meus conhecimentos e habilidades. E posso dizer que em 16 anos de profissão já passei por quase todas as áreas, não digo todas, porque sempre há novos desafios.

- *Comecei com os cursos básicos de Libras, após busquei uma formação para Ensino de surdos, pós graduação na área e agora atuo na Associação de Surdos.*
- *A principio, me legitimar como profissional. Para garantir isso, fiz um curso de capacitação em uma instituição de prestígio e reconhecimento. Depois, em função da área de prestígio, educação, a formação superior desejada.*
- *Fiz o primeiro curso de formação de intérpretes, e em seguida tudo o que aparecia na área me interessava. Houve em seguida um curso de aperfeiçoamento, até abrir o Letras Libras, que me levou a trancar o curso de Direito. Participei e participo de eventos na área. Me envolvi com a formação na associação de intérpretes, único lugar que oferecia cursos na área.*
- *Cursos e prática.*